



**FORTALECENDO O TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS:
ANÁLISE DE OFERTA E DEMANDA DO TURISMO NA
BACIA DO RIO JURUENA, MATO GROSSO**

**DOCUMENTO
DE TRABALHO**



Fevereiro 2019

Pedro Gasparinetti

Rodrigo Ozorio



DOCUMENTO DE TRABALHO
FEVEREIRO 2019

FORTALECENDO O TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS: ANÁLISE DE OFERTA E DEMANDA DO TURISMO NA BACIA DO RIO JURUENA, MATO GROSSO

Autoria

Pedro Gasparinetti
Rodrigo Ozorio

Revisão

Carlos Solis
Ricardo da Costa Carvalho
Marcos Ramires
Marion Le Failler

Foto da Capa: Adriano Gambarini

Realização

Este relatório é uma parceria entre CSF-Brasil e OPAN





Foto: Adriano Gambarini

AGRADECIMENTOS

A Conservação Estratégica (CSF-Brasil) agradece a Marcos Ramires, Ricardo da Costa Carvalho e Andrea Fanzeres da Operação Amazônia Nativa (OPAN) pelo apoio técnico e logístico, aos indígenas das etnias Paresi, Nambikwara, Rikbaktsa e Apiaká e aos seus parceiros locais pela participação nas oficinas, discussões e disponibilização de informações referentes ao turismo em seus territórios, a João Ricardo Bispo e Rodrigo Moreira das operadoras locais CNP Turismo e Executivos Vip Tour pelo apoio logístico e pelo auxílio com informações. Agradecemos também a Pedro Nassar do Instituto Mamirauá e à Letícia Galdino da Pousada Flutuante Uacari, RDS Mamirauá, pela disponibilização de contatos para a realização das entrevistas, a Gustavo Pinto da operadora Inverted America e Daniela Meres Silva e Camila Barp da operadora Gondwana Brasil pelas sugestões para o questionário. Finalmente, agradecemos à Marion Le Failler (CSF-Brasil) pelo apoio logístico, de revisão e de divulgação do projeto, e à Thais Vilela (CSF-EUA) pelas discussões técnicas.



Foto: Thiago Forest/OPAN

ÍNDICE

	9
RESUMO EXECUTIVO	9
INTRODUÇÃO	13
ÁREA DE ESTUDO	16
TURISMO DE NATUREZA NO MATO GROSSO	25
TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS	26
Ecoturismo e Enoturismo	27
Pesca Esportiva	28
METODOLOGIA DE PESQUISA	32
Desenho do experimento de escolha	34
Questionário	37
Amostra de entrevistados	38
Modelo econométrico	39
RESULTADOS DA ANÁLISE DE DEMANDA	41
Perfil dos operadores de turismo	42
ANÁLISE DE DEMANDA: RESULTADOS DO EXPERIMENTO DE ESCOLHA - PERCEPÇÕES E PREFERÊNCIAS DE TURISTAS E OPERADORES	45
Análise estatística	47
Turismo de Imersão e de Experiência	53
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OFERTA E DEMANDA	54
Região do Chapadão dos Parecis	55
Região de Juína	65
Região de Cotriguaçu e Apiacás	69
DESAFIOS SEGUNDO OPERADORES	75
DESAFIOS E EXPECTATIVAS DOS INDÍGENAS E PARCEIROS LOCAIS	80
DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES FINANCEIRAS E CENÁRIOS FUTUROS	87
Nível de Visitação	88
Custos	89
Investimentos	89
Definição de Preços e Divisão de Recursos	90
Exemplo de uso de Receitas	93
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	94
BIBLIOGRAFIA	98

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Bacia do Rio Juruena	17
Figura 2 - Mapa das Terras Indígenas da sub-bacia do Juruena	19
Figura 3 - Motivo da viagem a lazer da demanda internacional ao Mato Grosso	25
Figura 4 - Protagonismo das comunidades no turismo	31
Figura 5 - Tipos de atividades turísticas	35
Figura 6 - Tipos de experiência de alimentação.....	36
Figura 7 - Tipos de banheiros	36
Figura 8 - Tipos de acomodação.....	36
Figura 9: Estados de origem dos operadores.....	42
Figura 10: Tipos de turismo comercializados pelos operadores.....	42
Figura 11: Origem dos clientes.....	43
Figura 12: Tipos de roteiros mais comercializados	43
Figura 13.....	43
Figura 14: Tipos de roteiros mais comercializados	43
Figura 15.....	43
Figura 16 - Destinos comercializados no Mato Grosso	44
Figura 17: Operadoras comercializando roteiros em TIs.	44
Figura 18: Razões pelas quais não comercializam	44
Figura 19 - Idade e renda da amostra de turistas	46
Figura 20: Proporção de interessados em turismo de aventura.....	49
Figura 21 - Interesse por atividades de aventura e pesca esportiva	49
Figura 22 - Experiência autêntica - pernoite em oca indígena e refeição tradicional	50
Figura 23 - Localização das TIs Rio Formoso, Tirecatinga e Utitariti	55
Figura 24 - Exemplos da oferta turística da região do Chapadão do Parecis.....	57
Figura 25 - Localização do Distrito de Fontanillas e TI Erikpatsá	65
Figura 26 - Localização das TIs Escondido e Apiaká do Pontal e Isolados. Fonte: Funai.....	69
Figura 27 - Desafios relacionados ao Etnoturismo.....	76
Figura 28 – Visitação anual atual	88

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Informações gerais referentes às TIs contemplados no estudo	20
Tabela 2 - Indicadores socioeconômicos dos municípios contemplados no estudo	21
Tabela 3 - Participação do turismo na economia das regiões turísticas	22
Tabela 4 - Os pilares do Turismo em Terras Indígenas identificados nas falas de algumas lideranças durante a oficina participativa	30
Tabela 5 – Atributos do experimento	34
Tabela 6 - Regressão Estatística – Preferências de Turistas (esquerda) e Operadores (direita)	48
Tabela 7 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas nas TIs Rio Formoso, Tirecatina, Utariti e seus respectivos entornos.....	56
Tabela 8 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Wazare, TI Utariti	58
Tabela 9 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Utariti 2, TI Utariti	60
Tabela 10 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Guarantã, TI Tirecatina.....	63
Tabela 11 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Formoso, TI Rio Formoso	64
Tabela 12 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas no Distrito de Fontanillas e na TI Erikpatsá e seus respectivos entornos.	66
Tabela 13 - Resumo das informações referentes à oferta turística do distrito de Fontanillas, município de Juína.....	67
Tabela 14 - Resumo das informações referentes à oferta turística da TI Erikpatsá	68
Tabela 15 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas na TI Apiaká do Pontal e Isolados e seus respectivos entornos.....	69
Tabela 16 - Resumo das informações referentes à oferta turística da TI Escondido.....	71
Tabela 17 - Resumo das informações de oferta turística da Aldeia Matrinxã, TI Apiakás do Pontal e Isolados	73
Tabela 18 - Preços praticados nas Terras Indígenas contempladas no estudo	92
Tabela 19 - Preços de roteiros para outras Terras Indígenas do bioma Amazônico.....	92

BOXES

Box 1: Protagonismo das comunidades no turismo

Box 2: Opinião das operadoras sobre a duração mínima dos roteiros

Box 3: Turismo como alternativa para salvar o rio

Box 4: Rio Marié - Modelo pioneiro de parceria para pesca esportiva em Terras Indígenas

Box 5: Manual de conduta dos visitantes indicado no Plano de visitação da Terra Yanomami

Box 6: Exemplos de modelos de divisão de recursos advindos do Turismo

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACIBRN - Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo

COOPYAWA - Cooperativa Agro-extrativista Yawanawa

FAMTOUR – Viagem de familiarização

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FOIRN - Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICV – Instituto Centro de Vida

IMAZON – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPS – Índice de Progresso Social

ISA – Instituto Socioambiental

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTUR – Ministério do Turismo

OPAN – Operação Amazônia Nativa

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental

PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas

PRODES - Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite

REDTURS - Rede de Turismo Comunitário da América Latina

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDEC - Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

TBC – Turismo de Base Comunitária

TI – Terra Indígena

TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

UC – Unidade de Conservação



Foto: João Ricardo Bispo

RESUMO EXECUTIVO

As terras indígenas brasileiras são territórios de grande riqueza étnica e cultural e que salvaguardam um vasto patrimônio natural, possibilitando a realização de variadas atividades com fins turísticos. Há um crescente interesse de comunidades indígenas na região da bacia do Rio Juruena, Mato Grosso, em desenvolver atividades turísticas como uma potencial fonte de geração de renda, de valorização da cultura indígena e de conservação e uso múltiplo dos recursos naturais dos seus territórios.

Este estudo fornece informações e análises sobre a oferta e demanda dos diferentes modelos de experiências turísticas, os desafios do setor, e as principais oportunidades para as terras indígenas e para a oferta de roteiros que melhor atendam aos turistas e que possam gerar maiores possibilidades de distribuição de renda entre todos os elos da cadeia de valor do turismo. O estudo busca subsidiar o diálogo e decisões das comunidades, assim como a articulação com operadores de turismo, fornecendo subsídios ao processo de planejamento da cadeia de valor.

Inicialmente, foi realizado um levantamento preliminar dos principais atrativos, atividades, infraestrutura, operadoras atuantes, dentro e no entorno de seis Terras Indígenas (TI) localizadas em distintas regiões da Bacia do Juruena. Tais informações serviram para a definição dos atributos da pesquisa de demanda e para a formatação do questionário enviado aos turistas e operadores potenciais. A análise da demanda utilizou-se do método de “experimento de escolha”, em que turistas potenciais compararam múltiplos cenários de tipos de pacotes turísticos hipotéticos, descritos por conjuntos de critérios que podem influenciar nas suas decisões. Estes critérios se referem, de modo geral, aos tipos de atividades ofertadas, ao nível de conforto, e ao preço dos pacotes. Foram obtidas respostas de 114 turistas potenciais e 28 operadores nacionais que atuam nos segmentos de ecoturismo, turismo vivencial/comunitário/etnoturismo, turismo de aventura e pesca esportiva. Os resultados da análise da oferta foram comentados à luz dos resultados do estudo da demanda.

O estudo apontou que a demanda potencial por experiências de turismo nas terras indígenas é caracterizada por ter uma renda acima da média, e está interessada especialmente na experiência de imersão cultural por períodos de cerca de 4 dias, período maior do que é atualmente ofertado na região. Por volta de 57% das operadoras entrevistadas já realizam roteiros em Terras Indígenas ou em comunidades tradicionais do território nacional e pontuam os seguintes temas como os principais desafios para a comercialização de roteiros do tipo: i) qualidade e confiabilidade; ii) acesso em condições razoáveis; iii) articulação entre parceiros e profissionalização; iv) comunicação e disseminação; v) ‘autenticidade’ e atividades tradicionais.

A avaliação estatística da *modelagem de escolha* aponta que, com relação à infraestrutura, o fator que tem maior peso para as escolhas dos turistas é a existência de banheiro para os visitantes, ainda que seja do tipo banheiro coletivo. Em ordem de importância, após a existência e as boas condições dos banheiros, vem a experiência de pernoite em ocas indígenas, reforçando o interesse da demanda pela imersão cultural. Sobre a alimentação, refeições nos padrões indígenas tradicionais são mais desejáveis do que a oferta de refeições de padrão de restaurantes - o que é um ótimo sinal da abertura dos turistas para experimentar novos sabores, de valorização da cultura indígena, e consequente oportunidade para disseminação da culinária indígena.

Com as análises de escolhas e preferências realizadas, é possível inferir que, em linhas gerais, um roteiro preferido, alinhado às expectativas da demanda teria:

- I. Atividades que combinem atributos naturais de grande beleza (inclusive com atividades de aventura) e atributos culturais, com a preocupação de que o visitante vivencie os modos de vida tradicionais e estabeleça trocas culturais significativas;
- II. Estrutura de hospedagem e alimentação tradicionais - com pernoites em ocas, dormindo em redes e realizando refeições nas aldeias – de forma a possibilitar vivências significativas;
- III. Existência de banheiro, podendo ser coletivo (do tipo de albergues);
- IV. Roteiro desejado com duração de 3 a 4 dias (em média).

Vários desafios relacionados ao turismo em comunidades foram mencionados pelos operadores, os quais consistem em pontos importantes que podem ter impacto na comercialização de roteiros desse tipo. Dentre os temas mais importantes, estão: i) qualidade e confiabilidade; ii) acesso em condições razoáveis; iii) articulação entre parceiros e profissionalização; iv) comunicação e disseminação; v) ‘autenticidade’ e atividades tradicionais.

Sobre a preferência por atividades, as que possuem ligação com o ambiente natural, na modalidade de aventura (como *rafting*) ou na visita a atrativos de rara beleza (como o salto Utiariti), também figuram entre as que despertam maior interesse na demanda, juntamente com atividades que propiciem imersão cultural.

Dentre as 3 regiões analisadas por esse estudo, o ‘Chapadão do Parecis’ possui a oferta de turismo mais compatível com as preferências da demanda alvo da pesquisa, englobando atividades de Etnoturismo, Aventura e Ecoturismo, combináveis entre si. Nesse sentido, os resultados do estudo podem servir para ajustes e melhorias nas iniciativas já existentes. A relativa proximidade - e facilidade de deslocamento - entre as aldeias e Terras Indígenas da região abre oportunidades para fortalecer roteiros conjugados entre as distintas etnias da região, desde que acordos sejam estabelecidos entre as aldeias.

Na região dos municípios de Apiacás e Cotriguaçu, alguns territórios indígenas e imediações têm a prevalência da Pesca Esportiva como segmento turístico. Vale ressaltar que o público de pesca esportiva tem interesse específico (pesca) e a amostra desse estudo teve pouca representatividade desse perfil de turista. Entretanto, em razão dessa natureza especializada do público, pode-se inferir que atividades culturais vivenciais - com maior possibilidade de imersão - não despertem tanto interesse nesse tipo de visitante, como naturalmente despertam nos segmentos de ecoturismo, aventura e etnoturismo. É importante mencionar que algumas “parcerias” relacionadas à pesca esportiva que ocorrem na região são pouco benéficas aos indígenas - a ausência de zoneamento e normatização da atividade, por exemplo, faz com que a pesca ocorra muitas vezes em áreas sensíveis (berçários e de alimentação) para os recursos pesqueiros. Assim, é importante observar alguns exemplos bem-sucedidos relacionados modelos inovadores de gestão da pesca esportiva em territórios indígenas, como os citados nesse estudo.

Por sua vez, na região de Juína a atividade de turismo ocorre de forma incipiente, orientada a uma demanda regional que busca lazer (sol e praia) no Rio Juruena ou a pescadores esportivos. A Terra Indígena analisada (TI Erikpatsá) ainda não se envolve com a atividade, mas existe um interesse de criar um circuito com o público que chega ao distrito de Fontanillas – cujo perfil é mais próximo ao da pesca esportiva.

Durante a oficina participativa, foi possível identificar na fala dos indígenas, princípios importantes que regem o turismo responsável em um contexto de comunidades, assim como constatar que existe uma clareza - sobretudo entre as lideranças da etnia Paresi, já atuantes no turismo – de onde se pretende chegar com o desenvolvimento da atividade e dos principais desafios relacionados ao etnoturismo. Dentre alguns dos desafios mais mencionados pelos indígenas e parceiros locais, estão: a) necessidade de políticas públicas voltadas ao etnoturismo; b) gestão e divisão de recursos advindos do turismo; c) capacitação; d) organização e participação (incluindo acordos de uso entre aldeias); e) parcerias com *trade*¹, entre outros.

Pode-se dizer que os resultados encontrados, em linhas gerais, são representativos da oferta turística existente na bacia do Juruena e podem servir de base para Terras Indígenas que não foram contempladas no estudo. Ademais, esse estudo pode contribuir, por exemplo, como insumo para a elaboração dos planos de gestão da atividade nos territórios indígenas - uma das lacunas mencionadas na oficina. Espera-se que o estudo subsidie o diálogo e decisões das comunidades, assim como a articulação com operadores de turismo, fornecendo subsídios ao processo de planejamento da cadeia de valor.

Finalmente, o etnoturismo na região deve preocupar-se com o fortalecimento dos atores locais no processo de planejamento e gestão da atividade, de forma a não replicar experiências mal sucedidas e garantir que o desenvolvimento da atividade esteja alinhado aos objetivos de salvaguarda da cultura local, de melhoria das condições de vida das comunidades e de conservação dos recursos naturais.

¹ Conjunto de agentes, operadores, empresários de meios de hospedagem e prestadores de serviços turísticos de uma determinada região.



Foto: João Ricardo Bispo

INTRODUÇÃO

Terras indígenas abrigam enormes riquezas naturais e culturais. No estado do Mato Grosso, são 47 etnias e 30 línguas faladas (Fanzeres e Jakubaszko, 2015), distribuídas ao longo de 79 Terras Indígenas² – que ocupam aproximadamente 17% do território. Esses espaços, além de concentrarem um enorme patrimônio cultural, são fundamentais para a conservação de recursos naturais, como a água e a pesca, atuando como importantes barreiras contra o desmatamento^{3 4}. A bacia do Juruena abrange 190.931 km², onde em 21% dessa área vivem os povos Apiaká, Bakairi, Enawene Nawe, Kayabi, Manoki, Myky, Munduruku, Nambikwara, Paresi e Rikbaktsa em 20 Terras Indígenas que juntas protegem 4 milhões de hectares (OPAN e ICV, 2013).

A gestão e uso sustentável destas terras depende de fontes sustentáveis de recursos, que contribuem para o monitoramento do uso do solo e água. Suas riquezas naturais e culturais podem se converter em renda para as comunidades que acolham e ofereçam experiências a visitantes.

Há um crescente interesse de comunidades indígenas na região da bacia do Juruena em desenvolver atividades turísticas como uma potencial fonte de geração de renda, de valorização da cultura indígena e de conservação dos recursos naturais dos seus territórios. Enquanto algumas comunidades já estão em estágio mais avançado de desenvolvimento deste tipo de atividade, outras ainda estão começando a discutir a ideia.

O turismo ainda é incipiente na região, com poucos operadores turísticos e pouca oferta de infraestrutura e atividades para atender às demandas dos turistas. Há pouca informação disponível sobre o potencial da atividade, sobre a capacidade de se aumentar a oferta para receber um número incerto de turistas, sobre a capacidade de geração de renda do etnoturismo, e sobre o perfil dos turistas. As lacunas de informação mencionadas geram riscos para as comunidades, que podem se organizar, mas não ter resultados esperados caso não haja quantidade suficiente de turistas interessados, ou que mobilização social e investimentos não gere os benefícios esperados.

Este estudo fornece informações e análises sobre a oferta e demanda dos diferentes modelos de experiências turísticas, os desafios do setor, e as principais oportunidades para as terras

² https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal

³ Nos últimos 5 anos, o estado foi o segundo da Amazônia que mais desmatou, responsabilizando-se por 21,6% do desmatamento do bioma no período (segundo INPE, 6.698 km² de área). A fronteira agrícola no estado segue avançando rumo a áreas florestadas, convertendo florestas em pastagens e plantações e exercendo pressão sobre Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Segundo o ISA, entre agosto de 2016 e julho de 2017, as Terras Indígenas concentraram apenas 2% de todos os desmates na Amazônia; <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/terras-indigenas-seguem-barrando-desmatamento-mas-situacao-de-algumas-areas-e-critica>

⁴ Os povos indígenas e comunidades tradicionais são considerados “gestores efetivos da biodiversidade e da conservação” e “guardiões primários da maior parte das florestas tropicais remanescentes do mundo e dos hotspots de biodiversidade” (Tauli-Corpuz, V. et al, 2018). O recém publicado relatório da especialista das Nações Unidas para os Povos Indígenas elucida que “globalmente, os Povos Indígenas e as comunidades locais estão investindo uma estimativa de 16% a 23% (ou seja, US \$ 3,16 bilhões a 4,57 bilhões) do montante gasto pelos governos, doadores, fundações e organizações não-governamentais (em conjunto) em conservação”, o que torna o investimento nos povos indígenas o meio mais eficiente de proteger as florestas, segundo o painel de especialistas.

indígenas e para a oferta de pacotes que melhor atendam aos turistas e que gerem maiores possibilidades de distribuição de renda entre todos os elos da cadeia de valor do turismo. O conhecimento sobre a demanda e o potencial retorno gera insumos para responder a perguntas como “quais os tipos de investimentos podem gerar maiores retornos para as comunidades?” Assim, todos terão uma visão mais clara sobre a importância de cada elo e sobre prioridades para o desenvolvimento dos serviços turísticos.

O estudo busca subsidiar o diálogo e decisões das comunidades, assim como a articulação com operadores de turismo, fornecendo subsídios ao processo de planejamento da cadeia de valor. Com isso, esperamos fortalecer o processo de planejamento do turismo na Bacia do Juruena, para que comunidades e demais parceiros possam definir seu nível de engajamento e investimento nessas atividades, contribuindo para alinhar as expectativas sobre o potencial do etnoturismo na região.

OBJETIVOS

- Identificar as características da oferta de Turismo em Terras Indígenas na Bacia do Juruena, bem como levantar os desafios e expectativas dos indígenas e dos demais atores do trade turístico⁵;
- Conhecer a demanda por Turismo em Terras Indígenas e os fatores que determinam as escolhas dos turistas;
- Gerar informações para contribuir com as decisões de investimentos dos indígenas, operadores turísticos e demais atores do trade.

⁵ Conjunto de agentes, operadores, empresários de meios de hospedagem e prestadores de serviços turísticos de uma determinada região.



Foto: Arquivo da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo de Juína - MT

ÁREA DE ESTUDO

Com área de 190.931 km², a bacia do rio Juruena abrange 29 municípios e insere-se no grupo de mananciais integrantes da Bacia do Rio Amazonas. O rio Juruena, juntamente com o rio Teles Pires/São Manoel, formam o rio Tapajós, afluente da margem direita do rio Amazonas (Kramer, L; 2016).



Figura 1 - Localização da Bacia do Rio Juruena

Fonte: Rede Juruena Vivo

Situada na Amazônia meridional, essa bacia corresponde a uma área de transição entre cerrado/savana e Amazônia/floresta (Fanzeres e Jakubaszko, 2015), as áreas legalmente protegidas representam 32% do território da bacia, sendo preponderante a quantidade de Terras Indígenas (TI), que somam 20 TIs ocupando 21% do território da bacia⁶.

O papel de fronteira e expansão da ocupação agropecuária, assim como a exploração madeireira conferiram à bacia uma situação de avançada perda e fragmentação de habitats nativos, com a consequente substituição pela agricultura mecanizada na porção sul e sudeste da bacia e a expansão da pecuária em sua porção central e norte. Esses usos do solo são responsáveis pelos altos índices de desmatamento verificados nas últimas décadas (EPE, 2010). Segundo levantamento do INPE⁷, dentre os 10 municípios com os maiores incrementos nas taxas de desmatamento do Mato Grosso nos últimos 5 anos, 6 localizam-se na Bacia do Juruena (Colniza,

⁶ As Unidades de Conservação são representadas pelo: Parque Nacional do Juruena, Estação Ecológica de Iquê, Reserva Ecológica de Apiacás, Parque Estadual Igarapés do Juruena, Parque Estadual do Sucunduri e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Bararati. As Terras Indígenas correspondem à TI Escondido, TI Erikpatsa, TI Japuíra, TI Apiaká-Kayabi, TI Kayabi, TI Batelão, TI Enawenê Nawê, TI Nhambiquara, TI Menku, TI Juininha, TI Paresi, TI Santana, TI Uirapuru, TI Utiariti, TI Tirecatinga, TI Irantxe, TI Pirineus de Souza, TI Ponte de Pedra, TI Estação Parecis e TI Manoki (Kramer, L; 2016).

⁷ <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-increase.html>

Aripuanã, Nova Bandeirantes, Cotriguaçu, Juína e Nova Maringá), sendo que Colniza se posiciona como quinto em toda a Amazônia Legal.

Outra ameaça ao equilíbrio ambiental e social da bacia do Juruena reside nos projetos governamentais de construção de usinas hidrelétricas (UHEs). Somente na bacia estão previstas 30 usinas, sendo que também há planos para numerosas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), ou seja, barragens com capacidade instalada de até 30 megawatts, que são isentas do estudo de impacto ambiental e de relatório de impacto ambiental (Fernside, P.M; 2015).

Os contextos de pressão ambiental e fundiária que esse desordenado e acelerado processo de ocupação produz, por meio de seus modelos de exploração econômica, têm afetado diretamente as condições de vida das populações indígenas que habitam ancestralmente o território (Fanzeres e Jakubaszko, 2015).

O presente estudo levantou informações sobre a oferta turística de 6 Terras Indígenas da Bacia do Juruena (e seus entornos), localizadas em 6 municípios de diferentes regiões da Bacia. O quadro 1 reúne as TIs contempladas e sintetiza algumas informações referentes a esses territórios.

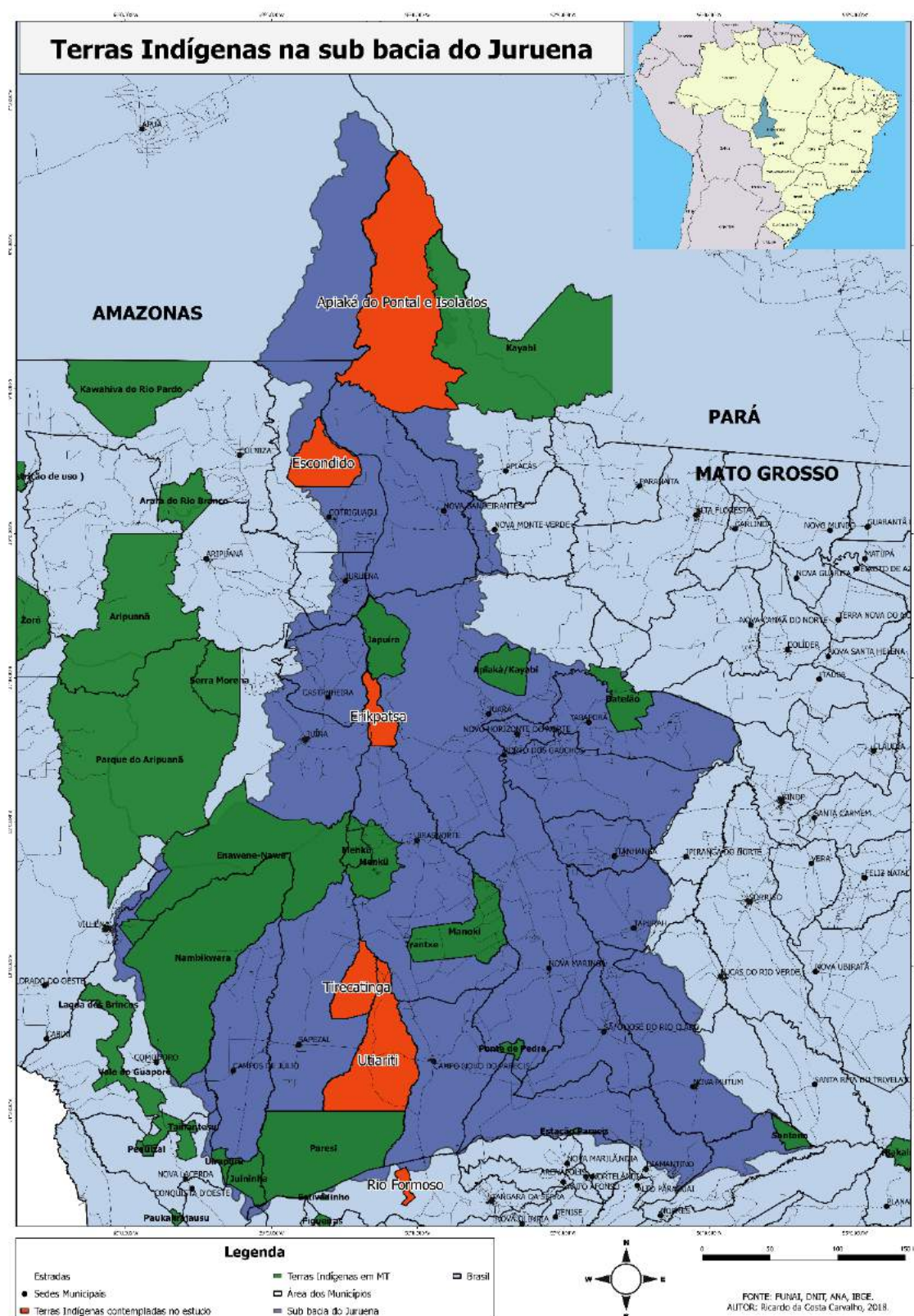


Figura 2 - Mapa das Terras Indígenas da sub-bacia do Juruena

Tabela 1 - Informações gerais referentes às TIs contemplados no estudo

Terra Indígena	Rio Formoso	Tirecatunga	Utiariti	Erikpatsá	Escondido	Apiaká do Pontal e Isolados
Povo indígena	Paresi	Nambikwara, Terena, Manoky e Paresi	Paresi	Rikbaktsa	Rikbaktsa	Apiaká e Munduruku
Município	Tangará da Serra	Sapezal	Campo Novo do Parecis, Sapezal	Brasnorte	Cotriguaçu	Apiacás
Área (hectares)	20 mil	131 mil	412 mil	80 mil	169 mil	982 mil
População	166	174	406	676	45	262
Situação jurídica	Homologada	Homologada	Homologada	Homologada	Homologada	Identificada
% Desmatamento	0%	0%	0%	2%	0%	ND
Principais ameaças	Arrendamento	Arrendamento e processos minerários (argila)	Arrendamento e processos minerários (fosfato)	Madeireiro, pescador, garimpeiro e sem terra	Madeireiros e processos minerários (ouro e chumbo)	Processos minerários (ouro) e pesca ilegal
Possui PGTA?	Em construção	Sim	Em construção	Em construção	Sim	Não
Já ocorre visita na TI?	Sim	Sim (esporadicamente)	Sim	No entorno	No entorno	Sim
Possui Plano de Visitação?	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: ISA, FUNAI

Com relação aos municípios nos quais se inserem as Terras Indígenas em questão, é possível identificar variados níveis socioeconômicos, como indica os dados compilados no quadro 2.

Tabela 2 - Indicadores socioeconômicos dos municípios contemplados no estudo

Município	Tangará da Serra	Sapezal	Campo Novo do Parecis	Brasnorte	Juína	Cotriguaçu	Apiacás
População (IBGE)	98.828	24.305	33.551	18.600	39.700	18.700	9.700
Principais atividades econômicas (IBGE)	Agricultura (soja e cana de açúcar), pecuária	Agricultura (soja, arroz e milho), pecuária	Agricultura (soja, girassol, milho), pecuária	Agricultura (soja, arroz, milho) e pecuária	Minério, madeira e agropecuária	Madeira e agropecuária	Ouro, madeira, agropecuária
PIB per capita (R\$)(IBGE)	26.327 (64°)	84.328 (4°)	65.984 (10°)	35.877 (39°)	21.478 (84°)	9.705 (140°) ⁸	14.268 (120°)
Índice de Progresso Social	68,25	66,08	65,74	56,05	61,66	54,31	61,55
% cobertura florestal (PRODES)	5.65%	20.92%	16.63%	48.75%	72.72%	74.62%	82.99%
Incremento anual de desmatamento (INPE)	3,99 km ² (78°)	3,1 km ² (80°)	1,5 km ² (93°)	111,71 km ² (18°)	196,63 km ² (7°)	244,23 km ² (5°)	92,4 km ² (22°)

Fonte: IBGE, PRODES, INPE, IMAZON

⁸ Penúltimo do estado de MT.

Os municípios de Tangará da Serra, Sapezal e Campo Novo do Parecis, localizados mais ao sul da bacia, possuem os melhores desempenhos da região no índice de Progresso Social⁹ e têm como principal atividade econômica da região a agricultura, o que contribui para posicioná-los entre os 10 municípios com maior PIB bruto do Estado de Mato Grosso¹⁰. Em contrapartida, são os municípios que possuem as menores áreas de cobertura florestal remanescentes. Nos demais municípios, onde o avanço da fronteira agrícola é mais recente, atividades como extração mineral e exploração madeireira também estão entre as principais. Esses municípios possuem índices socioeconômicos notadamente inferiores, como por exemplo, Cotriguaçu, que figura em penúltimo lugar no estado no que se refere ao PIB per capita, bem como o menor índice de Progresso Social dos municípios avaliados. Cotriguaçu também posiciona-se em quinto no estado quando se avalia o incremento do desmatamento.

Com relação ao turismo, a atividade ainda é incipiente na grande maioria dos municípios da bacia do Juruena como indica o quadro 3. Os dados divulgados pelo IPEA indicam que as regiões turísticas localizadas na bacia, representadas pela cor verde, têm menor participação do turismo em suas economias em comparação às principais regiões de turismo de natureza do estado e outras duas conhecidas regiões localizadas no centro-oeste brasileiro (Chapada dos Veadeiros e Bonito).¹¹ Ao mesmo tempo, os dados também sugerem haver um potencial de crescimento para o turismo, na medida em que esses pólos investirem em planejamento responsável, superando questões de acesso e logística, formatação de produtos, promoção, qualificação, etc.

Tabela 3 - Participação do turismo na economia das regiões turísticas

Região Turística	Estado	Principais municípios turísticos	Principais segmentos	Participação relativa na economia
Chapada dos Veadeiros	GO	Alto Paraíso, Cavalcante	Ecoturismo e Turismo de aventura	23,03%
Bonito e Serra da Bodoquena	MS	Bonito, Jardim, Bodoquena	Ecoturismo e Turismo de aventura	14,56%
Região Turística Pantanal Mato-Grossense	MT	Cáceres, Poconé	Turismo de pesca e Ecoturismo	6,56%
Região Turística Portal do Araguaia	MT	Barra do Garças, Nova Xavantina	Turismo de pesca	6,13%

⁹O Índice de Progresso Social (IPS) Amazônia monitora 43 indicadores, divididos em 3 dimensões (necessidades humanas básicas, fundamentos para o bem-estar e oportunidades), além da taxa de desmatamento, gravidez precoce na infância e adolescência e violência contra indígenas. Em 2014, verificou-se que 98,5% dos municípios amazônicos atingiram um IPS abaixo da média nacional (Extraído de <http://www.ipsamazonia.org.br>).

¹⁰ <https://cidades.ibge.gov.br/>

¹¹ <http://www.mapa.turismo.gov.br>

Região Turística	Estado	Principais municípios turísticos	Principais segmentos	Participação relativa na economia
Região Turística Circuito das Águas	MT	Chapada dos Guimarães, Nobres	Ecoturismo, Turismo de aventura	5,07%
Região Turística Amazônia Mato-Grossense	MT	Alta Floresta, Paranaíta	Turismo de pesca e Ecoturismo	4,55%
Região Turística Vale do Juruena	MT	Aripuanã, Juína	Ecoturismo, Birdwatching, Turismo de Pesca	4,27%
Região Turística das Nascentes	MT	Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal	Turismo de aventura e Ecoturismo	2,89%
Região Turística Vale do Arinos	MT	Juara	Turismo de pesca	2,05%

Fonte: Sistema de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo, extrator de dados (IPEA)



Foto: Marion Le Failler

TURISMO DE NATUREZA NO MATO GROSSO

O Estado do Mato Grosso abriga em seu território três importantes ecossistemas brasileiros (Cerrado, Amazônia e Pantanal), o que confere ao estado riquezas naturais de destaque, caracterizadas por uma ampla diversidade de paisagens, de espécies de fauna e flora, de rios e de serras. Tais atributos são propícios para uma série de atividades de turismo em áreas naturais, as quais acontecem, com maior representatividade, nos seguintes destinos do estado: **Pantanal; Chapada dos Guimarães; Nobres; Região do Araguaia e Região Amazônica.**

Entre os turistas estrangeiros no MT, a maioria são norte-americanos (18%), argentinos (8%) e europeus, que somados superam 37,4% da demanda internacional (Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Itália e Portugal). O perfil da demanda internacional indica que 66% dos visitantes que chegam ao estado para atividades de lazer¹², têm como **motivação** principal atividades relacionadas à natureza, ecoturismo ou aventura (MTUR).

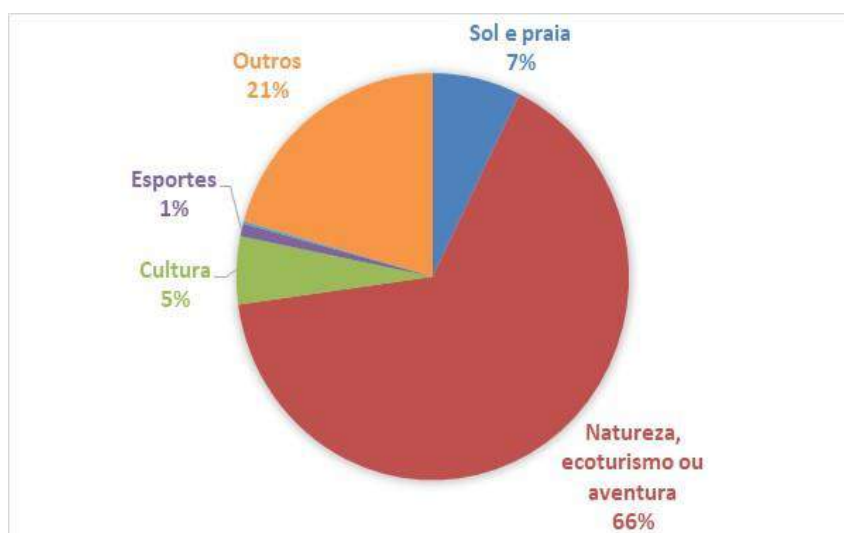


Figura 3 - Motivo da viagem a lazer da demanda internacional ao Mato Grosso

Fonte: MTUR

Segundo o MTUR, esse visitante internacional que chega a lazer ao Mato Grosso tem uma permanência média de 5,4 pernoites no estado e de 18 pernoites no país. O gasto médio per capita no estado é de US\$ 92,60/dia.

Entre os turistas nacionais¹³, 41% dos visitantes têm origem no próprio estado do MT, enquanto que São Paulo (16%), Goiás (15,5%) e Paraná (7,4%) se posicionaram como os principais emissores de turistas. A mesma publicação indica que o gasto médio do visitante nacional que vai ao Mato Grosso foi de R\$ 1.111,00 em 2011, 13ª dentre as unidades da federação. Segundo

¹² 38,8% dos visitantes mencionaram o lazer como motivação da viagem, enquanto 42,7% visitas a familiares, 15,7% negócios e 2,8% outros motivos.

¹³ Os dados disponíveis mais atuais sobre a demanda nacional referem-se a 2012, fruto de um estudo da FIPE e do MTUR sobre a Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil.

a Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), o turismo está em aquecimento no estado e a taxa de ocupação da rede hoteleira da cidade de Cuiabá – influenciada pelo turismo de negócios - alcançou 53 % em 2017, superando a cidade de Belo Horizonte, por exemplo¹⁴ (MTUR/FIPE, 2012).

TURISMO EM TERRAS INDÍGENAS

As terras indígenas brasileiras são territórios de grande riqueza étnica e cultural e que salvaguardam um vasto patrimônio natural, possibilitando a realização de variadas atividades com fins turísticos. Inúmeras iniciativas de visitação nesses territórios foram se desenvolvendo nas últimas décadas mesmo com a ausência, por muitos anos, de um marco regulatório. “A legislação nacional não proibia explicitamente o turismo em territórios indígenas e, em diversos documentos, o Estado apontava a importância da autonomia e protagonismo indígena, inclusive em projetos sustentáveis de ecoturismo e etnoturismo; e, também ressaltava a necessidade da regulamentação desses segmentos” (Corbari et al, 2017).

Em 2012, o governo brasileiro institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – **PNGATI**, a qual contemplou o etnoturismo e o ecoturismo como atividades passíveis de serem desenvolvidas nos territórios indígenas¹⁵. Posteriormente, em junho de 2015, a FUNAI, por meio da **Instrução Normativa 3/2015**¹⁶, deu um importante passo para a regulamentação do assunto e estabeleceu normas e diretrizes para as atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas, reconhecendo seu potencial para geração de cadeias de valor dentro das TI.

Um ponto de destaque da Instrução Normativa 3/2015 é o fato de que a atividade turística autorizada para as TIs deve ser de **base comunitária**¹⁷, ou seja, um modo de se fazer turismo que tem como premissa o protagonismo das comunidades, colocando-as em posição central no planejamento, desenvolvimento e gestão da atividade turística em seus territórios. Esse avanço

¹⁴ A Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado lança um boletim anual sobre o turismo no Mato Grosso. O boletim é uma compilação de dados sobre o setor hoteleiro de Cuiabá, dados da Infraero, além de informações sobre a geração de empregos nos diversos segmentos turísticos (base de dados IPEA) e cadastro de prestadores de serviços turísticos (cadastur). Entretanto, informações sobre o perfil da demanda que chega ao estado não são coletadas. Evidencia-se uma carência de informações atualizadas em nível estadual e no âmbito dos municípios, o que dificulta o entendimento sobre o perfil dos visitantes, sua origem e motivações no momento de viajar para o estado. Os dados disponíveis são insuficientes para se conhecer o tamanho do mercado do turismo de natureza, por exemplo. Vale ressaltar que essa lacuna de monitoramento sobre dados do turismo foi identificada como a dimensão mais frágil do destino Cuiabá (principal portão de entrada do Estado) no índice competitividade do turismo nacional, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, Ministério do Turismo e Sebrae.

¹⁵ O Eixo 5 da PNGATI visa fortalecer o uso sustentável dos recursos naturais e as iniciativas produtivas dos povos indígenas. “Apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades” (Entendendo a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, 2014)

¹⁶ Art. 1º Ficam estabelecidas as normas para a visitação com fins turísticos em terras indígenas, de base comunitária e sustentável, nos segmentos de Etnoturismo e de Ecoturismo.

Art. 5º As atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas serão propostas mediante Plano de Visitação, apresentado por indígenas, suas comunidades ou suas organizações, denominados para fins desta Instrução Normativa como proponentes

¹⁷ São inúmeras as conceituações encontradas para o Turismo de Base Comunitária. Segundo o Ministério do Turismo: “O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística”.

no marco legal da visitação com fins turísticos em Terras Indígenas contribuiu significativamente para o incremento do interesse de vários povos pelo turismo. Segundo comunicação recente no site da Funai, somente na área de ecoturismo houve pedidos [de anuência] de 100 comunidades com potencial para a atividade.¹⁸

Ecoturismo e Etnoturismo

O Turismo em Terras indígenas engloba segmentos distintos e atividades variadas. O povo Xavante, localizado no **Mato Grosso**, vem desenvolvendo a atividade de etnoturismo como uma das estratégias de valorização e divulgação de sua cultura. Por meio do Projeto *Wazu'ri'wá* de visitação à aldeia Etenhiritipá, localizada próximo à Serra do Roncador e do Rio das Mortes, os visitantes têm a oportunidade de passar 6 noites na Terra Indígena, dormindo em redes, tomando banho no rio, alimentando-se da forma tradicional e realizando atividades de vivência da rotina da Aldeia¹⁹.



Foto: Coopyawa - Cooperativa Agro-extrativista Yawanawá

No **Acre**, a etnia Yawanawa, que ocupa as cabeceiras do Rio Gregório, afluente do Rio Juruá, por meio da Cooperativa Agro-extrativista Yawanawa (Coopyawa) desenvolve projetos econômicos e culturais, dentro os quais o etnoturismo. Desde 2012, a etnia realiza anualmente na aldeia Nova Esperança um grande festival de celebração de sua cultura, o **festival Yawa**. A participação de não-indígenas é permitida mediante

inscrição prévia, com limite de 150 pessoas. Durante o Festival acontecem várias atividades como: danças do mariri, rodadas de músicas, contação de histórias, brincadeiras, rituais de Uni e Humê (cipó e rapé) com os pajés Yawanawa. Além disso, são servidas comidas da Culinária Tradicional Yawanawá, exposições dos Artesanatos da aldeia e Pinturas Corporais com os Kenes Yawanawás²⁰.



Foto: Ambiental Turismo

¹⁸ <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4823-gestao-de-terra-indigena-recebe-recursos?highlight=WjJY290dXJpc21vIl0=>

¹⁹ A implantação do roteiro passou por planejamento e estudos em parceria com a Faculdade de Turismo e Hotelaria do Senac e tem o apoio da operadora Ambiental Turismo <http://www.ambiental.tur.br/vivencia-exclusiva-xavante>

²⁰ www.yawanawa.org

No estado do **Amazonas**, visitar o Yaripo (Pico da Neblina) voltará a ser possível²¹ por meio de um projeto de ecoturismo que empodera as comunidades Yanomamis. O ponto mais alto do Brasil (sagrado para os Yanomamis) está localizado numa das regiões mais preservadas e belas da Amazônia, dentro da Terra Indígena Yanomami e do Parque Nacional do Pico da Neblina. Os praticantes do turismo de aventura, modalidade de **montanhismo**, poderão visitar o atrativo mediante roteiro conduzido pelos indígenas. No mês de maio de 2018, o Plano de Visitação foi aprovado pelo ICMBio e está prestes a receber o aval da Funai. A previsão de início das operações é 2018.

Também no Amazonas, comunidades indígenas do Médio e Alto Rio Negro, lançaram o projeto Expedições Serras Guerreiras de Tapuruquara²². São dois roteiros existentes, um para um perfil de público mais aventureiro enquanto o outro mescla aventura e cultura. O projeto conta com a participação de 110 famílias das etnias Baré, Baniwa, Piratapuya, Desana, Tukano, Tariana, Dow e Kuyawí.

Pesca Esportiva

Outro tipo de atividade turística que tem tido ocorrência nas Terras Indígenas da região Norte é a pesca esportiva. Nos anos recentes, importantes iniciativas com vistas a ordenar a atividade e criar modelos de gestão sustentáveis - para uma atividade que ainda acontece de forma descontrolada em vários rios brasileiros - têm ocorrido de forma integrada em algumas Terras Indígenas da Amazônia.

Em 2014, no estado do Amazonas, comunidades indígenas do Rio Marié²³, representadas pela Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro (ACIBRN), em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), ISA, FUNAI e IBAMA iniciaram um ordenamento da atividade por meio de um modelo pioneiro de parceria. Os resultados satisfatórios impulsionaram outras iniciativas de manejo de pesca esportiva na região, tais como Terras Indígenas Uneuixi e Jurubaxi-Téa.

O povo Mëbêngôkre (Kayapó), da comunidade de Kendjam, localizada à margem direita do rio Iriri, na Terra Indígena Menkragnoti, estado do **Pará**, vem desenvolvendo uma iniciativa de pesca esportiva em parceria com a Associação Floresta Protegida e a empresa especializada em pesca esportiva Untamed Angling²⁴, e com o apoio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

No estado do Mato Grosso, o povo Noruvotu recebeu da FUNAI, em 2017, a anuência para a atividade de visitação associada à pesca esportiva nos rios 7 de Setembro e Kuluene, na Terra

²¹ “Desde 2003 o Yaripo está fechado para atividades turísticas por recomendação do Ministério Público Federal e determinação do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). Se por um lado tal decisão levou frustração aos turistas, por outro foi uma medida necessária para impedir a degradação ambiental e a violação dos direitos dos Yanomami. Até então, a visitação ao Yaripo era realizada sem qualquer regulamentação ou controle dos órgãos responsáveis – FUNAI e IBAMA.” (Plano de Visitação Yaripo, 2018)

²² <http://www.serrasdetapuruquara.org/>

²³ <https://foirn.wordpress.com/projetos/turismo-de-pesca-esportiva-no-rio-marie-condicoes-para-empresas-interessadas/>

²⁴ <http://kendjamlodge.com/>

Índigena Pequizal do Naruvôtu. Para tal, as atividades devem ocorrer estritamente nas localidades permitidas pelas comunidades indígenas, a partir unicamente do parceiro indicado pelos indígenas e conforme o Plano de Visitação²⁵. A empresa parceira dessa iniciativa é a Pousada Recanto Xingú²⁶.

Embora modelos inovadores tenham surgido, muitas Terras Indígenas ainda vivem uma realidade de desordenamento da atividade de pesca esportiva, o que pode contribuir para a geração de conflitos e possíveis impactos aos estoques pesqueiros. No estado do Mato Grosso, rios como o Teles Pires e o Juruena, que passam por Terras Indígenas como a Kayabi²⁷ e Apiaká do Pontal e Isolados, por exemplo, ainda lidam com essa problemática devido à falta de planejamento e controle da atividade.



Foto: Rafael Costa/Untamed Angling

²⁵<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4269-funai-expede-anuencia-para-atividades-turisticas-em-terras-indigenas?highlight=WyJldGSvdHVyaXNtbyJd>

²⁶ <http://recantoxingu.com.br/>

²⁷ <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2016/08/justica-proibe-funcionamento-de-pousada-na-terra-indigena-kayabi.html>
<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/4732-presidente-franklimberg-participa-de-reuniao-sobre-ecoturismo-na-terra-indigena-kayabi4?highlight=WyJlY290dXJpc21vll0=>

Tabela 4 - Os pilares do Turismo em Terras Indígenas identificados nas falas de algumas lideranças durante a oficina participativa

Valorização e Preservação da Cultura	Ferramenta de Conscientização e Difusão das Questões Indígenas	Alternativa de geração e distribuição de renda	Proteção e Conservação dos Recursos Naturais
<i>“O mesmo sangue que corre aí na sua veia, corre aqui também, se cortar aqui e cortar aí sai vermelho igual. Mas o que faz a gente diferente é a nossa cultura, é o nosso modo de viver e isso tem que ser mostrado para a sociedade, o índio não é o que está escrito nos livros. Eu valorizo o turismo porque ele ajuda a preservar nossa cultura e a nossa história.” Liderança Adylson, aldeia Utiariti</i>	<i>“O turismo pode ser uma aula de vida, uma aula de aprendizado, em todos os sentidos: político, cultural, ambiental, sobre a educação tradicional e não tradicional, sobre a espiritualidade, sobre a religiosidade...qual o sentimento que nós temos e queremos transmitir para a sociedade?” Cacique Rony Paresi, aldeia Wazare</i>	<i>“O turismo é muito importante para gerar renda para a comunidade. Mas é importante pensar de que forma, como vamos lidar com isso? A aldeia Wazare fez um projeto de 20 anos que inclui um projeto de turismo cultural, de piscicultura, de horticultura, de criação de galinha, visando o consumo da comunidade e a comercialização do excedente para o turista.” Cacique Rony Paresi, aldeia Wazare</i>	<i>“No meu entender nós temos que conservar e fazer um turismo pra receber o financeiro, sem destruir a natureza, sem destruir a beleza dos índios e sem destruir a beleza do cerrado. Para o turismo dar certo, nós temos que cuidar da natureza que nem a gente cuida da gente.” Cacique Narciso Kazaizase, aldeia Quatro Cachoeiras.</i>

A ausência de planos de visitação é uma realidade na maioria das TIs que já recebem ou pretendem receber visitantes, visto a regulamentação recente da atividade no âmbito nacional. Esse tipo de ação deve certamente estar entre as prioridades atuais de forma a orientar o desenvolvimento do turismo em terras indígenas a caminhos responsáveis.

Box 1: Protagonismo das comunidades no turismo

O turismo desordenado ocasiona, em muitos destinos, processos de exclusão das populações locais, fazendo com que a sua percepção acerca dos custos do turismo seja maior do que a dos benefícios que a atividade pode gerar aos seus territórios. Em razão dessa realidade, surgem iniciativas ao redor do mundo preocupadas com a necessidade de se criar modelos mais justos de turismo, que deem a devida atenção ao empoderamento das comunidades no desenvolvimento da atividade em seus territórios.

No Brasil, a terminologia mais utilizada para esse modo de fazer turismo é o Turismo de Base Comunitária (TBC). São inúmeras as iniciativas de TBC existentes em território nacional e que acontecem em ambientes rurais, urbanos, nos diversos biomas do país, em contextos de UCs e de Terras Indígenas. A sociedade civil organizada já atua com o TBC no país desde meados década de 90, sobretudo após a Rio 92, quando o cenário conservacionista brasileiro estava em busca de projetos demonstrativos que pudessem comprovar a viabilidade de fazer do turismo sustentável uma ferramenta complementar à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida das populações envolvidas na atividade (OZORIO, R. et al, 2016). Reconhecendo a importância que o TBC vem tomando no contexto de Terras Indígenas e UCs - e com o aumento da demanda dos povos e comunidades em envolver-se com turismo -, a FUNAI e o ICMBio²⁸ têm se aproximado de forma significativa ao tema nos últimos anos.

No país, o principal coletivo formado para discutir e fomentar o TBC é a Rede Turisol²⁹, que se “caracteriza pela união de diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente.” Apesar das dificuldades em manter a adesão das iniciativas e a continuidade dos trabalhos, a Rede tem dado importantes contribuições ao segmento por meio de intercâmbios, encontros, publicações, articulação e apoio à construção de políticas públicas.



Figura 4 - Protagonismo das comunidades no turismo

²⁸Em 2017, o ICMBio publicou um documento com os princípios e diretrizes da atividade de Turismo de Base Comunitária nas UCs Federais:

http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/turismo_de_base_comunitaria_em_uc_2017.pdf

²⁹ <https://www.projetobagagem.org/historico-1>



Foto: Adriano Gambarini

METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido de acordo com as etapas metodológicas a descritas a seguir:

Diagnóstico da oferta atual e potencial

Por meio revisão bibliográfica e entrevistas com atores do trade, instituições e secretarias municipais e estadual, foi realizado um levantamento preliminar dos principais atrativos, atividades, infraestrutura e serviços, roteiros existentes, operadoras atuantes, etc.; dentro e no entorno das Terras Indígenas da área de estudo. A informação foi sistematizada (Anexo 1) e serviu de apoio para o planejamento da oficina e para o desenho preliminar dos atributos de pesquisa.

Nos dias 10 e 11 de abril de 2018, foi realizada uma oficina participativa em Sapezal-MT, a fim de validar e complementar as informações levantadas na etapa 1. Tais informações serviram para a definição dos atributos da pesquisa de demanda e para a formatação do questionário enviado aos turistas e operadores potenciais. Pode-se dizer que os atributos identificados, em linhas gerais, são representativos da oferta turística existente na bacia e podem servir de base para Terras Indígenas que não foram contempladas no estudo. Além do levantamento de informações sobre a oferta e a demanda, abriu-se espaço para discussões relacionadas aos desafios, oportunidades, expectativas e necessidades de investimentos das aldeias e do trade acerca do turismo indígena.

Análise de demanda

O estudo de demanda envolve a coleta de dados secundários e primários. Entre os dados primários, foram obtidas informações tanto por meio de perguntas diretas, como por exemplo “quais os principais gargalos para o desenvolvimento do setor?”, como por perguntas indiretas por meio das comparações dos cenários. A modelagem da demanda foi feita segundo o método de “experimento de escolha”, um método baseado na teoria econômica de preferências, que as descreve segundo os chamados modelos de escolha discreta. Este método analisa os termos de troca (*trade-offs*) entre critérios que descrevem um bem ou projeto baseando-se em escolhas feitas segundo o conhecimento e experiência de especialistas.

Essas escolhas são feitas por meio da comparação de múltiplos cenários hipotéticos, descritos por um conjunto de atributos/critérios (com diferentes níveis de quantidades ou qualidades), o que possibilita analisar a importância de cada atributo separadamente. Os entrevistados escolhem, dentro de um "menu de opções" com diferentes composições dos critérios, a alternativa que lhes pareça a melhor. Os pesos são então calculados a partir de um modelo econométrico que liga a importância relativa atribuída à probabilidade de escolha de uma alternativa sobre as demais.

Este método costuma ser utilizado para estimativa de demanda em estudos de diversas áreas, como meio ambiente, transportes, saúde e marketing, sendo uma variação do Método de Valoração Contingente que permite analisar cenários complexos, com múltiplos critérios e alternativas.

A pergunta central feita para turistas e operadores de turismo foi diferente com o objetivo de capturar de modo mais real os dilemas que cada tipo de ator tem ao avaliar opções de pacotes. Para os turistas foi feita, para cada conjunto de escolha, a seguinte *pergunta*:

- Você pagaria por qual destas X alternativas de turismo?

Para os operadores de turismo, a pergunta foi:

- Se houvesse apenas esses X pacotes disponíveis, qual seria provavelmente o mais vendido?

Desenho do experimento de escolha

As escolhas são descritas por conjuntos de critérios que podem influenciar nas decisões dos turistas. Estes critérios se referem, de modo geral, aos tipos de atividades ofertadas, ao nível de conforto, tempo de deslocamento e ao preço dos pacotes, conforme descrito a seguir.

A tabela mostra os seis critérios utilizados, que podem ser representados “níveis”, que denotam qualidades ou quantidades em que estes critérios podem aparecer em cada alternativa.

Tabela 5 – Atributos do experimento

Atributos	Níveis
Atividades	Ecoturismo (<i>nível base</i>)
	Ecoturismo + Etnoturismo
	Ecoturismo + Aventura
	Ecoturismo + Pesca Esportiva
	Ecoturismo + grande beleza cênica (“especial”)
	Ecoturismo + grande beleza cênica + Etnoturismo
Acomodação	Pousada
	Oca indígena
	Acampamento (<i>nível base</i>)
Banheiro	Banheiro privativo
	Banheiro compartilhado
	Banheiro tipo latrina (<i>nível base</i>)
Alimentação	Refeição padrão em restaurante
	Refeição tradicional na aldeia
	Sem refeição incluída (<i>nível base</i>)
Tempo de deslocamento	1 hora
	2 horas
	4 horas
Preço por dia/ pernoite por pessoa	R\$ 100
	R\$ 200
	R\$ 300
	R\$ 400

A seguir, os diferentes níveis dos atributos são detalhados.

Atividades

Dentre as atividades, foram incorporadas ao questionário as opções mais representativas da oferta da bacia do Juruena:



O **ecoturismo** é a atividade base em todas as alternativas, que envolve trilhas na natureza, contemplação, banhos em rios e cachoeiras. Combinadas a ela, podem estar ou não presentes atrações complementares, como o etnoturismo, o turismo de aventura, e a pesca esportiva.

O ecoturismo “**especial**” considera atrativos de grande interesse cênico e raridade, como grandes cachoeiras, caso do Salto Utiariti.

O **etnoturismo** inclui atividades vivenciais oferecidas pelas comunidades indígenas, como apresentações de danças e músicas tradicionais, pintura corporal, culinária tradicional, arco e flecha.

O turismo de **aventura** envolve atividades como rapel, mergulho e descida de corredeiras em rafting.

A **pesca esportiva** envolve o direito de pescaria na modalidade pesque e solte nos rios das terras indígenas.

Figura 5 - Tipos de atividades turísticas

Alimentação

As comunidades estão interessadas em responder à seguinte pergunta: Vale a pena se organizar/mobilizar para oferecer refeições aos turistas? Se sim, qual é a melhor maneira para se oferecer isso? Com refeições que os turistas estejam acostumados, como em restaurantes tradicionais, ou do modo tradicional indígena (por exemplo, com peixe na folha, açaí, patuá, inhame, milho, etc.)? A resposta para o tipo de “experiência de alimentação” é extraída pela análise deste atributo, dividido em 3 níveis possíveis: (1) sem oferta de comida; (2) com oferta de comida padrão tipo restaurante; (3) com oferta de comida tradicional indígena, como e onde eles comem. As figuras a seguir apresentam as opções 2 e 3, enquanto a opção 1 é apresentada sem figura, apenas com uma frase “sem oferta de comida”.



Figura 6 - Tipos de experiência de alimentação

Banheiro

As comunidades querem saber não só qual é a prioridade da construção de banheiros em comparação a outros investimentos, como também sobre os ganhos que cada tipo de banheiro pode oferecer em termos de influenciar as escolhas de destinos turísticos. Foram comparados 3 tipos de banheiro: (1) o banheiro tipo latrina, sem vaso sanitário; (2) banheiro coletivo; (3) banheiro privativo.



Figura 7 - Tipos de banheiros

Acomodação

Outra pergunta que queremos responder é: Caso as comunidades queiram se organizar para oferecer pernoite nas aldeias, qual seria a melhor maneira para se oferecer isso? Simplesmente oferecendo local para acampamento, ou podendo cobrar um adicional para a estadia em oca tradicional? Vale a pena investir em uma acomodação do tipo pousada? Ou seja, quanto os turistas estariam dispostos a pagar para ficar acomodados com maior conforto?

Figura 8 - Tipos de acomodação



Tempo de Viagem

Queremos saber o quanto a demanda é sensível ao tempo de viagem, ou seja, se a distância poderia inviabilizar a oferta de pacotes turísticos em aldeias muito distantes de aeroportos. As distâncias oferecidas variaram entre 1 hora e 4 horas – considerando que há trajetos de pequenos aviões comerciais para cidades relativamente próximas às aldeias, como Sapezal e Campo Novo do Parecis.

Preço

O preço se refere ao um pacote proposto com duração de um final de semana, com um pernoite para uma pessoa, sem incluir o custo de transporte. Os preços propostos variam entre R\$100 e R\$400 (cerca de US\$25 e US\$100). É esperado que quanto maior o preço, menor será a quantidade demandada pelo pacote. A relação entre preço e receita da atividade, entretanto, depende de quanto a demanda varia devido a uma variação no preço.

Questionário

Com base nos atributos identificados na primeira etapa, foram elaborados dois questionários com o objetivo de compreender o perfil e as preferências de turistas e operadores pelas atividades possíveis nas Terras Indígenas.

Os questionários envolvem um método de comparação de pacotes turísticos hipotéticos, descritos por características/atributos relevantes para a escolha de turistas entre diversas alternativas de locais e atividades.

A pergunta central feita para turistas e operadores de turismo foi diferente com o objetivo de capturar de modo mais real os dilemas que cada tipo de ator tem ao avaliar opções de pacotes. Para os turistas foi feita, para cada conjunto de escolha, a seguinte *pergunta*:

- Você pagaria por qual destas alternativas de turismo?

Para os operadores de turismo, a pergunta foi:

- Se houvesse apenas esses 3 pacotes disponíveis, qual seria provavelmente o mais vendido?

Cada linha (cores) representa uma alternativa de pacote, composta por diferentes combinações de características, descritas nas colunas (ver figura 4). Apenas uma alternativa deve ser escolhida por conjunto de escolha. Cada entrevistado responderá a 4 variações de “conjuntos de escolha” compostos por 4 alternativas.

ATIVIDADE	ACOMODAÇÃO	BANHEIRO	ALIMENTAÇÃO	TEMPO	PREÇO*
Ecoturismo + Etnoturismo	Pousada	Banheiro Privativo	Refeição não incluída	4 horas	R\$300
Ecoturismo + Etnoturismo	Oca Indígena	Banheiro tipo Latrina	Refeição Tradicional nas Ocas	1 horas	R\$300
Ecoturismo + Etnoturismo	Acampamento	Banheiro Coletivo	Refeição em Restaurante	2 horas	R\$300

* Incluiu acomodação, alimentação, entrada e atividades (não inclui transporte)

PREFIRO NÃO FAZER O PASSEIO

02

Figura 4: Exemplo de conjunto de escolha

Os pacotes e seus preços propostos incluem: acomodação para um pernoite em terra indígena; alimentação; entrada; e atividades – não sendo incluído o custo do transporte.

Além das perguntas de escolhas, foram também feitas perguntas subsequentes diretas sobre o perfil dos entrevistados.

Amostra de entrevistados

Realizou-se um levantamento de contatos de e-mail de turistas potenciais, utilizando-se de bancos de contatos de algumas iniciativas e instituições, para posterior envio de questionário virtual por correio eletrônico. Foram obtidas 114 respostas de turistas potenciais.

Com relação às operadoras, foi realizado um levantamento de empresas nos segmentos de ecoturismo, turismo vivencial/comunitário/etnoturismo, turismo de aventura e pesca esportiva. 115 empresas foram contatadas, das quais 28 participaram da pesquisa.

A descrição do questionário foi feita por vídeo, contendo o objetivo da pesquisa e as instruções para as respostas³⁰.

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=dNg4Z2HCITl&t>

Modelo econométrico

O modelo utilizado busca construir uma escala de “bem-estar” ou satisfação, que é medida segundo uma unidade de medida da economia chamada de *utilidade*. Esta escala mede e compara as magnitudes que diferentes variações no contexto base influi e afeta a satisfação das pessoas.

O Experimento de Escolha segue o modelo de utilidade aleatória (*Random Utility Model - RUM*), em que um indivíduo i escolhe uma alternativa j ao invés de outras j' se a utilidade de j for maior do que a utilidade de j' (Louviere *et al.*, 2000). A utilidade de um indivíduo i associada à alternativa j é:

$$U_{ij} = V_{ij} + \varepsilon_{ij} , \quad i = 1, \dots, N , \quad j = 1, \dots, J , \quad (1)$$

Em que V_{ij} é a parte determinística da função utilidade, que pode ser explicada pelas variáveis coletadas pelo pesquisador, e ε_{ij} é um componente não observado (aleatório) da utilidade. A **probabilidade de escolha** da alternativa j sobre as demais j' é relacionada à **utilidade** de j ser maior do que a utilidade de j' :

$$\begin{aligned} P(U_{ij} > U_{ij'}) &= P(V_{ij} + \varepsilon_{ij} > V_{ij'} + \varepsilon_{ij'}) \quad (2) \\ &= P(\varepsilon_{ij'} - \varepsilon_{ij} < V_{ij} - V_{ij'}) \end{aligned}$$

Essa equação mostra a ideia básica do modelo, de que a utilidade de j será maior do que a de j' se a diferença dos parâmetros de utilidade não observados for menor do que a diferença dos parâmetros de utilidade observados. A utilidade observada V é capturada pelas variáveis incluídas no modelo, enquanto o termo ε descreve os fatores não previstos pelo modelo, aquilo que pode afetar as escolhas dos participantes, mas que não se referem às qualidades usadas para descrever os cenários.

O modelo Logit Condicional é obtido ao assumir que os parâmetros de utilidade não observados ε são distribuídos identicamente e independentemente (IID) de acordo com uma distribuição Gumbel (também chamada de *type I extreme value*). Essa distribuição é apropriada para a abordagem de utilidade aleatória, dado que a diferença entre duas variáveis do tipo *extreme value* é distribuída logisticamente (Train, 2009).

A probabilidade de escolha é a integral do produto de uma distribuição cumulativa de $P|\varepsilon_{ij}$ sobre todos os valores de ε_{ij} . Após algumas transformações matemáticas, a probabilidade de escolha logística é dada pela seguinte equação: (Haab and McConnell, 2002).

$$P_{ij} = \frac{\exp(V_{ij})}{\sum_{j'=1}^J \exp(V_{ij'})} \quad (3)$$

A Equação 3 mostra a ligação definida entre a utilidade individual e a probabilidade de observar o indivíduo i escolher a alternativa j em detrimento de j' .

Este estudo usa o modelo Logit Condicional³¹ para estimar os efeitos dos atributos que compõe a fórmula de equivalência ecológica. Nesse caso, β_k representa a *utilidade marginal*³² de um atributo, sendo descrito pela variável X_k .

$$V_{ij} = \sum_{k=1}^k \beta_{jk} X_{ijk} \quad (4)$$

A disposição a pagar por um componente do modelo é dado pelo conceito de *Taxa Marginal de Substituição*, conceito econômico que mede o número de unidades de um bem Y (dinheiro) que se abriria mão por unidade de um bem X (características do pacote), mantendo assim o nível de satisfação (utilidade) constante – com o pagamento e o item, versus sem o pagamento e sem o benefício do item avaliado:

$$TMS_{xy} = \Delta V_x / \Delta V_y \quad (5)$$

³¹ Um modelo Mixed Logit também foi testado para considerar heterogeneidades de preferências. Dado que os resultados foram muito similares, optou por manter o modelo mais simples.

³² A “utilidade marginal” representa a variação no bem-estar gerada pela mudança no nível de um atributo.



Foto: João Ricardo Bispo

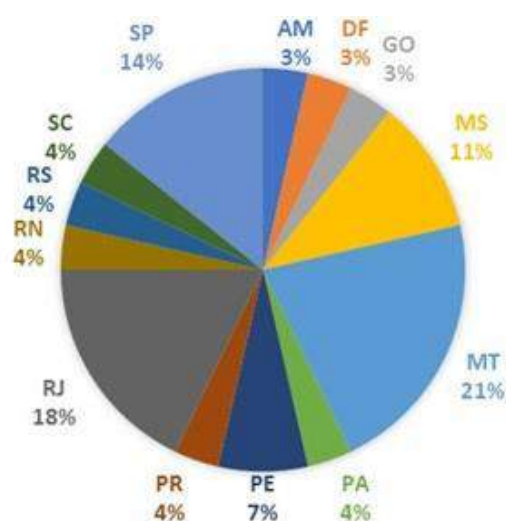
RESULTADOS DA ANÁLISE DE DEMANDA

Com base no levantamento das principais características da oferta turística das regiões estudadas, foram elaborados questionários para turistas e operadores potenciais. Os resultados da pesquisa de demanda são apresentados a seguir:

Perfil dos operadores de turismo

Operadores de turismo são um importante elo da cadeia de serviços do turismo, fazendo a ligação entre os indivíduos que buscam experiências turísticas e aqueles que oferecem as experiências e os produtos locais. Eles têm conhecimento sobre os padrões de satisfação de seus clientes, buscando se adiantar a possíveis desejos e problemas que possam ocorrer nos roteiros.

Onde localiza-se a operadora? Com quais segmentos do turismo trabalha?

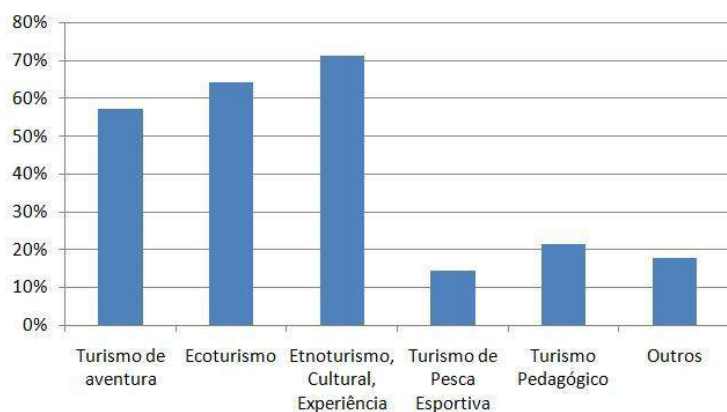


Foram consultados 28 operadores de turismo das cinco regiões do país - totalizando 13 estados brasileiros - sendo que o Mato Grosso teve maior participação de operadores, seguido do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A maioria dos operadores consultados (71%) oferece experiências de turismo com viés cultural, como o etnoturismo em terras indígenas ou comunidades tradicionais, o turismo vivencial ou de experiência. Roteiros mais voltados à natureza, típicos dos segmentos de ecoturismo (64%) e turismo de aventura (57%), também estão entre os principais. Por volta de 21% oferecem turismo pedagógico e 14% comercializam pacotes de pesca esportiva.

Figura 9: Estados de origem dos operadores

Como na oferta turística da bacia do Juruena o turismo de aventura é um dos segmentos com maior expressividade, foi perguntado aos operadores sobre atividades específicas desse tipo de turismo. Descobriu-se que 36% das operadoras consultadas oferecem atividades de descida em corredeiras, 28% oferecem rapel e 21% mergulho. Considerando a combinação de atividades, 43% oferecem pacotes de ecoturismo e também de etnoturismo/cultural, 39% oferecem



roteiros de aventura e também de etnoturismo/ cultural, enquanto que 18% trabalham tanto com turismo pedagógico quanto com etnoturismo/ cultural; nenhuma das agências consultadas trabalha com etnoturismo e turismo de pesca esportiva.

Figura 10: Tipos de turismo comercializados pelos

A origem dos clientes destes operadores é majoritariamente de estrangeiros (56%). É importante lembrar que parte dos turistas não utiliza agências de turismo, e que a probabilidade de um turista estrangeiro recorrer a agências de turismo é maior do que de um turista local. A

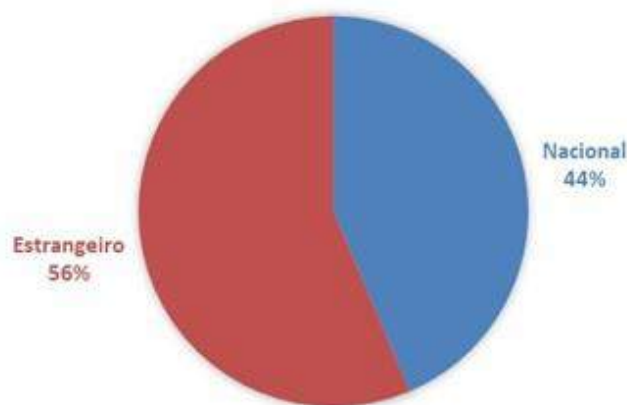


Figura 11: Origem dos clientes

origem dos turistas dos 6 operadores com sede no MT varia muito entre operadores, com alguns especializados em turistas de origem no exterior, e outros com origem dentro do próprio estado. Os de origem estrangeira são, na média, 44% do total declarado pelos operadores. O percentual de turistas com origem em outros estados do Brasil que utilizam operadores do MT gira em torno de 26%, enquanto dos turistas com origem dentro do

próprio estado representa em média 30%.

O tipo de roteiro mais comercializado pelas empresas consultadas é o customizado, montado de acordo com o perfil e preferências do cliente. Mais de 90% das operadoras trabalham com esse tipo de roteiro, indicando uma tendência de mercado para os segmentos trabalhados pelas

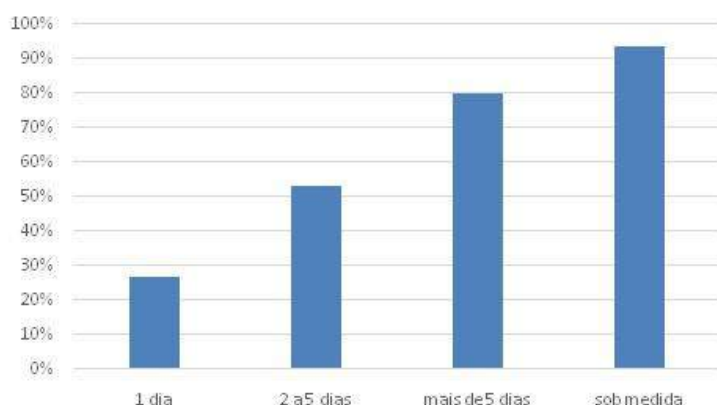


Figura 12: Tipos de roteiros mais comercializados

operadoras. Roteiros longos com mais de cinco dias de duração também possuem alta participação nas vendas, sendo mencionados por 80% dos participantes. Já os roteiros de 2 a 5 dias são comercializados por um pouco mais da metade das operadoras, enquanto que roteiros de 1 dia (day-use) têm pouca importância em termos de vendas.

75% das operadoras participantes da pesquisa comercializam roteiros no estado do Mato Grosso. O bioma Pantanal é destino de aproximadamente 60% das operadoras entrevistadas, seguido da Chapada dos Guimarães com 42%, de Nobres (32%) e da região Amazônica de Alta Floresta (21%). Os destinos localizados na Bacia do Juruena (Chapadão do Parecis, Tangará da Serra, Aripuanã, entre outros) foram mencionados unicamente por operadoras de Mato Grosso, fato que demonstra que a região ainda é pouco conhecida no mercado nacional. Já os roteiros em terras indígenas na região da Serra do Roncador foram mencionados 3 vezes por operadoras de outros estados.

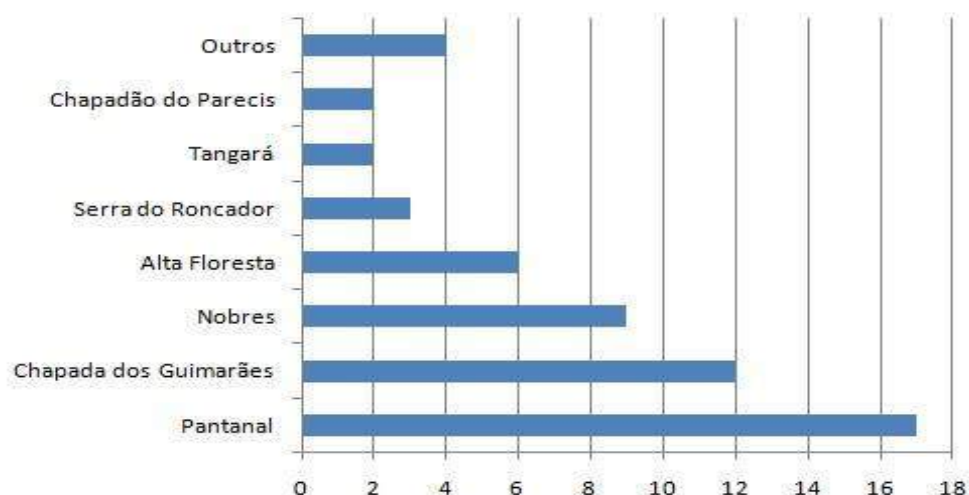


Figura 16 - Destinos comercializados no Mato Grosso

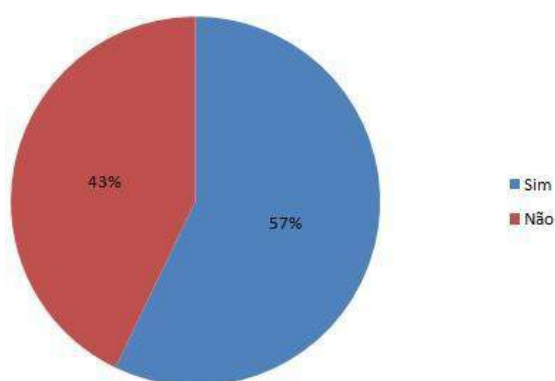


Figura 17: Operadoras comercializando roteiros

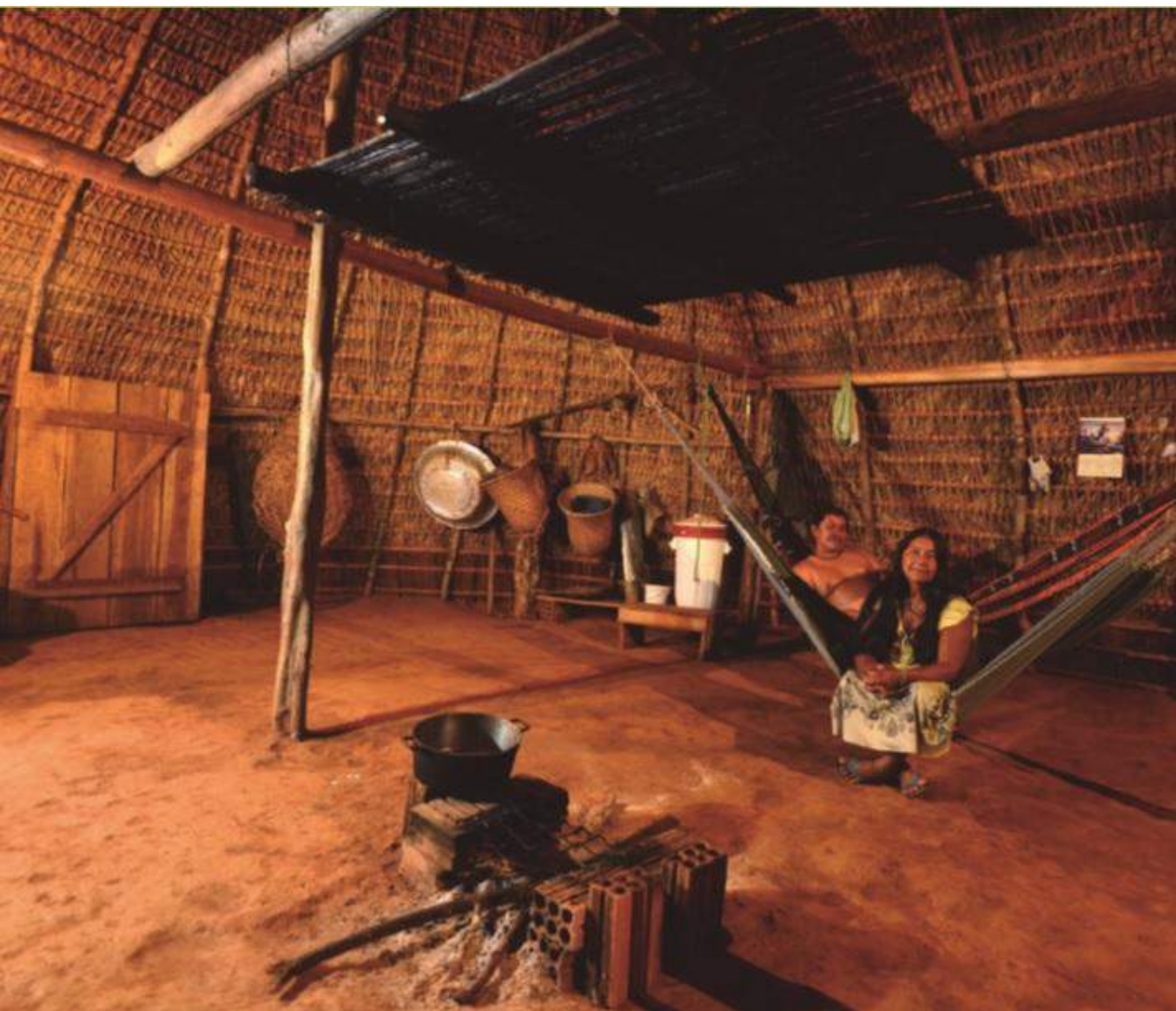
Em relação às operadoras que não realizam roteiros a essas comunidades, o motivo mais comentado (23%) tem ligação com o tipo de experiência ofertado. Segundo essas empresas, seu público busca experiências vivenciais que vão além das apresentações culturais muitas vezes oferecidas. Outras razões mencionadas – e que tiveram o mesmo número de citações – são: a) a falta de conhecimento de produtos existentes, b) a ineficiente articulação das comunidades e parceiros locais, c) a desconfiança (que pode ter relação com a qualidade do produto, compromisso ou riscos potenciais) e d) falta de infraestrutura mínima.

Somente 8% destes operadores disseram não realizar roteiros por falta de interesse ou pelo fato de os mesmos terem curta duração.

Por volta de 57% das operadoras realizam roteiros em Terras Indígenas ou em comunidades tradicionais em distintas localidades do território nacional. Foram mencionadas comunidades indígenas nas regiões Norte, Centro Oeste, Sul e Nordeste, com prevalência das comunidades localizadas no bioma Amazônico. Além das indígenas, as operadoras atuam com comunidades tradicionais caiçaras, ribeirinhas e quilombolas.



Figura 18: Razões pelas quais não comercializam



**ANÁLISE DE DEMANDA: RESULTADOS DO EXPERIMENTO DE ESCOLHA -
PERCEPÇÕES E PREFERÊNCIAS DE TURISTAS E OPERADORES**

O princípio da metodologia de análise de demanda é de que, ao entender as escolhas das pessoas, entendemos a importância do que afeta o bem-estar e satisfação – ou o que afeta as expectativas das experiências de turismo. A escolha dos turistas e operadores são aqui descritas e explicadas por *critérios*. Estes critérios interagem em diferentes níveis, sendo que cada indivíduo tem *preferências* sobre quais critérios são mais relevantes para suas decisões e satisfação.

Nossa pergunta central de pesquisa é: Quais aspectos são mais importantes para que os turistas decidam pagar (mais) por essa experiência?

O modelo de demanda aqui desenvolvido avalia *consensos* entre os entrevistados, ou seja, identifica preferências similares e representativas de uma média. Caso não haja um padrão claro para alguns dos atributos, isso não significa que este não seja relevante, mas que não é possível fazer inferências com base na média, pois há heterogeneidade considerável de preferências pelo critério em questão.

Os resultados das preferências aqui apresentadas têm como base entrevistas feitas com dois tipos de atores: Operadores; e turistas potencialmente interessados em atividades de turismo em terras indígenas, etc. As análises das percepções e preferências foram feitas separadamente, o que permite avaliar similaridades e divergências entre os dois tipos de atores. Foram entrevistadas 114 turistas e 28 operadores de turismo de diversas regiões do Brasil³³.

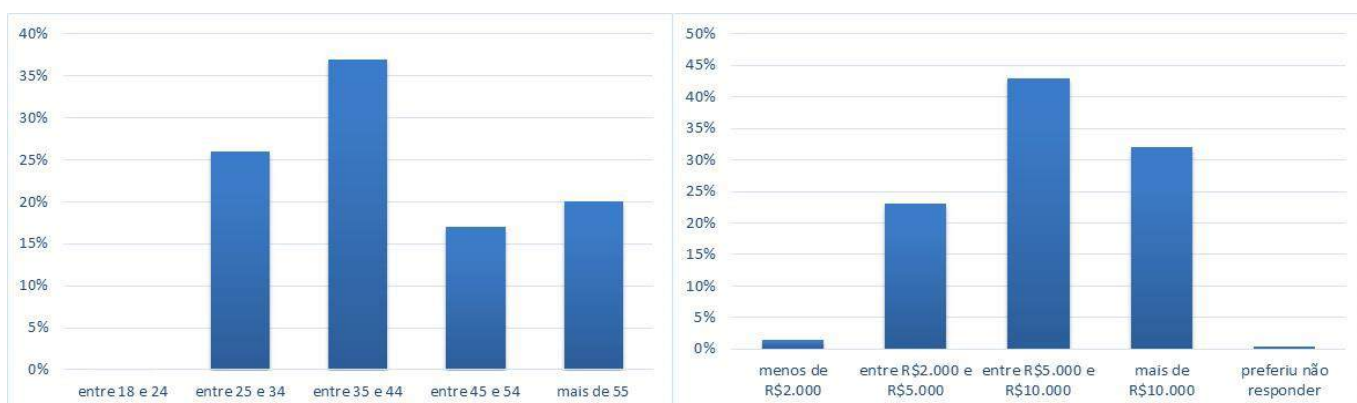


Figura 19 - Idade e renda da amostra de turistas

Destes, 57% se identificam com o gênero masculino, e 43%, feminino. Tem idade média na casa dos 40 anos, e um nível de renda relativamente elevado, sendo que 32% da amostra declarou ter renda acima de R\$10.000 por mês.

Dos entrevistados, todos demonstraram interesse em conhecer terras indígenas, sendo que 33% têm desejo de ter uma experiência, e 67% têm desejo de visitar mais de uma terra indígena, o que mostra que o potencial da demanda por turismo em terras indígenas não está restrito a

³³ Os 114 turistas entrevistados são de todas as regiões do Brasil, incluindo 4 estrangeiros. O critério de seleção foram aquelas pessoas que tinham seus e-mails cadastrados em bancos de dados iniciativas de ecoturismo, de agências de turismo, ou seja, são público-alvo desta pesquisa e potenciais demandantes de turismo em terras indígenas. Foram enviados cerca de 1.500 e-mails convidando os indivíduos a responderem ao questionário online.

experiências únicas, mas que há uma consistência por grande parte de seus visitantes. Do total dos entrevistados, 67% já visitaram terras indígenas.



Figura 14: Experiência prévia e nível de interesse em terras indígenas

Análise estatística

A análise econométrica mostra as relações de importância relativa entre os critérios comparados. A seguinte fórmula descreve o modelo utilizado, chamado de *Logit Condicional*:

$$Escolha = \beta_1 * \Sigma atividade + \beta_2 * \Sigma acomodação + \beta_3 * \Sigma alimentação + \beta_4 * \Sigma banheiro + \beta_5 * tempo + \beta_6 * preço + \varepsilon$$

Em que a variável dependente é a variável binária de escolha (sim ou não para as alternativas de pacotes turísticos), os β representam as Utilidades Marginais (pesos) dos atributos de caracterização ecológica, e ε é o termo de erro da regressão, que mostra a ideia de que nem todos os efeitos determinantes das escolhas são capturáveis pelas variáveis do modelo.

Os atributos atividade, alimentação, acomodação e banheiro são representados por um conjunto de variáveis do tipo *dummy*, separadas por suas respectivas categorias.

A tabela a seguir mostra os resultados da análise de regressão, que serão utilizados para o cálculo das proporções de troca, ou importâncias relativas (*trade-offs*), entre atributos.

Tabela 6 - Regressão Estatística – Preferências de Turistas (esquerda) e Operadores (direita)

	Coef.	Std. Err.	P>z		Coef.	Std. Err.	P>z
Constante	1.000	0.431	0.020	Constante	-1.575	0.533	0.003
Atividade				Atividade			
Ecoturismo + Aventura	0.655	0.306	0.033	Ecoturismo + Aventura	0.826	0.348	0.018
Ecoturismo + Etnoturismo	0.252	0.255	0.323	Ecoturismo + Etnoturismo	0.146	0.305	0.631
Ecoturismo + Pesca	-1.408	0.383	0.000	Ecoturismo + Pesca	-0.062	0.390	0.874
Ecoturismo Especial (Cachoeira)	0.287	0.355	0.420	Ecoturismo Especial (Cachoeira)	0.023	0.422	0.957
Ecoturismo Especial + Etnoturismo	0.543	0.310	0.080	Ecoturismo Especial + Etnoturismo	0.541	0.347	0.119
Acomodação				Acomodação			
Camping	0.000			Camping	0.000		
Oca Indígena	1.001	0.242	0.000	Oca Indígena	0.773	0.253	0.002
Pousada	0.600	0.221	0.007	Pousada	0.039	0.261	0.881
Banheiro				Banheiro			
Banheiro Coletivo	1.059	0.289	0.000	Banheiro Coletivo	0.089	0.335	0.790
Banheiro Privativo	1.076	0.270	0.000	Banheiro Privativo	0.861	0.304	0.005
Banheiro tipo Latrina	0.000			Banheiro tipo Latrina	0.000		
Alimentação				Alimentação			
Não Incluída	0.000			Não Incluída	0.000		
Refeição Tradicional nas Ocas	0.759	0.194	0.000	Refeição Tradicional nas Ocas	-0.008	0.231	0.973
Refeição em Restaurante	0.262	0.203	0.197	Refeição em Restaurante	0.290	0.235	0.217
Tempo	-0.038	0.057	0.497	Tempo	0.128	0.069	0.064
Preço	-0.002	0.003	0.541	Preço	-0.004	0.001	0.017
renda#c.preco							
	2	0.003	0.003				
	3	0.003	0.003				
	4	0.003	0.003				

Os resultados das tabelas devem ser interpretados da seguinte maneira: Os coeficientes $\beta_{\square}$ dão a Utilidade Marginal dos atributos.³⁴ Quanto maior o valor da coluna de “Coeficientes”, maior é a importância do item (em comparação com a categoria base, que é por definição igual a zero). Porém, esta afirmação só é *estatisticamente válida* (diferente de zero) caso o valor da coluna “P>z” seja menor do que 0.05. A coluna de “erro padrão” (“Std Err”) mostra valores que servem para o cálculo da coluna P>z, não sendo diretamente interpretável.

Atividades

O modelo avaliou as preferências por tipos de atividades a serem realizadas durante a visita, incluindo o etnoturismo, turismo de aventura, pesca esportiva e grandes atrativos de beleza natural.

³⁴ Variação contextualizada de *bem-estar* devido à mudança no nível do atributo.

Em termos das atividades oferecidas, tanto os operadores quanto os turistas consultados consideraram que a oferta de **turismo de aventura**, tem grande impacto sobre a agregação de valor nos pacotes turísticos, incluindo atividades de descida de corredeiras (*rafting*), rapel e mergulho. Dois terços dos entrevistados (67%) declararam ter interesse em atividades de aventura, sendo que a descida de corredeiras é atividade que desperta maior interesse (34%).

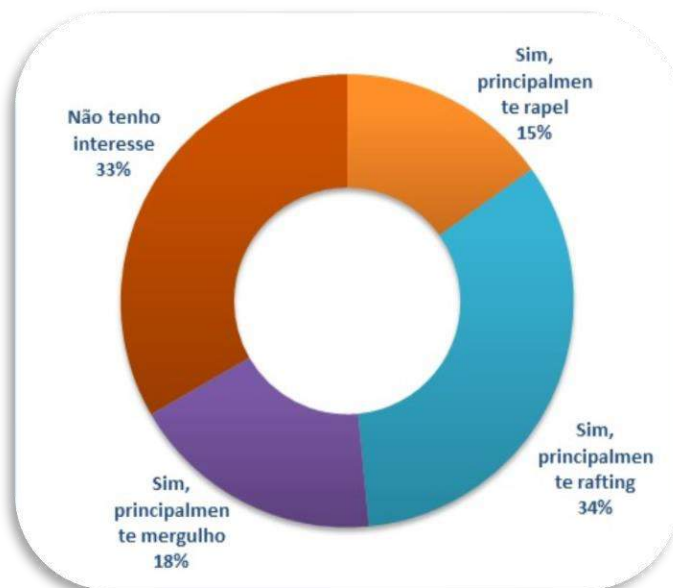


Figura 20: Proporção de interessados em turismo de

Segundo a interpretação das preferências dos operadores, um pacote que oferte atividades de aventura por dois dias pode ter um preço por pessoa até R\$ 235 superior a um pacote sem este tipo de atividade. Há de se considerar que a oferta destas atividades envolve *custos* adicionais de equipamentos e de treinamento específico para sua operação segura.

O etnoturismo combinado com a presença de atrativos naturais exuberantes, como por exemplo, o salto do Utiariti, pode conseguir um preço superior a outros atrativos que não disponham dessa combinação. Não houve um consenso claro sobre quanto pode ser cobrado adicionalmente por esta combinação, mas resultados sugerem que poderia ser cobrado um valor R\$ 150 maior do que um pacote simples de ecoturismo sem o componente cultural e sem grandes cachoeiras.

A atividade de pesca esportiva aparece como pouco compatível com o etnoturismo. Apenas 12% dos entrevistados têm interesse mútuo entre pesca esportiva e etnoturismo, sendo que a média dos entrevistados não tem disposição a pagar adicional por esse tipo de atividade.

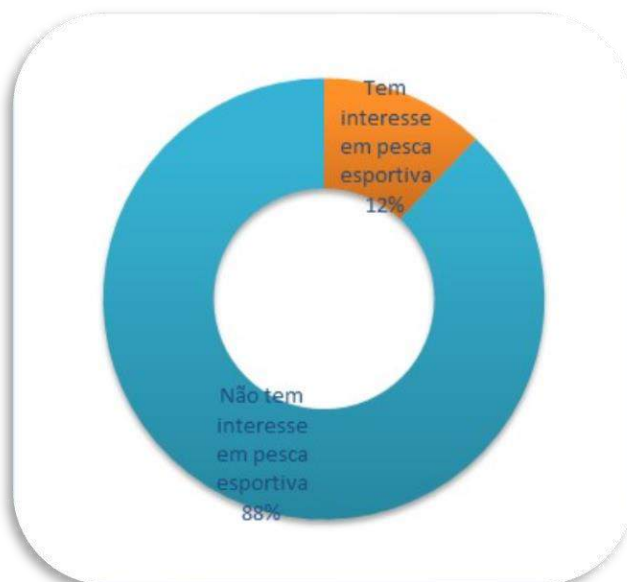


Figura 21 - Interesse por atividades de aventura e pesca esportiva

Investimentos em equipamentos e capacitação para descida de corredeiras em botes seria um investimento que despertaria substancial interesse do público para experiência em conjunto com o etnoturismo. O estabelecimento de parcerias com operadoras experientes atuantes nesse tipo de atividade se mostra uma opção interessante.

Acomodação, Alimentação e Banheiros

Buscou se avaliar qual o impacto de diferentes padrões de acomodação, alimentação e banheiros teriam sobre as escolhas de pacotes turísticos, comparando componentes de padrão básico, de padrão tradicional e de padrão de maior conforto.

Para acomodação foram comparadas as opções de acampamento; pernoite em oca indígena tradicional; e pernoite em pousada. Para alimentação foram comparados pacotes sem alimentação incluída; com alimentação tradicional indígena incluída; e refeição em restaurante. Para tipo de banheiro foram comparados banheiros tipo latrina; banheiros coletivos; e banheiros privativos para turistas.

Os resultados apontam uma demanda claramente direcionada a experiências o mais próximo possível das experiências cotidianas indígenas, ou seja, de imersão cultural, ao invés de uma experiência de visita mais confortável, porém distante da realidade cotidiana dos indígenas.

“Menos é mais”

Foi observado que um padrão mais confortável de pousada não agregaria valor suficiente quando comparado à experiência de estar acomodado em uma oca tradicional, assim como um padrão de alimentação tipo de restaurante tampouco agregaria valor suficiente quando comparado à experiência de se alimentar da mesma maneira tradicional dos indígenas e com os indígenas.



Figura 22 - Experiência autêntica - pernoite em oca indígena e refeição tradicional

Segundo o ponto de vista dos turistas, o fator que tem maior peso para suas escolhas é a existência de banheiro para turistas, ainda que seja do tipo banheiro coletivo, do tipo existente em albergues. O banheiro privativo, apesar de agregar mais valor, não agrega marcadamente mais do que um banheiro coletivo. Interessante notar a divergência de visão com os operadores, que consideram banheiros privativos marcadamente mais atrativos que banheiros coletivos, ou seja, podem dar preferência para divulgarem pacotes que contem com oferta de banheiros privativos – apesar de isto não parece ser um fator de agregação de valor para os turistas.

Em ordem de importância, após a existência e as boas condições dos banheiros, vem a experiência de pernoite em ocas indígenas, que foi descrita pela foto acima, considerando o uso de redes. O mesmo padrão se repete de que, apesar de ser reconhecido que o padrão de

pousada agrega mais valor ao pacote do que um acampamento, esta não agrega tanto quanto a experiência de imersão cultural de vivência nas ocas.

Sobre a alimentação, o mesmo padrão foi observado, de que para os turistas, refeições nos padrões indígenas tradicionais são mais desejáveis do que a oferta de refeições de padrão de restaurantes - o que é um ótimo sinal da abertura dos turistas para experimentar novos sabores, de valorização da cultura indígena, e consequente oportunidade para disseminação da culinária indígena. Interessante mencionar que não houve consenso entre os operadores sobre qual seria o tipo de alimentação mais desejável, o que nos leva a acreditar que estas informações (sobre o desejo de experiências autênticas em detrimento de experiências mais confortáveis) podem ser de grande relevância para que operadores tenham as expectativas alinhadas com as dos turistas, que na média, não deixarão de comprar pacotes com pernoites em redes, ou com refeições “exóticas”. Além disso, pode apontar alguma preferência não captada de que seja melhor que os turistas levem sua própria refeição.

Tempo

Nosso modelo não capturou o tempo de deslocamento como um fator determinante para as escolhas dos turistas³⁵.

Comparação de intensidade das preferências

A avaliação de intensidade de preferências, ou seja, dos fatores mais relevantes para as escolhas de destinos dos turistas, ou as opções que mais agregam valor à experiência, é feita comparando os itens propostos com os itens do chamado “padrão mínimo”, que foi definido como: um passeio simples de ecoturismo, com a estadia em acampamento, com banheiro tipo latrina, sem refeição incluída. A escala de medida da magnitude das preferências está relacionada ao impacto de um atributo sobre a probabilidade de se escolher um tipo de pacote em comparação às demais alternativas de pacotes.

O fator mais importante para suas escolhas de destino dos turistas consultados foi haver banheiros melhores do que os de tipo latrina, ou seja, com chuveiro e vaso sanitário em boas condições. As preferências foram muito similares entre banheiro privativo e banheiro coletivo, o que mostra que ambos são reconhecidos como gerando os mesmos ganhos de bem-estar. Assim, do ponto de vista da oferta de infraestrutura, os indígenas poderiam escolher entre a opção de menor custo (banheiro coletivo), sem que haja perda de satisfação por parte dos turistas. Ainda no grupo dos itens mais importantes está a acomodação em oca indígena tradicional, outro item que deve ser garantido aos turistas como uma experiência autêntica de vivência sobre “como os indígenas dormem”. Nota-se que a preferência de se acomodar em pousadas naturalmente é maior do que a acomodação do tipo acampamento (padrão mínimo),

³⁵ Nossa pesquisa avaliou tempos de traslado de até 4 horas depois do aeroporto, o que pode não capturar efeitos negativos de distâncias maiores, como de 8 horas ou mais de transporte.

porém, não é tão grande quanto o de dormir em oca indígena tradicional, o que aponta que as comunidades devem se focar na oferta de acomodação tradicional.

Na seqüência daquilo que mais agrega valor, vem a refeição tradicional indígena, que deve agregar mais valor do que refeições padrão de tipo de restaurante, que os turistas já conhecem. Havendo esse interesse por parte dos turistas, as comunidades podem se organizar para oferecer refeições com elementos tradicionais de sua cultura, e assim, cobrar um valor adicional por pacotes que incluam essas refeições. A oferta de atividades de aventura são também determinantes para as escolhas dos turistas e para sua disposição a pagar por pacotes. Entretanto, a oferta desse tipo de atividade envolve riscos e requer investimentos em equipamentos e treinamento de monitores especializados nas atividades de aventura, como a descida em corredeiras.

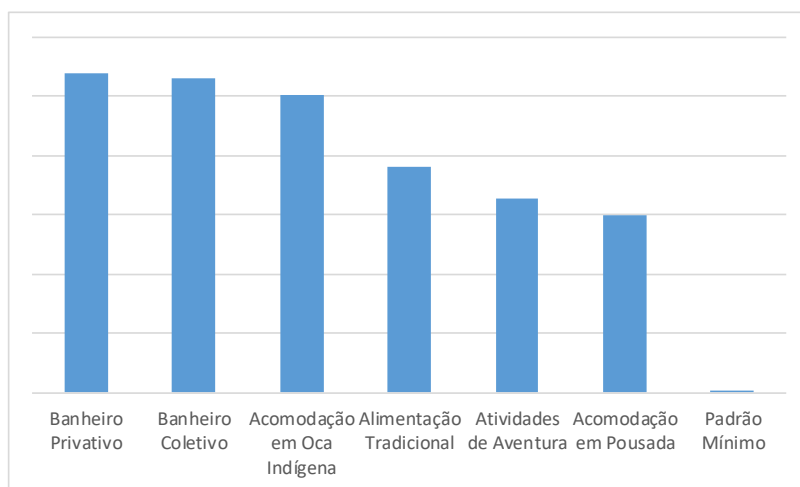


Figura 18: Intensidade de Preferências dos Turistas

Segundo a percepção dos operadores, o item de maior impacto para o sucesso de suas vendas é a garantia da oferta de banheiros privativos, estando em um nível de importância e de agregação de valor semelhante à da oferta de atividades de aventura e da acomodação em oca indígena. Como dito anteriormente, estes consideraram que banheiros coletivos e refeições tradicionais não agregariam tanto valor aos pacotes quanto os turistas consideraram.

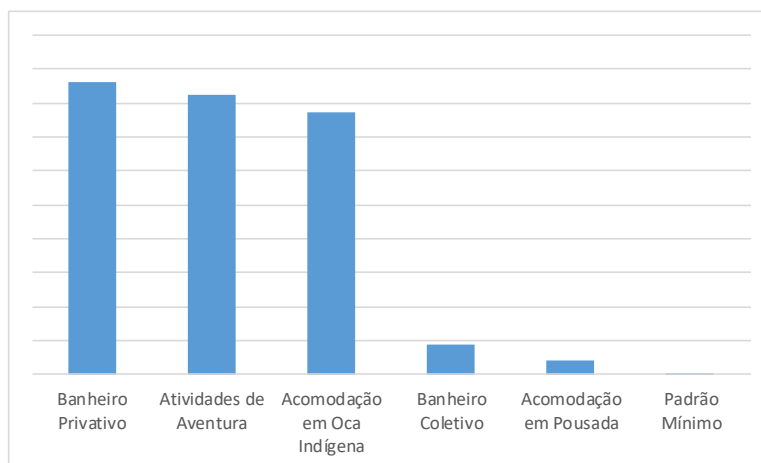


Figura 19: Intensidade de preferências dos Operadores

Turismo de Imersão e de Experiência

“O pessoal procura experiência indígena com vivências do modo de vida deles. Quem busca turismo étnico, pode ter atividades no entorno natural, mas o foco é conhecer, compartilhar e aprender da vivência dessas comunidades. O mais importante é a história que eles têm pra contar.” (operador)

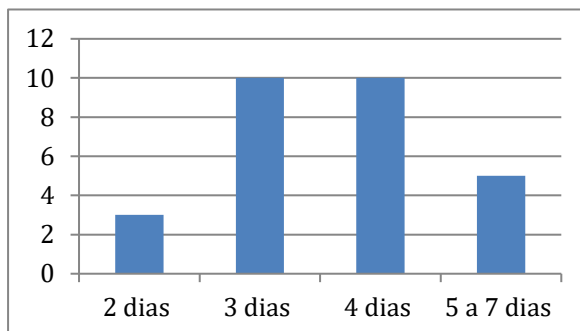
De modo geral, foi relatado pelos entrevistados que o desejo de imersão, contato cultural e aprendizado com a comunidade são mais preponderantes na escolha dos turistas do que apresentações culturais, em que o turista é apenas um expectador.

Esse tipo de vivência contribui para um enriquecimento do olhar do visitante a respeito da realidade sociocultural do destino e, por sua vez, empodera a comunidade receptora, valorizando sua cultura e fortalecendo sua autoestima.

É claro que a imersão é algo que deve ocorrer com o consentimento da comunidade, e que o entrosamento sonhado pelos turistas não é algo construído do dia para a noite. Por isso, foi relatado com frequência um desejo de experiências mais longas do que um final de semana.

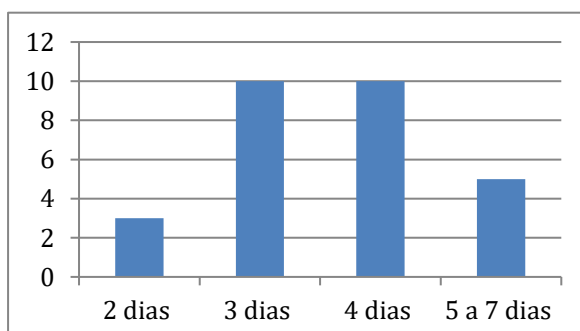
Box 2: Opinião das operadoras sobre a duração mínima dos roteiros

Pergunta 1: Imagine que você está planejando comercializar um roteiro em Terras Indígenas do Mato Grosso para as quais o acesso - saindo de São Paulo - duraria por volta de 1 dia (voo até Cuiabá + 6 horas de carro). Considerando esse deslocamento, você estaria disposto a vender esse roteiro se ele tivesse no mínimo:



⇒ MÉDIA DE 4 DIAS

Pergunta 2: E se fosse possível chegar de avião até a cidade mais próxima que está a 1 hora de distância de carro? A duração mínima do roteiro seria de...



⇒ MÉDIA DE 3 DIAS



ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OFERTA E DEMANDA

Região do Chapadão dos Parecis

Os municípios possuem uma boa oferta hoteleira destinada principalmente a viajantes que chegam à região por razões de comércio e negócios relacionados à agricultura e à pecuária. Segundo operadores locais, entre 80% e 90% dos visitantes dos municípios chegam por esse motivo. Eventualmente, estes visitantes realizam atividades de lazer em áreas naturais, principalmente em alguns balneários existentes e cachoeiras acessíveis. As atividades de turismo de aventura e etnoturismo despertam menor interesse nessa demanda, segundo os empresários.

Fonte: FUNAI

55

Existem operadores e agências nos três municípios da região e estabelecem parcerias com as comunidades indígenas. No município de Campo Novo do Parecis existe um roteiro pioneiro de etnoturismo construído por meio de uma parceria entre aldeias, Secretaria de Cultura e Turismo e operadora local³⁶. No período recente, duas operadoras do Mato Grosso têm começado a levar turistas interessados em observação de aves e fotografia, uma vez que a região tem ocorrência de espécies raras da avifauna, tais como o Galito (*Alectrurus tricolor*) e o Tiê-bicudo (*Conothraupis mesoleuca*) - sendo a última considerada criticamente ameaçada pela lista vermelha da IUCN³⁷. Os grupos ainda são em pequena quantidade e esporádicos, embora haja potencial para o desenvolvimento de roteiros desse tipo dentro das Terras Indígenas e nos entornos.

A tabela a seguir reúne os principais tipos de turismo praticados na região bem como as atividades principais (detalhe das atividades e demais informações no Anexo 1).

Tabela 7 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas nas TIs Rio Formoso, Tirecatunga, Utiariti e seus respectivos entornos

Tipos de Turismo³⁸	Atividades principais
Ecoturismo	Contemplação de paisagens, visita a cachoeiras, banhos de rio, visita a ruínas, flutuação, trilhas, visita a grutas, formações geológicas, observação de aves, expedições fotográficas, etc.
Turismo de aventura	Rapel, rafting, kayak, bóia cross, mergulho, expedições de longa distância, cicloturismo, etc.
Etnoturismo	Visita a aldeias, danças, cantos, pinturas corporais, esportes tradicionais, modos de vida, festa tradicionais, etc.

³⁶ Na data da publicação desse estudo, o roteiro não estava sendo comercializado.

³⁷ <http://www.iucnredlist.org/details/22722136/0>

³⁸ Participantes da oficina mencionaram também existir na região grupos eventuais de visitantes estrangeiros com o objetivo de conhecer o sistema produtivo das fazendas de grãos, atividade denominada por eles de turismo de agronegócio. A origem do público é majoritariamente norte-americana e não tem o costume de visitar as Terras Indígenas.



Figura 24 - Exemplos da oferta turística da região do Chapadão do Parecis

Terra indígena Utiariti

A TI Utiariti possui 412 mil hectares e uma população de 406 indígenas e pertence à etnia Paresi, da família lingüística Aruak, povo que tem uma antiga história de contato com os não índios. As primeiras referências feitas a eles datam do fim do século XVII. Essa etnia teve intenso contato com Marechal Rondon, a partir de 1908, durante sua participação na construção da linha telegráfica. A história de algumas aldeias Paresi está estreitamente relacionada à Missão Jesuítica, uma vez que foram formadas somente após a desativação do internato de Utiariti (ISA)³⁹.

A visitação com fins turísticos já ocorre dentro da TI Utiariti⁴⁰ há muitos anos, sobretudo por causa do Salto Utiariti, o atrativo mais conhecido em seu território - queda d'água de 85 metros, considerada uma das mais belas do estado do Mato Grosso. Quatro são as aldeias que já recebem visitação turística, inclusive com um roteiro integrado de etnoturismo, o Rota Parecis.

Aldeia Wazare

A aldeia Wazare está localizada dentro da TI Utiariti e foi criada em julho de 2011. Possui uma população de 37 pessoas. No momento de estabelecimento da aldeia, a comunidade elaborou um projeto de 20 anos, o qual contempla turismo cultural, piscicultura, horticultura, criação de galinha, visando o consumo da comunidade e comercialização do excedente para o turista. Há 4 anos a aldeia recebe visitantes em um roteiro de etnoturismo.

Tabela 8 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Wazare, TI Utiariti

Aldeia Wazare, TI Utiariti	
Acesso	Formas: via estrada de terra Tempo da cidade mais próxima: 2 horas de Campo Novo do Parecis
Perfil dos visitantes	Origem: Maioria regional e nacional (Cuiabá, São Paulo, Rio de Janeiro). Aldeia recebe também visitantes estrangeiros, já foram registradas 13 nacionalidades. Motivação: Vivência na aldeia, cultura e modo de vida indígena. Número por ano: aproximadamente 2.760 em 2017 Capacidade de carga: 40 visitantes por dia / 80 por fim de semana

³⁹ A partir de 1946 Utiariti se tornou um centro educacional dos grupos indígenas, sob a égide da Missão Anchieta (MIA). O tempo dos internos e dos familiares era dirigido e ordenado pelos religiosos, ocupado com muito trabalho. Lá eram proibidos de falar a língua materna e encorajados a realizar casamentos entre as diferentes populações indígenas que lá viviam. Extraído de Povos Indígenas no Brasil: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Pares%C3%AD>

⁴⁰ O PGTA da Terra Indígena Utiariti estava em fase de validação no momento da realização do presente estudo. Portanto, não foi possível ter acesso ao documento para conhecer a visão geral compartilhada entre as aldeias a respeito do turismo na TI.

Aldeia Wazare, TI Utiariti	
Atrativos e atividades	Etnoturismo: passeio pela aldeia, recepção dos visitantes com trajes típicos, ritual de boas vindas (dança), arco e flecha, vivência culinária, pintura corporal Ecoturismo: banho no rio, trilhas, passeio de barco Atividades extras: locação de trajes típicos, demonstração de esporte tradicional (cabeçabol) e feitiço da bola. Período máximo de permanência de turistas na aldeia: 2 dias
Alimentação	Culinária típica, visitantes participam da preparação.
Acomodação	Pernoite na oca e possibilidade de acampamento.
Banheiros	Banheiros coletivos masculino e feminino, com água quente.
Comunicação	internet e sinal de celular
Preços	Day-use com almoço: R\$ 600,00 por dia para grupos de 1 a 5, adicional de R\$ 100,00 por pessoa. Pernoite: R\$ 270,00 por pessoa (4 refeições)
Combinações com outros destinos	Aldeia Quatro Cachoeiras, Salto Utiariti, Balneário Rio Verde, Salto Belo, Ruínas
Investimentos prioritários	Não especificado

Comentários à luz do estudo da demanda: A oferta da aldeia Wazare está bem alinhada às preferências da demanda encontradas no estudo, inclusive com a possibilidade de aumentar o tempo de permanência dos visitantes na aldeia, oferecendo roteiros mais longos, caso seja de interesse da comunidade.

Aldeia Utiariti

Na divisa entre os municípios de Campo Novo do Parecis e Sapezal e nos limites da TI Utiariti e a TI Tirecatinga, está localizada a Aldeia Utiariti. O principal atrativo é o majestoso salto Utiariti, queda d'água de 85 metros, que possui formato do mapa do Brasil (vista aérea).

Tabela 9 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Utiariti 2, TI Utiariti

Aldeia Utiariti, TI Utiariti	
Acesso	Formas: via estrada de terra Tempo da cidade mais próxima: 2 horas de Campo Novo do Parecis
Perfil dos visitantes	Origem: regional e nacional, muitos familiares de moradores de Campo Novo. Motivação: contemplação Salto Utiariti, banho e aventura (rapel) Número por ano: aproximadamente 2.400 (capacidade para dobrar, segundo representante)
Atrativos e atividades	Atuais: visita ao Salto Utiariti, Rapel (via operadora, agendamento prévio), trilha até a caverna (poucos por questões de segurança), pinturas rupestres, prainha Rio Papagaio, artesanato, visita à aldeia. Potenciais: incluir atividades culturais na aldeia (dança, arco e flecha, cabeçabol)
Alimentação	Atual: não há alimentação disponível, os visitantes levam comida. Potencial: Pretendem oferecer comida típica em refeitório para visitantes.
Acomodação	Atual: Não há Potencial: Existe oca que pode hospedar visitantes.
Banheiros	Não há, porém estão planejando investimento de 2 banheiros masculinos e 2 femininos próximos ao Salto.
Comunicação	Não há sinal de celular, internet está sendo instalada.
Preços	Atual: R\$ 40,00 por visitante (via agência), R\$ 50,00 por visitante independente, R\$ 200,00 por grupo de rapel
Combinações com outros destinos	Aldeia Quatro Cachoeiras, Aldeia Wazare, Balneário Rio Verde, Salto Belo, Ruínas
Investimentos prioritários	- Quiosque para refeitório - Banheiros próximos ao Salto Utiariti - Estrutura para coleta de lixo - Internet

Comentários à luz do estudo da demanda: A construção dos banheiros agregará valor ao passeio, bem como a oferta de refeições no local. No entanto, os visitantes demonstram interesse maior por um local tradicional com culinária local, ao invés do modelo refeitório.

Terra indígena Tirecatinga

A TI Tirecatinga foi demarcada em 1983, possui 130 mil hectares destinados às famílias dos povos Nambikwara, Manoky, Paresi e Terena, que se dividem em cinco aldeias dentro do território. Os Nambikwara, população predominante da TI Tirecatinga, “tornaram-se um povo indígena de destaque por terem sido contatados oficialmente pelo Estado brasileiro através de Marechal Cândido Rondon, na época da construção da linha telegráfica (1907) que ligaria Mato Grosso ao Amazonas. Também foram descritos e enaltecidos com imensa paixão na literatura e na etnologia pelo famoso antropólogo francês Claude Lévi-Strauss” (PGTA, 2015)

A Terra Indígena Tirecatinga possui um Plano de Gestão Territorial desde 2015, o qual prevê o desenvolvimento de atividades de ecoturismo e etnoturismo.

“Nosso objetivo é que, ao apresentar nossas histórias, lugares sagrados, artesanatos, culinária e nossas belas paisagens naturais aos visitantes, possamos também sensibilizar mais pessoas para a importância da conservação do nosso território e de nossa cultura.” (PGTA, 2015)

O território é banhado pelos rios Papagaio, Sacre e Buriti, corpos d’água de grande beleza cênica, propícios para atividades de rafting. É possível também acessar o Salto Utiariti via TI Tirecatinga, o qual localiza-se próximo às ruínas jesuítas da missão Utiariti, onde se pode visitar os vestígios das construções do período do Marechal Cândido Rondon.

Atualmente, a visitação ocorre de forma esporádica, principalmente por familiares de moradores da cidade de Sapezal durante os fins de semana.

Box 2: “Turismo como alternativa para salvar o rio”

A bacia do rio Juruena é alvo de inúmeros projetos hidrelétricos. Segundo diagnóstico realizado pela Funai no estado de Mato Grosso, ao menos 20 povos indígenas serão afetados pelos empreendimentos. Até 2017, 48 PCHs já tinham sido implementadas, sendo que 38 UHEs estão em planejamento. Se considerarmos o impacto à TI Tirecatinga, somente para o rio Buriti, existem 16 empreendimentos hidrelétricos planejados.

No âmbito das aldeias da TI Tirecatinga, existe a expectativa entre os indígenas de que o turismo possa ser uma alternativa econômica duradoura e que ajude a “salvar o rio”, atraindo atenção e apoio da sociedade brasileira para impedir esse tipo de projeto para a região.

“A PCH Buriti já está em funcionamento, é um impacto que a gente já está vivendo e não está sendo satisfatório. A compensação ambiental de uma usina pode até dar um retorno rápido, mas o turismo pode me dar uma compensação permanente, porque eu vou estar trabalhando para preservar não só minha cultura, mas aquilo que me oferece a vida (a água).” (Simone, aldeia Guarantã)

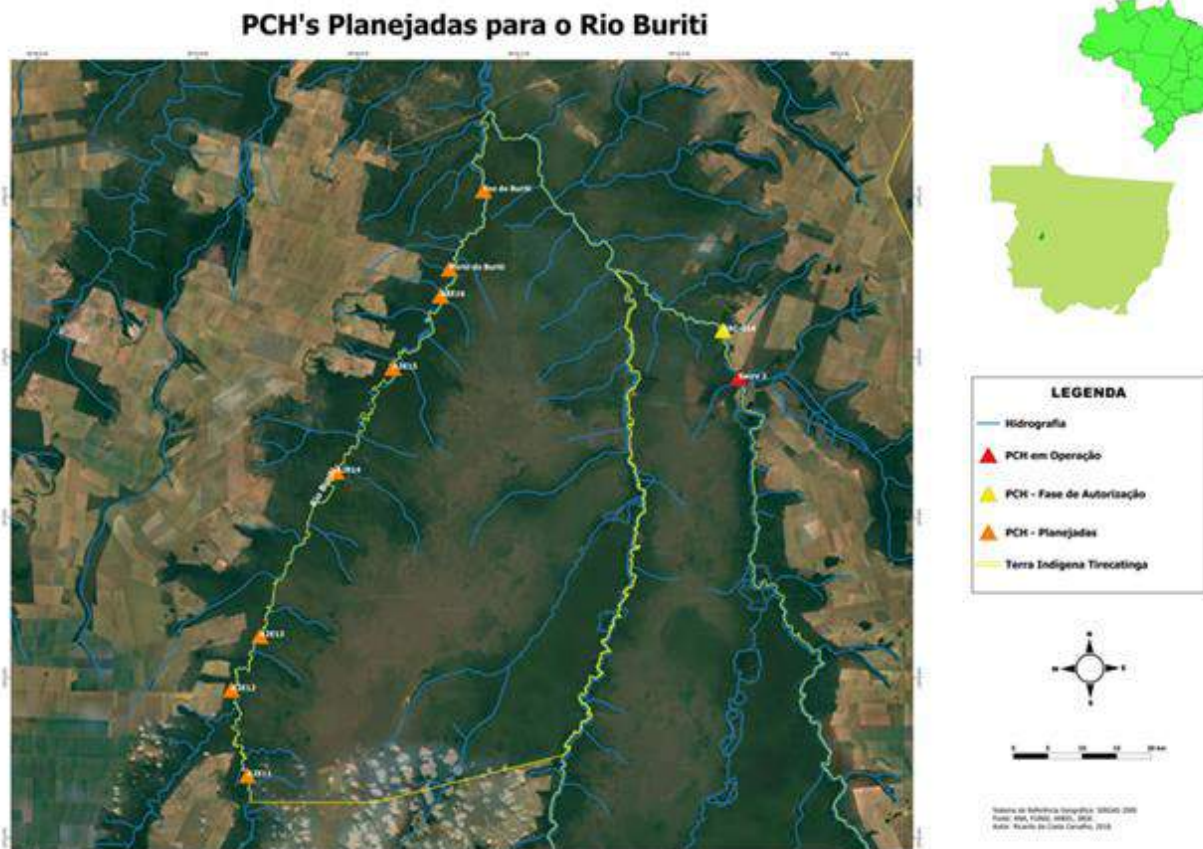


Tabela 10 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Guarantã, TI Tirecatinga

Aldeia Guarantã, TI Tirecatinga	
Acesso	Formas: via estrada de terra Tempo da cidade mais próxima: 40 minutos até a aldeia Guarantã; 2 horas até Salto Utiariti
Perfil dos visitantes	Origem: regional e nacional, familiares de moradores de Sapezal (em sua maioria); grupos de escolas do município (eventualmente) Motivação: salto Utiariti, visita a aldeia, artesanato Número de visitantes: aproximadamente 200 por ano
Atrativos e atividades	Atividades atuais: visita à missão e às ruínas da época do Marechal Rondon, visita ao Salto Utiariti, Apresentação cultural (dança) previamente marcada, Artesanato. Atividades potenciais: Possível mergulho o ano todo, kayak, rafting, roteiro Histórico para as ruínas, atividades culturais nas aldeias, festa da Menina Moça ⁴¹
Alimentação	Atual: não há alimentação disponível, os visitantes levam comida. Potencial: Pretendem oferecer comida típica, existe refeitório que pode ser adaptado para visitantes.
Acomodação	Atual: Não há Potencial: Pretende-se hospedar visitantes em ocas, dormindo em redes.
Banheiros	Existem 3 banheiros convencionais na Aldeia Guarantã (para outros fins).
Comunicação	Há internet, não há sinal de celular
Preços	Atual: R\$ 20,00 por visitante para visita ao Salto Utiariti Passeio de Day-use: 90,00 por pessoa para grupos de 10 (preço operadora), inclui taxa de entrada, alimentação e transporte. Potencial: R\$ 250,00 se fosse estruturado um produto (opinião do operador local), sendo R\$150 para a comunidade (resultado do estudo de demanda)
Combinações com outros destinos	Rafting nos rios Papagaio e Buriti Mergulho no lago Segredo Praia municipal Atrativos de Campo Novo do Parecis
Investimentos prioritários	- Melhorias nas estradas - Banheiro próximo ao Salto Utiariti - Melhoria no refeitório da aldeia

⁴¹ Festa tradicional do povo Nambikwara. Segundo a representante da TI Tirecatinga, é importante que as aldeias discutam se existe interesse em receber visitantes para a festa. Reforçou também sobre a necessidade de um planejamento para que a visita não interfira negativamente no ritual tradicional.

Comentários à luz do estudo da demanda: A possibilidade de combinar atrativos naturais de destaque - inclusive com *rafting* - e atividades culturais vivenciais estão em sintonia com as preferências da demanda foco do estudo, e o Salto do Utariti e as ruínas do Marechal Rondon fazem da Aldeia Guarantã a aldeia de maior potencial a ser explorado. A intenção de passar a oferecer comida tradicional e serviços de hospedagem em ocas e redes também condiz com os resultados. Construir ou adaptar banheiros para uso dos visitantes é importante. Caso a infraestrutura seja melhorada e o pacote bem estruturado, há potencial para cobrança de um valor de diária significativamente maior, de R\$150, condizente com o valor cobrado, por exemplo, da Aldeia Wazare.

Terra Indígena Rio Formoso

A Terra Indígena do Formoso pertence à etnia Paresi e localiza-se no município de Tangará da Serra. Possui uma área de 20 mil hectares e aproximadamente 210 habitantes, distribuídos ao longo de 7 aldeias.

O Rio Formoso, corpo d'água que dá nome à Terra Indígena, é propício para a realização de atividades de aventura, como *rafting*. Na aldeia Formoso - única que recebe visitantes - o rio forma uma bela cachoeira de mesmo nome, onde é possível, além de contemplar e banhar-se, realizar um rapel de mais de 40 metros. Os turistas têm a oportunidade também de conhecer os costumes indígenas e comprar o artesanato local, além de realizar flutuação no rio Bonito e visitar a gruta sagrada dos índios Paresi. Em razão da chegada de visitantes à aldeia, em 2017, os indígenas começaram a realizar aulas de inglês. No momento a TI do Formoso está realizando o seu Plano de visitação, com assessoria da FUNAI de Tangará da Serra.

Tabela 11 - Resumo das informações referentes à oferta turística da aldeia Formoso, TI Rio Formoso

Aldeia Formoso, TI Rio Formoso	
Acesso	Trajeto mais comumente utilizado: 50 km de asfalto Tangará sentido distrito São Jorge, mais 34 km de estrada não pavimentada sentido aldeia Formoso.
Perfil dos visitantes	Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia estão entre os principais estados. Entre os estrangeiros, turistas do Reino Unido, Alemanha, Japão, Portugal, Holanda, Estados Unidos já visitaram a aldeia. Aproximadamente 700 visitantes por ano visitam a aldeia, sendo 80% nacionais (segundo informante local).
Atrativos e atividades	Rapel, banho de cachoeira, piscinas naturais, artesanato, oca tradicional de povo Paresi – Haliti. As apresentações culturais serão realizadas após a conclusão do plano de visitação.
Alimentação	No momento não é fornecida alimentação, visitantes levam lanche. Após plano de visitação, pretende-se fornecer almoço típico.

Aldeia Formoso, TI Rio Formoso	
Acomodação	Não há estrutura para acomodação, os poucos visitantes que pernoitam na aldeia o fazem em barracas.
Banheiros	O Banheiro da escola é utilizado.
Comunicação	Celular, internet.
Preços	R\$ 25,00 por pessoa. Pode mudar após plano de visitação.
Combinações com outros destinos	Atrativos de Tangará da Serra.
Investimentos prioritários	Pretende-se investir em questões de infraestrutura para receber melhor os visitantes.

Região de Juína

A cidade de Juína localiza-se a 720 km da capital do estado, acessível pela MT-170 (asfaltada), que liga à cidade de Tangará, e pela BR-174 (sem pavimentação) que liga Juína à Vilhena, Rondônia. O município possui aeroporto que recebe voos regulares da companhia ASTA (a partir de Cuiabá), de segunda a sexta-feira.

A oferta hoteleira do município é de boa qualidade, utilizada principalmente por visitantes relacionados a negócios - pelo fato de Juína comportar-se como um polo regional.

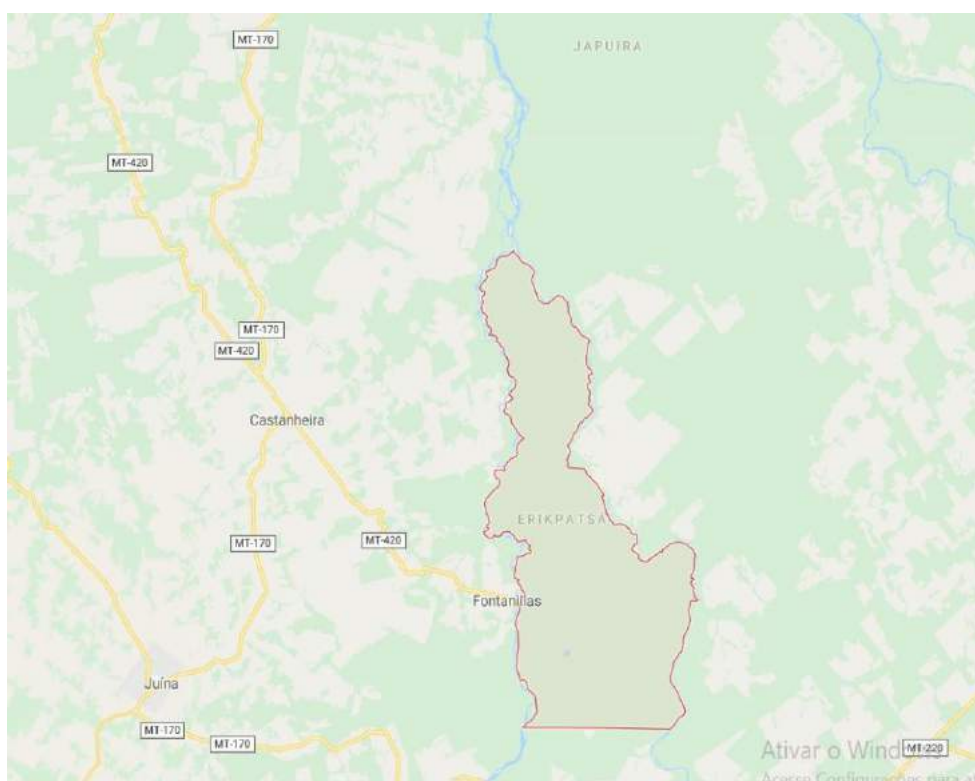


Figura 25 - Localização do Distrito de Fontanillas e TI Erikpatsá

Fonte: googlemaps

Apesar de o município possuir um Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e fazer parte do Fórum Regional de Turismo do Vale do Juruena, o turismo ainda possui pouca representatividade na economia do município. As principais atividades de lazer identificadas na região são realizadas por um público regional, sobretudo de cidades vizinhas, que buscam o rio Juruena para banhos, descanso e pesca. O Distrito de Fontanillas é o principal destino desses visitantes e localiza-se na margem oposta à Terra Indígena Erikpatsá.

Não existem operadores e agências no município que ofereçam passeios na região ou que estabeleçam parcerias com as comunidades indígenas.

Tabela 12 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas no Distrito de Fontanillas e na TI Erikpatsá e seus respectivos entornos.

Tipos de Turismo	Atividades principais
Lazer em áreas naturais	Contemplação de paisagens banhos de rio, praias fluviais, etc.
Turismo de Pesca	Pesca esportiva no Rio Juruena, festival de pesca.

Distrito de Fontanillas

O distrito de Fontanillas⁴², que nos anos 70 foi o primeiro porto para colonização do noroeste de Mato Grosso, é a principal localidade turística do município de Juína e situa-se a 1 hora da cidade (60 km), às margens do rio Juruena. A comunidade possui aproximadamente 60 pessoas.

Os remansos e rebojos cristalinos formados pelo rio Juruena fazem de Fontanillas um balneário bastante procurado nos finais de semana por famílias das cidades do noroeste do estado (Rede Juruena Vivo⁴³). Anualmente, acontece um grande festival de pesca no distrito, que recebe visitantes de muitas regiões do estado e do país. Na margem oposta encontra-se a Terra Indígena Erikpatsá, pertencente ao município de Brasnorte.

⁴² De acordo com os estudos de inventário hidrelétrico da bacia do Juruena aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em 2011, justamente na altura do distrito de Fontanillas está prevista a instalação da usina hidrelétrica JRN 577, com potência de 225 MW e 563 quilômetros quadrados de reservatório. De todas as usinas previstas para a bacia do Juruena, esta é a única que, para existir nessas condições, precisará afogar por inteiro uma área urbana. (<https://redejruenavivo.com/2015/11/17/eles-querem-o-juruena-vivo/>)

⁴³ <http://amazonianativa.org.br/Noticias/Eles-querem-o-Juruena-vivo,2,329.html>

Tabela 13 - Resumo das informações referentes à oferta turística do distrito de Fontanillas, município de Juína

Distrito de Fontanillas	
Acesso	Formas: via estrada por Juína, barco ou avião particular (pista de pouso) Tempo da cidade mais próxima: 1 hora Juína (60 km)
Perfil dos visitantes	Origem: regional (Juína, Castanheira, Brasnorte) durante fins de semana Motivação: Casas de veraneio, Pesca esportiva Número de visitantes: aproximadamente 200 por fim de semana
Atrativos e atividades	Atuais: Praias de água doce, ilhas, pesca esportiva, festa do peixe. Potenciais: circuito visitando ilhas e aldeias indígenas (4 próximas)
Alimentação	Atual: Lanchonete e refeição sob encomenda
Acomodação	Atual: Pousada, 15 quiosques para acampamento
Banheiros	Há banheiros comunitários
Comunicação	Não há sinal de celular, internet rural, telefone público
Preços	Pousada (R\$ 230,00 o pernoite), Acampamento (R\$ 120,00)
Combinações com outros destinos	Não há
Investimentos prioritários	- Associação local quer construir quiosques - Casa de artesanato

Comentários à luz do estudo da demanda: O público-alvo da pesquisa demonstrou maior predileção por atividades ligadas a atributos naturais (dentre elas, aventura e ecoturismo) e por atividades típicas do etnoturismo, que envolvem contato e imersão na cultura das comunidades. As atividades de pesca esportiva tiveram menor importância para os participantes e demonstraram menor sinergia com o etnoturismo. O público que hoje chega à região de Fontanillas tem um perfil de veraneio (sol e praia) ou pesca. Assim, o circuito saindo de Fontanillas para visitar as aldeias próximas, possivelmente teria duração mais curta e atividades culturais mais rápidas e com menores possibilidades de imersão, uma vez que o visitante atual de Fontanillas possui a motivação de lazer e pesca bem definida.

Terra Indígena Erikpatsá

A TI Erikpatsá localiza-se no município de Brasnorte e pertence aos indígenas da etnia Rikbaktsa, conhecidos regionalmente como Canoeiros. É um povo do tronco linguístico Macro-Jê que ocupa três terras indígenas não contíguas, Terra Indígena Erikpatsá (Brasnorte), Terra Indígena Japuira (Juara) e Terra Indígena Escondido (Cotriguaçu), todas pertencentes à bacia do Rio Juruena (Almeida De, J.; 2012). Os primeiros contatos foram com os caçadores e seringueiros, e o contato oficial foi com a missão no ano de 1957, onde vários jovens Rikbaktsa foram levados pelos padres para estudar e conhecer o mundo dos não índios. Antes da integração da política social dos não índios, o povo Rikbaktsa teve muitos conflitos com outros povos indígenas, seringueiros e outros. O resultado do contato foi a redução do povo Rikbaktsa (PGTA TI Escondido). A TI possui uma população de aproximadamente 910 pessoas, distribuídas ao longo de 25 aldeias.

Tabela 14 - Resumo das informações referentes à oferta turística da TI Erikpatsá

Aldeia da Curva, TI Erikpatsá	
Acesso	1- Juína até Fontanillas de carro (1 hora) + Fontanillas até aldeia de barco (10 minutos) 2- Juína até aldeia de carro (105 km, aproximadamente 2 horas)
Perfil dos visitantes	Não recebe visitantes ainda
Atrativos e atividades	Potenciais: Danças culturais, aldeia modelo, trilhas na mata, cachoeira Água Brava no Juruena, festa tradicional, passeio de barco No Rio do Sangue (40 km da aldeia), potencial para pesca esportiva. Possível visitar a cachoeira Roncador.
Alimentação	Pode ser ofertada alimentação baseada na culinária tradicional (peixe na folha, açaí, patuá, inhame, milho, etc.)
Acomodação	Mencionaram interesse em construir ocas afastadas para visitantes dormirem, com estrutura de banheiro.
Banheiros	Potencial: Banheiro com chuveiro ou fossa seca
Comunicação	Internet, telefone (orelhão), energia
Preços	Ainda não são praticados
Combinações com outros destinos	Fontanillas, Rio do Sangue (1 hora de carro)
Investimentos prioritários	Não mencionou

Comentários à luz do estudo da demanda: A TI Erikpatsá ainda não recebe visitantes, mas tem interesse em fazê-lo. O informante da aldeia da Curva mencionou atividades potenciais, assim como a intenção de oferecer comida baseada na culinária indígena, serviços de hospedagem em ocas com a opção de banheiros, condizentes com os resultados das preferências da demanda alvo do estudo. Entretanto, o público que hoje chega à região (Fontanillas) tem um perfil de veraneio ou pesca, cujas motivações diferem-se dos praticantes do ecoturismo/etnoturismo e aventura, perfil mais de imersão. Caso o foco da TI Erikpatsá seja o público atual, é mais provável que as atividades relacionadas às visitas às aldeias sejam complementares. Nesse sentido, é provável que as preferências deste tipo de turista não seja o de imersão nas aldeias, mas mais focados em visitas de um dia.

Região de Cotriguaçu e Apiacás

Cotriguaçu e Apiacás estão localizados no norte do Estado do Mato Grosso, limitando-se com o Estado do Amazonas. A região como um todo carece de uma rede de estradas suficiente e de boa qualidade. Em Cotriguaçu, por exemplo, uma viagem até Alta Floresta, no período da estiagem, dura em média 7 horas e no período das chuvas dura o dobro. Para Juína (cidade referência), a viagem de 4 horas na seca, pode durar até 10 horas no período das chuvas. (Plano de Manejo do PN Juruena)

As cidades não possuem voos comerciais em seus pequenos aeroportos, sendo a cidade de Alta Floresta o portão de entrada. Essa, por sua vez, tem uma das maiores pistas da região Centro Oeste e recebe voos comerciais diários da companhia Azul.

Os visitantes chegam à região, sobretudo, para a prática da pesca esportiva nos rios Teles Pires, Juruena e Tapajós. São inúmeros os barcos, pousadas e flutuantes existentes para a prática desse tipo de turismo.



Figura 26 - Localização das TIs Escondido e Apiaká do Pontal e Isolados. Fonte: Funai

Tabela 15 - Tipos de turismo e atividades principais realizadas na TI Apiaká do Pontal e Isolados e seus respectivos entornos.

Tipos de Turismo	Atividades principais
Turismo de Pesca	Pesca esportiva nos rios Teles Pires, Juruena e Tapajós.
Ecoturismo	Contemplação de paisagens, visita a cachoeiras, banhos de rio, visita a grutas, trilhas, etc.
Turismo de aventura	Expedições de longa distância de Kayak

Figura 25: Exemplos da oferta turística da região de Cotriguaçu e Apiacás



Terra Indígena Escondido

A Terra Indígena Escondido⁴⁴ tem 170 mil ha e está localizada em Cotriguaçu, distante 45 km da sede do Município. A demarcação da TI Escondido proporcionou aos Rikbaktsa a reocupação de parte do seu território tradicional, do qual eles foram sistematicamente deslocados por influências de missionários jesuítas que, nas décadas de 1950 a 1970, visavam apaziguar as relações entre índios e frentes de extração de seringa que passaram a ocupar a região a partir de então (Almeida De, J.; 2012).

Segundo o PGTA da TI Escondido, as principais ameaças da TI são os projetos hidrelétricos previstos no curso do rio Juruena⁴⁵. Há também o relato de invasões em busca de recursos naturais, especialmente madeira e minérios.

⁴⁴ Recentemente a TI Escondido ganhou destaque com a escolha do município de Cotriguaçu para implantação de um Piloto de REDD no noroeste de Mato Grosso, através de uma estratégia multisetorial que envolve indígenas, assentados e grandes proprietários (Almeida De, J.; 2012)

⁴⁵

O documento, publicado em 2014 (antes da Instrução Normativa da Funai sobre turismo em Terras Indígenas), não menciona a existência da atividade de turismo no território, tampouco algum planejamento para tal. Entretanto, há ocorrência de pesca esportiva ao longo do Juruena, nas imediações da Terra Indígena⁴⁶. Segundo o representante da aldeia Parajuba, existem 4 pousadas de pesca próximas à Terra Indígena. Os visitantes chegam via Alta Floresta, conforme informações coletadas durante a oficina (ver quadro 15).

Tabela 16 - Resumo das informações referentes à oferta turística da TI Escondido

Aldeia Parajuba, TI Escondido	
Acesso	Formas: via estrada por Alta Floresta + barco Tempo: 3 horas de carro + 2 horas de barco
Perfil dos visitantes	Origem: Nacional (Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro), 8 meses por ano (fora da piracema) Motivação: Pesca esportiva (Tucunaré) Número de visitantes: 20 por fim de semana, aprox. 500 por ano
Atrativos e atividades	Atuais: Pesca esportiva, artesanato (esporadicamente) Potenciais: participação em atividades culturais (rituais), castanha, observação de aves
Alimentação	Não há disponível para visitantes
Acomodação	Pousada 1 km da aldeia (externa)
Banheiros	Não
Comunicação	Não há sinal de celular, não há internet
Preços	R\$ 250,00 por barco (aprox. 10 barcos por mês)
Combinações com outros destinos	Não há
Investimentos prioritários	- Oca para ritual

Comentários à luz do estudo da demanda: Como mencionado anteriormente, a amostra desta pesquisa teve pouca representatividade do público de pesca esportiva, cujo interesse principal é específico (pesca) e menos direcionado a atividades culturais. Estas, nesse caso, teriam características complementares dentro de um possível roteiro para pescadores esportivos. Introduzir no roteiro para os pescadores a possibilidade de se vivenciar as técnicas tradicionais indígenas de pesca pode agregar valor à experiência. Em relação às estruturas, é de conhecimento no mercado que esse perfil de visitantes utiliza-se de pousadas ou barcos flutuantes, que demandam investimentos significativos e custos de manutenção elevados. No caso da TI Escondido - que possui empreendimentos de pesca localizados nas suas imediações - o modelo de parcerias, como o estabelecido no Rio Marié e descrito no Box 4, parece ser uma alternativa interessante que pode contribuir para o ordenamento da pesca esportiva na região.

⁴⁶ Existem cinco pontos do rio Juruena que foram identificados por ter potencial para produção de energia hidrelétrica. O governo prevê a construção de grandes usinas hidrelétricas com reservatórios a fio d'água. Três têm impactos diretos nas Terras Indígenas Erikbaktsa, Japuira e Escondido. Uma delas está prevista no limite da área da TI Escondido, na barra do Igarapé Santarém com o rio Juruena, com potencial de produção de 1248 MW. O reservatório vai ser o maior alagamento do rio Juruena, com 1.029 Km², atingindo cerca de 20% da TI Escondido (PGTA TI Escondido)

TI Apiakás do Pontal e Isolados

A Terra Indígena Apiakás do Pontal e Isolados encontra-se em processo de regularização⁴⁷ desde o ano de 2003. As etnias presentes na TI são a Apiaká, Munduruku e Isolados⁴⁸. A área requerida é de 982 mil ha e se sobrepõe ao Parque Nacional do Juruena, criado em 2006, com área de 1.958.203,56 ha. A região é também de grande relevância para a conservação da biodiversidade, nela existe o Mosaico de UCs do Apuí, do qual fazem parte: RDS Bararati, Parque Estadual Sucunduri, Parque Estadual Igarapés do Juruena e Parna Juruena.

O portão de entrada para o turismo mais próximo da região é Alta Floresta, um dos pólos do ecoturismo (com foco em observação de aves e fauna em geral) e turismo de pesca do estado.

O Plano de manejo do Parque Nacional do Juruena destaca os atributos naturais da UC como potenciais para o desenvolvimento do turismo, dentre eles as inúmeras cachoeiras e corredeiras existentes na região e a beleza cênica associada à existência das formações rochosas, cavernas e campos rupestres. O documento menciona também a pesca esportiva, a observação de aves e as praias fluviais, bem como festas tradicionais e o contato com a cultura dos povos indígenas.

Atualmente, a principal atividade que ocorre na região é a pesca amadora e esportiva, sendo a região conhecida por essa razão no cenário nacional e até mesmo internacional (Plano de Manejo do Parna Juruena, 2011). Com a criação do Parque Nacional em 2006, esse tipo de atividade passou ser ilegal no interior da UC⁴⁹. Existem estruturas, tais como: pousadas, pesqueiros ou mesmo apoio para acampamentos; que eram antes utilizadas e hoje encontram-se abandonadas, segundo o Plano de Manejo.

O documento menciona a grande expectativa, por parte dos moradores das comunidades em geral, de que o turismo seja uma das principais alternativas econômicas resultantes da criação das unidades de conservação na região. Além disso, relata o interesse de diversos empreendedores do setor de ecoturismo e pesca esportiva na região. “No entanto, ainda falta capacidade institucional, estrutura física adequada ou recursos humanos treinados para o desenvolvimento adequado das atividades voltadas para o turismo”. (Plano de Manejo do Parna Juruena, 2011)

⁴⁷ Encontra-se na etapa delimitada, que se refere às “Terras que tiveram os estudos aprovados pela Presidência da Funai, com a sua conclusão publicada no Diário Oficial da União e do Estado, e que se encontram na fase do contraditório administrativo ou em análise pelo Ministério da Justiça, para decisão acerca da expedição de Portaria Declaratória da posse tradicional indígena” (<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>) Ainda restam 3 etapas para a finalização do processo (Declarada, Homologada e Regularizada).

⁴⁸ “O nome da terra indígena contempla, ainda, a referência à presença de índios isolados pesquisada pela FUNAI desde os anos 1980, a qual, a partir de 2010, começou a ser verificada de modo mais sistemático pela Frente de Proteção Etno-Ambiental Juruena” (Ação Civil Pública, 2013).

⁴⁹ No momento de elaboração do Plano de Manejo, a atividade ainda ocorria de forma ilegal conforme relato no documento: “Não existem trabalhos específicos com os pescadores profissionais, amadores ou tradicionais. Estes transitam livremente e pescam em locais que naturalmente, pela legislação, seriam proibidos (entrada de igarapés, corredeiras e cachoeiras), colocam espinheis e anzóis de galho em locais considerados berço de reprodução coletando inclusive exemplares jovens” (Plano de Manejo do Parna Juruena, 2011)

Tabela 17 - Resumo das informações de oferta turística da Aldeia Matrinxã, TI Apiakás do Pontal e Isolados

Aldeia Matrinxã, TI Apiakás do Pontal e Isolados	
Acesso	Visitante pesca esportiva: Avião até Alta Floresta + avião particular (Caravan Cesna) até aldeia (pista de pouso de 1200 metros). Visitante ecoturista: Estrada de Alta Floresta até Pousada Vida Dura (4 horas) + barco até aldeia (3 horas)
Perfil dos visitantes	Origem: Nacional (Distrito Federal, São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais), 8 meses por ano (fora da piracema) Motivação: Pesca esportiva (90%), Ecoturismo (10%) Número de visitantes: 20 por fim de semana, aprox. 500 por ano
Atrativos e atividades	Atuais: Pesca esportiva, visita a cachoeiras, cavernas e trilhas. Potenciais: Expedições de longa distância de kayak, observação de fauna (parceria com pousada Vida dura).
Alimentação	Restaurante na pousada, comida da região.
Acomodação	Existe uma Pousada ⁵⁰ na aldeia com 6 suítes para 3 pax e 1 suíte para 8 pax.
Banheiros	Sim, na pousada.
Comunicação	Via rádio, projeto para instalar internet
Preços	Pacote pesca esportiva: R\$ 1.500 por pessoa para 4 dias Cada visitante deixa R\$200,00 para a comunidade (Pesca e Ecoturismo)
Combinações com outros destinos	Não há
Investimentos prioritários	- Casas indígenas para moradia - Reforma na Pousada (aprox. R\$ 500 mil) - Capacitação

Comentários à luz do estudo da demanda: A aldeia Matrinxã trabalha com o segmento de pesca esportiva (majoritariamente) assim como os indígenas da Aldeia Parajuba. Como mencionado no quadro ao lado, esse tipo de público tem perfil diferente do público da amostra. Em relação às atividades de etnoturismo (enfoque cultural), estas possuem características complementares dentro de um roteiro para pescadores. Embora o enfoque da aldeia seja a pesca esportiva, 10% do público atual chega à pousada por motivações relacionadas ao ecoturismo, o que possibilitaria incluir algumas atividades culturais na programação, visto que os interesses dos ecoturistas são mais sinérgicos com o etnoturismo. Importante ressaltar que a aldeia Matrinxã tem a posse de uma pousada de pesca, a qual requer custos significativos de manutenção. Portanto, a diversificação do público de forma a captar ecoturistas no período da piracema - época em que a pesca está proibida - e aumentar a taxa de ocupação é uma das estratégias buscadas pelos indígenas. Outro segmento interessante para aumentar a taxa de ocupação do empreendimento - considerando a biodiversidade da TI - seria o de observadores de aves e fotógrafos de natureza, que também se hospedam em pousadas.

⁵⁰A Pousada Salto Augusto está no momento impedida de operar. Segundo o representante da aldeia Matrinxã, está em tramitação uma solicitação de licença operacional junto ao ICMBio para que os indígenas possam operar o empreendimento. Ela pertencia a um empresário que após a criação do Parque Nacional deixou de operar.

Box 4: Rio Marié - Modelo pioneiro de parceria para pesca esportiva em Terras Indígenas

Texto adaptado da publicação: Pesca Esportiva em Terras Indígenas no Médio Rio Negro, Povos Indígenas no Brasil 2011/2016, Instituto Socioambiental, de autoria de Camila Barra.

O Rio Marié é uma importante área de uso tradicional de 15 comunidades multiétnicas com mais de 250 famílias majoritariamente Baré, Baniwa e Tukano. A discussão do turismo de pesca esportiva na região iniciou-se por pressão da atividade operada de forma ilegal, realizada por pescadores em busca de tucunarés (*Cichla spp*), principalmente os que atingem maior porte, o tucunaré açu (*Cichla temensis*).

Em 2013, o MPF publicou uma recomendação proibindo qualquer empresa de operar na região sem que antes fossem feitos estudos de impacto socioambiental coordenados pela FUNAI e pelo IBAMA. A FUNAI estabeleceu uma cooperação técnica com o IBAMA e o ISA para realizar os estudos e promover a avaliação e discussão dos resultados de forma participativa, dando condições aos indígenas de decidirem se e como pretendiam desenvolver o turismo em seu território. Os resultados dos estudos confirmaram o potencial para o turismo de pesca esportiva na região.



Foto: Camila Barra - ISA

Um termo de referência com todos os critérios técnicos para implementação do turismo de pesca no Rio Marié foi então elaborado ao longo de três assembleias. A FOIRN realizou uma chamada pública de empresas interessadas em serem parceiras da ACIBRN. A empresa que melhor atendeu ao termo de referência e aos anseios das comunidades foi selecionada e o projeto iniciado em 2014 foi orientado por um contrato que determinou: **repartição equivalente de benefícios** entre as comunidades e a empresa; investimento dos resultados feito a partir de decisões coletivas; capacitação e contratação de mão de obra local; implementação de um programa de gestão e vigilância do território associado ao manejo e monitoramento das atividades de pesca; expedições anuais de avaliação com acompanhamento da Funai e do Ibama.

O projeto foi desenhado buscando uma escala limitada e com impactos socioambientais controlados, além de respeitar a dinâmica social das comunidades e garantir que estas tivessem o controle sobre a execução e gerência das atividades de visitação, com a devida repartição de benefícios. A temporada anual é restrita a 12 semanas, no período da seca, recebendo até 144 turistas que irão pescar exclusivamente na modalidade pesque e solte, na área pré-determinada pelo projeto sem impactar as áreas de subsistência. Os turistas são acompanhados por uma dupla de guias: um profissional de “pesque e solte” e um guia indígena, que realiza o monitoramento da operação e orienta sobre o comportamento



do tucunaré e as áreas de pesca. A decisão de cada comunidade sobre o uso do recurso é apresentada e aprovada em assembleia, em que também é realizada a prestação de contas do projeto, com a participação de todas as lideranças. Além dos benefícios diretos para as comunidades, a ACIBRN faz a gestão do sistema de proteção e vigilância: durante todo o ano uma equipe de 18 vigilantes indígenas se reveza na fiscalização do seu território.



DESAFIOS SEGUNDO OPERADORES

Quais os maiores desafios para se operar roteiros em Terras Indígenas ou comunidades tradicionais?

Quando questionados diretamente sobre quatro dos principais desafios para o fortalecimento do etnoturismo, a maioria dos operadores (58%) concorda que o acesso e logística seja um desafio. Metade dos operadores considera a “qualidade do produto” um desafio a ser superado; 46% consideram a comunicação com as comunidades ainda um desafio, e a minoria (29%) considera que a demanda por etnoturismo seja baixa ou insuficiente.

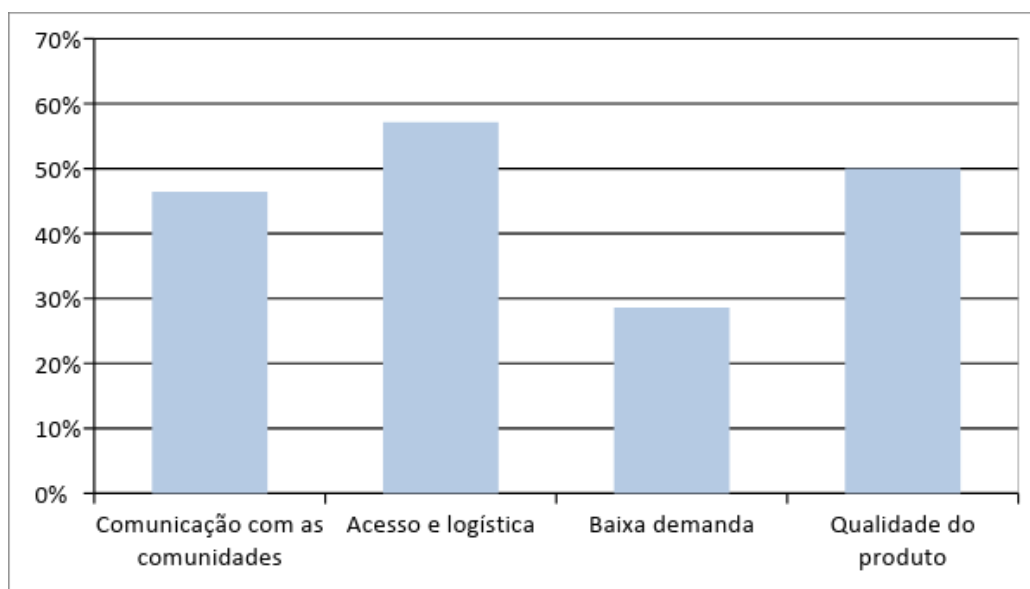


Figura 27 - Desafios relacionados ao Etnoturismo

Comunicação com as comunidades

Embora as condições de acesso à internet e telefonia tenham melhorado nos últimos anos, muitas iniciativas ainda vivenciam problemas relacionados à comunicação, seja pela instabilidade dos serviços de internet e celular disponíveis, seja por lacunas de capacitação existentes para o desempenho de tarefas ligadas à comercialização/operação – as quais exigem comunicação rápida e contínua.

Acesso e logística

O isolamento geográfico de muitas iniciativas de turismo em TIs e comunidades tradicionais pode ser tanto um diferencial - em termos de qualidade de experiência - quanto um desafio para conhecimento e comercialização do produto por parte do operador. Além disso, o estado de conservação de muitas estradas, a escassa oferta opções de transporte, entre outros, contribuem para a elevação dos custos operacionais que podem inviabilizar roteiros. Questões de segurança também precisam ser levadas em conta, sendo importante que as comunidades e os parceiros locais possuam planos de contingência.

Baixa demanda

Por volta de 29% dos operadores consideraram a baixa demanda um desafio. Entretanto, se considerarmos somente as respostas dos operadores que comercializam roteiros em TIs⁵¹, esse percentual cai para 15%. É possível também que a falta de conhecimento de produtos existentes por parte alguns profissionais contribuam para essa percepção, uma vez que o operador não investe em ações de captação dessa demanda. Vale ressaltar que entre as operadoras mato-grossenses da amostra, o percentual que citou a baixa demanda como um desafio sobe para 50%.

Qualidade do produto

A preocupação de metade dos operadores com questões relacionadas à qualidade do produto indica a importância de se investir em ações de qualificação de forma a alinhar as condições da oferta às expectativas da demanda (e vice-versa).

Opinião livre sobre desafios

O questionário incluiu um espaço livre para os operadores comentarem sobre os desafios. Posteriormente, os comentários foram analisados e então agrupados em categorias de acordo com a sua similaridade. As seguintes categorias foram identificadas: (1) *reputação, reconhecimento de qualidade*; (2) *articulação entre parceiros e profissionalização*; (3) *comunicação e disseminação*; (4) *autenticidade e atividades tradicionais*; (5) *gestão comunitária e preservação da cultura*; (6) *infraestrutura*; (7) *deslocamento* e (8) *custos*.



Figura 27: Desafios relacionados ao Etnoturismo – pergunta aberta

“Reputação, reconhecimento de qualidade”

“Reputação”, “reconhecimento de qualidade”, “confiabilidade e compromisso da operação”, “instabilidade dos serviços”, entre outras, foram algumas das expressões utilizadas para

⁵¹ Quem não comercializa roteiros do tipo atua em outros segmentos de mercado.

comunicar pontos ligados a uma insegurança por parte de alguns operadores em comercializar roteiros ofertados nessas comunidades. Por volta de 21% das operadoras mencionaram algum tipo de desafio nesse sentido. É possível que experiências não satisfatórias em alguns casos contribuam para a disseminação de “notícias ruins” no âmbito do mercado de operadoras, o que acaba desencorajando a comercialização de roteiros. Igualmente, o fato de ser caro para o operador realizar viagens de reconhecimento a esses locais pode contribuir para isso, já que a qualidade da experiência não pode ser constatada pelo operador. Investimentos em famtours⁵², presstrips⁵³, capacitações, formações, regulamentação dos fornecedores, profissionalização dos parceiros, entre outros, aparecem nos comentários como recomendações que podem superar esse tipo de lacuna.

Articulação entre parceiros e profissionalização

O turismo é uma cadeia produtiva complexa cujos elos precisam estar devidamente articulados e capacitados. Dificuldades na articulação e estabelecimento de parcerias locais, assim como pouca profissionalização desses parceiros foram citadas por quase 20% dos operadores. Tal realidade limita a comercialização de roteiros e gera insegurança às operadoras.

Comunicação e disseminação

Outro ponto sensível comentado livremente por quase 20% dos operadores tem ligação com a comunicação no sentido da disseminação/promoção de iniciativas de turismo em TIs e comunidades tradicionais. A falta de conhecimento sobre produtos existentes foi mencionada, indicando a necessidade de ações estratégicas de divulgação dessas iniciativas. “Nenhum programa interessante”; “Falta oferta, mas temos muito interesse”, entre outros, são comentários que indicam lacunas desse tipo.

Autenticidade e atividades cotidianas

Quase 20% dos operadores manifestaram a preocupação com a ‘autenticidade’ das atividades desenvolvidas. Ter a oportunidade de conhecer atividades cotidianas relacionadas ao modo de vida dessas populações e propiciar uma verdadeira interação entre visitantes e anfitriões são consideradas importantes.

Gestão comunitária e preservação da cultura

“Garantir estrutura mínima sem impactar na cultura indígena e garantir que as divisas geradas às comunidades com o turismo sejam administradas positivamente no que tange à qualidade de vida e objetivos dos indígenas”; “realizar atividades sem descaracterizar os hábitos socioculturais das atividades cotidianas” foram comentários que surgiram ligados à preocupação com a organização da comunidade para gerir de forma sustentável as mudanças sócio-culturais e econômicas que a atividade de turismo traz.

⁵² Viagens de familiarização (Famtours) - viagens que possibilitem que as operadoras e agências conheçam de forma apropriada os produtos e se sintam seguros para comercializá-los.

⁵³ Viagens destinadas à imprensa especializada.

Infraestrutura, deslocamento e custos

Desafios relacionados à infraestrutura mínima, às dificuldades de deslocamento e aos custos de roteiros em localidades remotas foram também mencionados pelos operadores, ainda que em menor número.



Figura 28: Pontos importantes para a comercialização de roteiros de Turismo em Terras Indígenas de acordo com os operadores.





Foto: João Ricardo Bispo

DESAFIOS E EXPECTATIVAS DOS INDÍGENAS E PARCEIROS LOCAIS

Durante a oficina, os participantes utilizaram o espaço para compartilhar suas percepções sobre os desafios vivenciados e as expectativas relacionadas à atividade de turismo em terras indígenas. Essa seção busca sistematizar, de forma breve, os principais pontos mencionados pelos indígenas e pelos representantes do trade durante o encontro, tornando-os acessíveis aos interessados na temática, dentro ou fora da região, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Questões estruturais

Aspectos relacionados à **infraestrutura básica** dentro e fora das terras indígenas, dentre eles acesso à energia, água encanada, saneamento, telefonia, internet, etc.; foram mencionados por muitos participantes. O **estado de conservação das estradas** da região, bem como a sinalização deficiente são lacunas evidentes. **Parcerias com o poder público** foram citadas como prioritárias para avançar nestas questões, porém, são encontradas dificuldades para tal na maior parte das regiões.

A necessidade de infraestrutura e equipamentos específicos para o turismo, tais como: passarelas nas cachoeiras, mirantes, lixeiras, banheiros apropriados, sinalização turística, entre outros - que contribuam para melhorar a qualidade dos serviços e a segurança, além de minimizar o impacto ambiental - são tidas como prioritárias nas regiões.

Definição de Preços e Divisão de Recursos

Algumas lideranças indígenas relataram dificuldades em como **determinar os preços** dos roteiros e atividades, assim como os valores de cobrança de entrada. Existem dúvidas sobre “quanto vale para visitar a cachoeira, quanto vale para visitar a aldeia”, “quanto vale nosso trabalho”, “o que deve entrar no preço” (custos, manutenção, etc.). A falta de conhecimento técnico para esse tema foi mencionada como uma questão prioritária de ser solucionada. Este tema será abordado em maior detalhe na próxima seção.

Organização e Participação

Dentro da comunidade

“Tem que ter um entendimento interno político também. Quem quer trabalhar com turismo, quem não quer? Respeitar as opiniões do outros, ter um protocolo de respeito e entendimento para um não atrapalhar o outro.” (Cacique Rony, Aldeia Wazare)

São necessárias discussões sobre o turismo entre os moradores das aldeias, de forma a desmistificar algumas questões e identificar os interessados em participar da atividade, respeitando os que não possuem interesse e decidem não se envolver com o turismo.

Igualmente, foi comentado sobre o fato de ser comum existir uma expectativa de retorno rápido com o turismo, o que contribui para gerar, muitas vezes, desentendimentos ou falta de motivação de parte do grupo que não está esclarecida sobre a dinâmica da atividade turística.

Foi falado sobre a necessidade de se estabelecer **acordos internos de convivência e participação no turismo**, definindo bem os papéis de cada integrante (homens, mulheres, jovens, idosos), envolvendo toda a aldeia. **Conflitos internos existentes** (de distintas naturezas) foram mencionados por alguns participantes como um desafio.

Entre aldeias e Terras Indígenas

Foi mencionada a importância de **acordos de uso para o turismo entre as Terras Indígenas** com vistas a fortalecer a região como um destino turístico e não só uma Terra Indígena em específico. Um exemplo citado foi o caso da visita ao Salto Utariti (atrativo natural) e às ruínas jesuítas (atrativo histórico), os quais estão proximamente localizados. O Salto fica na divisa entre a TI Utariti e a TI Tirecatina, enquanto que as ruínas localizam-se no território da TI Tirecatina. Por não haver um entendimento sobre o uso desses atrativos entre as etnias, eventualmente acontecem problemas na hora de cobrar os turistas pelo acesso aos atrativos, assim como muitos visitantes não conseguem conhecer o Salto e as Ruínas no mesmo passeio, o que seria possível operacionalizar caso houvesse um acordo de uso.

Fora das Terras Indígenas

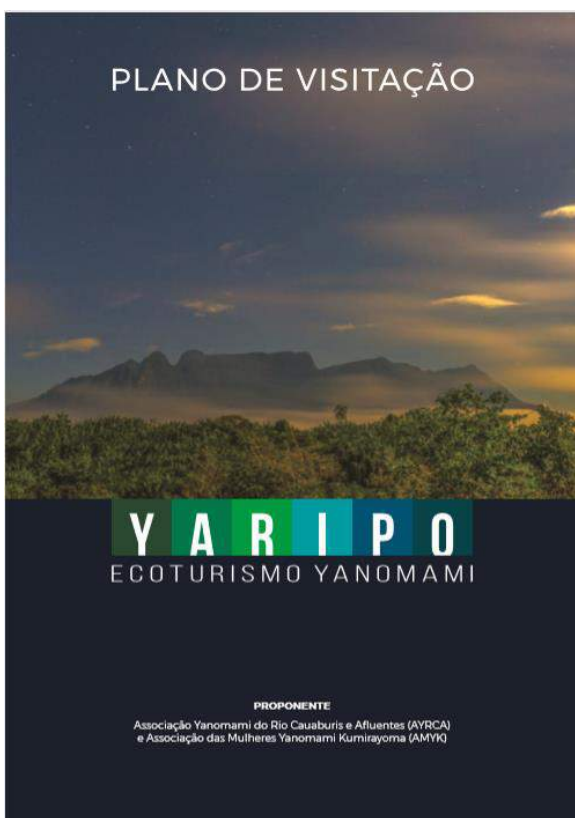
Igualmente, a **participação das lideranças indígenas** fora das Terras Indígenas, nos espaços de tomada de decisão relacionados ao turismo, foi apontada como fundamental. Comentou-se da necessidade de ter representante indígena nos Conselhos Municipais de Turismo⁵⁴, no Conselho Estadual e demais fóruns existentes. Foi pontuada também a dificuldade em participar desses fóruns, uma vez que se trata de uma atuação voluntária e que incorre em gastos com deslocamento, nem sempre possíveis de serem arcados pelas aldeias.

Plano de visita

Foi levantada a necessidade de se avançar no **planejamento e na legalização** da atividade mediante a elaboração do Plano de Visita das aldeias interessadas ou já atuantes no turismo. A instrução normativa da FUNAI estabelece que as atividades turísticas nas TIs serão propostas de acordo com o Plano (Anexo 2). Nesse sentido, foi mencionado ser necessário maior apoio da FUNAI e do governo no processo de construção destes planos. Os operadores turísticos também mencionaram ser um elemento importante para respaldar a parceria com as comunidades e dar segurança para sua atuação.

⁵⁴ No final da oficina, foi anunciada a inclusão de um representante da Terra Indígena Tirecatina no Conselho Municipal de Turismo de Sapezal.

Box 3: Manual de conduta dos visitantes indicado no Plano de visitação da Terra Yanomami



MANUAL DE CONDUTA PARA OS VISITANTES

- Respeitar os usos, costumes, crenças e tradições yanomami;
- Seguir as instruções dos guias e carregadores durante a trilha, evitando riscos e acidentes;
- Portar documento de identidade oficial com foto e autorização individual de ingresso;
- Não permanecer ou transitar na Terra Indígena Yanomami ou percorrer trajetos diferentes daqueles pré-estabelecidos no roteiro de visitação;
- Não remover qualquer material da Terra Indígena Yanomami, incluindo a coleta de frutos, plantas, sementes e pedras;
- Trazer todo o lixo produzido durante a expedição;
- Não praticar caça, pesca e extrativismo;
- Não portar ou ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias ilícitas;
- Não portar armas de fogo;
- Não exercer atividades de pesquisa, proselitismo religioso, comércio, jornalismo ou qualquer atividade que não esteja prevista no roteiro de visitação;
- Não adquirir artesanato que contenha partes de animais (pena, dente, pele, etc.);
- Utilizar somente sabonete e shampoo biodegradáveis ou sabão de coco.

ESTRATÉGIA PARA IMPEDIR A ENTRADA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS E DROGAS

- Apresentação aos turistas do Manual de Conduta, antecipadamente pela internet e também no 1º dia do roteiro, no Xapono dos Visitantes.
- No caso do turista ser pego ingerindo bebida alcoólica ou utilizando drogas, ele será lembrado pelo GUIA que tal conduta não é permitida e que no caso de reincidência o fato será informado à Funai e ICMBio.
- No caso do turista estar visivelmente embriagado ou drogado, colocando em risco sua segurança e a dos demais, ele será impedido de continuar a viagem.

Políticas públicas (“Política Macro”)

“A gente tem que trabalhar e pensar numa política macro sobre o turismo indígena, fazer um projeto delineador, criar uma espinha dorsal para o trabalho no turismo, pra gente poder começar a trabalhar. O que está acontecendo hoje? Cada um de nós está patinando nos nossos lugares, cada um trabalhando de forma isolada pra tentar alcançar o mesmo sonho.” (Cacique Rony, Aldeia Wazare)

Foi discutida a necessidade de articulação entre as Terras Indígenas interessadas no turismo para a construção de um **projeto integrado** para a Bacia do Juruena ou para o Estado do Mato Grosso. Para isso “precisamos ter informações pra responder de forma contundente sobre o que queremos fazer, vamos fazer, de que forma fazer e o que isso vai resultar pra todo mundo, a curto médio e longo prazo. Eu queria propor aqui esse pensamento de nós criarmos um projeto macro, envolvendo as comunidades, e sentar junto com o governo e mostrar que o projeto que nós queremos é esse aqui, o projeto que é viável é esse aqui.” (Cacique Rony, aldeia Wazare). Essa articulação seria importante para direcionar o desenvolvimento da atividade em sintonia com os anseios das comunidades, conseguir **apoio político e da sociedade**, além de angariar recursos e suporte para o fomento do etnoturismo.

Divulgação do Turismo Indígena

“Aí você pega uma divulgação do Ministério do Turismo sobre o Turismo no Brasil...quem vê acha que não tem índio no Brasil, que não existe turismo indígena, isso é uma falha de marketing e divulgação”.
(Cacique Rony, aldeia Wazare)

Segundo os participantes, a divulgação do turismo em terras indígenas é ainda deficiente e deve ser fortalecida. As campanhas turísticas oficiais do Estado do Mato Grosso e do governo brasileiro não dão espaço para esse segmento. Falta também difusão responsável do conceito do etnoturismo. Enquanto o segmento não for visto como uma potencialidade pelos órgãos federais, dificilmente ocorrerão políticas públicas direcionadas à atividade.

Capacitação

Lacunas relacionadas à capacitação foram mencionadas em inúmeras ocasiões durante as discussões. Segundo os indígenas, há necessidade de investimentos em qualificação para se trabalhar com serviços turísticos variados, com temas relacionados a planejamento e gestão, com captação de recursos, com assuntos administrativos e jurídicos, entre outros. Ficou evidente que essas necessidades se estendem a toda região (fora e dentro de TIs).

Formalização

Outra lacuna mencionada foi a **falta de formalização** de muitas aldeias que trabalham com turismo, o que impossibilita a realização de determinadas ações, tais como participação em editais de captação de recursos, estabelecer parcerias que exijam emissão de nota fiscal, etc. Assim, se faz necessário, em alguns casos, a formalização através da constituição de uma associação ou cooperativa. Segundo um dos participantes, o turismo traz a necessidade de algumas mudanças e nem todas as pessoas estão entendendo isso, apesar de terem interesse em trabalhar com a atividade.

Os participantes mencionaram que os municípios também precisam se legalizar, organizando e formalizando as instâncias e os instrumentos de planejamento e participação cidadã no turismo, dentre elas: compor a microrregião de turismo, ter conselho municipal de turismo formado e ativo, ter plano de desenvolvimento de turismo, etc.

Um tema discutido foi a dificuldade dos municípios – que já trabalham com turismo – estabelecerem o Voucher Único⁵⁵, instrumento de controle e ordenamento turístico criado em

⁵⁵ O voucher único é o principal instrumento de controle e ordenamento da atividade turística em Bonito-MS. É um documento fiscal que garante o controle, on-line, do número de pessoas por atrativo turístico e o pagamento devido do imposto. O voucher só pode ser emitido por uma agência de turismo local e cadastrada na Prefeitura Municipal de Bonito-MS (Bonito Convention and Visitors Bureau). Em 2013, Bonito foi eleito o melhor destino de turismo responsável do mundo, durante o WTM (World Travel Market), em Londres. Dentre as justificativas dos jurados para

Bonito- MS. Segundo os operadores de Campo Novo do Parecis e Sapezal, o tema precisa ser discutido exaustivamente até se chegar a um consenso a respeito da importância do instrumento.

Investimentos

“A questão de investimento [no turismo] não é só investimento financeiro, material, mas investimento emocional, espiritual, de sentimento.” (Cacique Rony, aldeia Wazare)

Muitos mencionaram melhorias que requerem **investimentos** que estão além do alcance das comunidades, para isso é necessário organização para acessá-los. Porém, foi frisado também que alguns investimentos podem ser viabilizados pela própria comunidade. Segundo alguns participantes, existe uma dificuldade da comunidade em compreender o que é investimento e separar recursos para tal. Foram mencionados os investimentos físicos e estruturais (visíveis) e os investimentos intangíveis “que a pessoa olha e não consegue enxergar”, tais como: tempo dedicado; condições que a comunidade dá para que seus representantes participem das articulações necessárias ao turismo fora das aldeias; etc.

Estabelecimento de parcerias

Dentre os desafios levantados, está o **fortalecimento das parcerias** entre os elos da cadeia do turismo, possibilitando que todos se beneficiem e que juntos possam alavancar as ações em prol do turismo indígena na região.

Embora haja um histórico de parcerias entre as comunidades indígenas e alguns operadores locais - sobretudo na região de Campo Novo do Parecis - ficou evidente a importância de fortalecê-las. Alguns pontos sensíveis discutidos na oficina foram: i) desentendimentos relacionados a preços praticados (tanto pelos operadores quanto pelos indígenas); ii) dificuldades de comunicação; iii) qualidade dos serviços; iv) insegurança para comercializar os roteiros; v) responsabilidade compartilhada referente a riscos.

a escolha da cidade sul-mato-grossense, está a existência do sistema de voucher para controle do número de visitantes (<https://www.responsibletravel.com/holidays/responsible-tourism/travel-guide/2013-awards-winners>).



Figura 29: Percepções comparadas a respeito dos principais desafios



Foto: João Ricardo Bispo

DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES FINANCEIRAS E CENÁRIOS FUTUROS

Nível de Visitação

O número de visitantes diários nas TI consultadas varia entre 20 e 40 pessoas por dia. Entretanto, o número de dias ou finais de semana em que há visitação varia bastante entre as aldeias, e consequentemente, no número de visitantes por ano, e na receita anual da atividade.

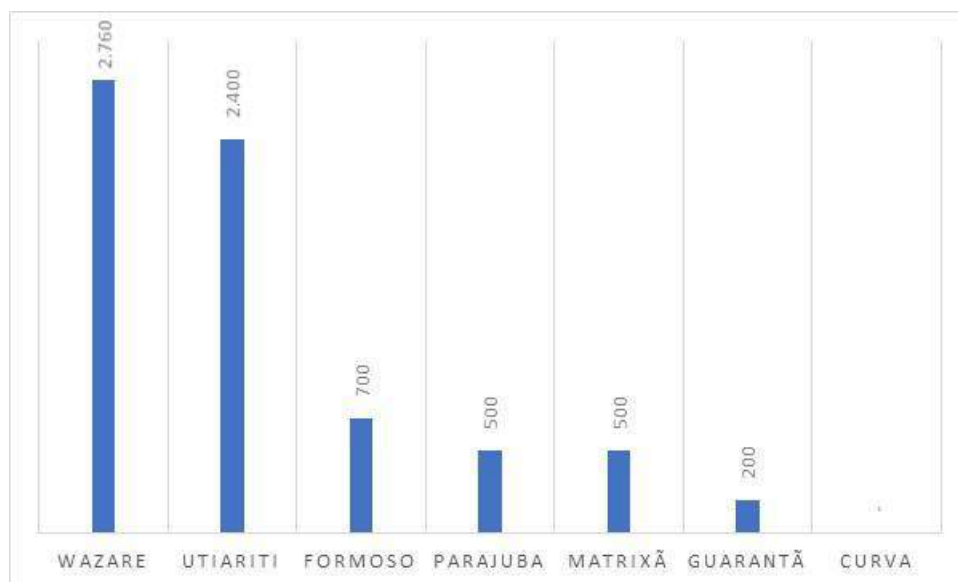


Figura 28 – Visitação anual atual

A visitação total anual tem potencial para crescimento. Por exemplo, foi citado por operadores a possibilidade de se dobrar o número de visitantes na aldeia Utiariti, para 4.800/ano. Esta, por sua vez, pode compartilhar estes visitantes com a aldeia vizinha Guarantã, uma vez que esta estrutura suas atividades e infraestrutura, passando assim de 200 para também 4.800/ano.

A aldeia Wazare, apesar de estar atualmente no que a comunidade decidiu ser o limite de sua oferta, na casa de 2.800/ano, poderia, caso assim decidissem, dobrar sua receita ao aumentar o número máximo de dias de visita de 2 para 4 dias, pois foi avaliado que deve haver demanda suficiente para isso.

Dado o estágio atual de desenvolvimento da oferta e os desafios citados, que deixam claro que os produtos ainda têm grande potencial de desenvolvimento e de melhoria de divulgação e reputação, validamos a percepção de vários operadores de turismo que consideram que o nível de visitação ao longo dos anos pode aumentar significativamente após os desafios atuais serem superados. Com a estruturação das aldeias, o turismo em terras indígenas como um todo ganhará maior visibilidade, gerando “ganhos de rede”, o que significa que toda a rede, incluindo outras aldeias e operadores que ainda não estejam completamente estruturados setor “pegarão carona” e também usufruirão de maior reputação e, potencialmente, maiores receitas.

Custos

Os principais custos operacionais da atividade são os custos com mão-de-obra (remuneração pelo tempo de trabalho), custos de insumos, como por exemplo, dos alimentos oferecidos, e custos de manutenção da infraestrutura, equipamentos e do meio ambiente.

Mão de Obra

O potencial de remunerar o trabalho neste tipo de atividade econômica é uma parcela do excedente de receitas, que depende do número de visitantes e do valor cobrado por visitante. Como base de comparação, geralmente se utiliza o valor da diária agrícola, que na região gira em torno de **R\$60** por 8 horas de trabalho em 2018. Infelizmente, algumas atividades não conseguem atingir este montante, porém, este valor pode ser utilizado como parâmetro em negociações para a formação de preços, ou seja, a receita total de um negócio deve conseguir pagar os custos de investimentos, manutenção, e daqueles que trabalham nele.

Manutenção

A reserva de recursos excedentes para a manutenção é essencial para a sustentabilidade de qualquer negócio. Isso envolve não só a manutenção de casas, banheiros, equipamentos e roupas, mas também do meio ambiente. Em geral, deve ser guardado, todo ano, cerca de **2%** do valor total investido para a manutenção de recursos. Por exemplo, se uma aldeia investiu R\$200mil no total de sua infraestrutura turística, é previsto que, na média, haja gastos anuais de cerca R\$4 mil para manter as funções e qualidade daquilo que é utilizado para a oferta de turismo, sendo então recomendado que seja guardado um excedente de R\$4 mil todos os anos para serem investidos em manutenção.

Investimentos

A tabela a seguir mostra os valores médios dos itens de investimentos que estão no “cardápio de possibilidades” das aldeias. Como vimos, alguns itens são mais prioritários do que outros devido a sua capacidade de satisfazer e atrair turistas, como os banheiros e construções tradicionais. Vale lembrar que alguns itens prioritários não são necessariamente de infraestrutura, mas de organização social, como no caso da oferta de atividades recreativas e refeições tradicionais.

Quadro 17: Tabela de investimentos mencionados durante a oficina participativa

Tabela de Investimentos		
Aldeia Wazare	Valores	Status
Oca tradicional	R\$ 4 a 5 mil (só material). Foram construídas 8.	Realizado
Barracão	R\$ 4 mil	Realizado
Banheiros masculino e feminino (coletivos)	R\$ 8.600	Realizado
Escola	R\$ 4.500	Realizado
Energia	R\$ 11 mil (somente fiação)	Realizado
Caminhonete	R\$ 55 mil	Realizado
Barcos	Doação	Realizado
Projeto galinha caipira	R\$ 8 mil	Realizado
Horta orgânica	R\$ 1.800	Realizado
Aldeia Utiariti	Valores	Status
Quiosque para refeitório	R\$ 15 mil	Previsto
2 Banheiros masculino e feminino	R\$ 8 mil (cada)	Previsto
Internet	R\$ 2 mil	Previsto
Estrutura para lixo	R\$ 1.500	Previsto
Aldeia Guarantã	Valores	Status
Melhorias nas estradas	Não quantificado	Previsto
Banheiro próximo ao Salto Utiariti	Não quantificado	Previsto
Melhoria no refeitório da aldeia	Não quantificado	Previsto
Distrito de Fontanillas	Valores	Status
Quiosques	Não quantificado	Previsto
Casa de artesanato	Não quantificado	Previsto
Aldeia Matrinxã	Valores	Status
Reforma da Pousada de pesca esportiva	R\$ 500 mil	Previsto
Casas indígenas para moradia	Não quantificado	Previsto
Capacitação	Não quantificado	Previsto

Definição de Preços e Divisão de Recursos

Um dos pontos mais sensíveis, de acordo com várias falas de lideranças indígenas, está ligado à definição de como o recurso oriundo do turismo entra na comunidade e como o mesmo é distribuído. Falou-se da importância de se esclarecer a **divisão de forma transparente e participativa**, já que o tema naturalmente desencadeia conflitos. A necessidade de reservar dinheiro para investir na aldeia e na manutenção das estruturas também foi comentada.

A melhor base inicial para a definição de preços é observar os valores de iniciativas similares bem-sucedidas e seu nível de visitação, e então fazer ajustes conforme o contexto das condições de infraestrutura, atrativos e acesso.

Um dado importante é o da experiência da aldeia Wazare, que cobra R\$270 para oferecer um pacote muito bem alinhado com os desejos dos turistas, com pernoite e atividades, o que vem

lhe permitindo estar com sua capacidade máxima de atendimento de 40 pessoas por dia em que está aberta para visitação.

Box 4: Exemplos de modelos de divisão de recursos advindos do Turismo

A Aldeia Wazare, localizada na TI Utiariti, Mato Grosso, definiu que 60% dos valores recebidos pela atividade devem ser distribuídos igualitariamente entre os participantes das ações do turismo, enquanto que os 40% restantes são destinados a investimentos na aldeia. As decisões sobre o destino dos investimentos são tomadas de forma coletiva.

A etnia Paiter-Suruí, Terra Indígena Sete de Setembro, localizada nos estados de Rondônia e Mato Grosso, destina os recursos gerados (não só pelo Turismo) para um Fundo de Gestão do Povo Paiter Surui que financia uma carteira de programas, projetos e ações relacionadas a negócios sustentáveis, recuperação de áreas, ações sociais e culturais, entre outras. Existe uma estrutura de gestão desse fundo, composta por instância deliberativa, instância de aconselhamento, instância gestora e executora. (Plano de Gestão TI Sete de Setembro)

A iniciativa de Turismo de Base Comunitária Pousada Uacari, localizada na RDS Mamirauá, Amazonas, destina os excedentes financeiros da atividade para um fundo de manutenção da infraestrutura e para um fundo de investimentos futuros. Além disso, existe um Fundo Comunitário que financia projetos de Desenvolvimento Comunitário dentro de cada comunidade participante. O Fundo é alimentado por uma taxa socioambiental cobrada do visitante no momento da reserva (embutida no preço). A gestão do fundo é feita por uma comissão de avaliação com representantes das 11 comunidades participantes. No sistema de avaliação estabelecido por eles, as comunidades são avaliadas mediante o cumprimento de regras previamente estabelecidas (exemplos: participação em reuniões, mutirões, respeito ao zoneamento da UC, etc.). Todas as comunidades avaliam umas às outras e se autoavaliam, acessando o valor de forma proporcional ao acatamento das normas.

No caso de uma experiência de um dia em um atrativo natural diferenciado, como salto do Utiariti, combinado com atividades tradicionais, ainda que sem o pernoite, poderia conseguir um valor em torno de R\$150, a ser dividido entre as aldeias participantes. Com adicionais como o pernoite em oca tradicional, este valor pode ser maior. Isto somado ao serviço dos operadores pode atingir um valor de diária, considerando transporte e alimentação, em torno de R\$250. Exemplos de roteiros em outras regiões mostram que vem sendo cobrados (somando os valores destinados às comunidades indígenas e aos operadores), cerca de R\$500 por diária com pernoite, atividades culturais e transporte.

Aldeias que não tenham um atrativo natural de tamanha exuberância como o Salto Utiariti, não tem margem para cobrar um valor tão alto, porém, o desenvolvimento de atividades e infraestrutura adequadas à demanda turística contribuem para que o valor cobrado possa ser maior do que sem a oferta alinhada.

A tabela a seguir apresenta os valores observados dos atrativos consultados. É importante ter em vista que alguns valores se referem apenas a taxa às TI, enquanto outros englobam também os valores cobrados pelos operadores.

Tabela 18 - Preços praticados nas Terras Indígenas contempladas no estudo

Tabelas de preços praticados	
Aldeia Wazare	Day-use com almoço: R\$ 600,00 por dia para grupos de 1 a 5, adicional de R\$ 100,00 por pessoa. Pernoite: R\$ 270,00 por pessoa (4 refeições)
Aldeia Utiariti	Entrada: R\$ 50,00 por visitante, R\$ 200,00 por grupo de rapel
Roteiro de etnoturismo – Rota do Parecis ⁵⁶	3 dias/2noites: R\$ 1.690
TI Tirecatinga (Aldeia Guarantã)	Entrada: R\$ 20,00 por visitante Day-use: 90,00 por pessoa para grupos de 10 (preço operadora), inclui taxa de entrada, alimentação e transporte. Potencial: R\$ 250,00 se fosse estruturado um produto (opinião do operador local)
Aldeia Formoso	Entrada: R\$ 25,00 por visitante
Distrito Fontanillas (limítrofe com TI Erikpatsá)	Pernoite pousadas: R\$ 230,00 (média) Acampamento: R\$ 120,00 (média)
Aldeia Parajuba	Entrada: R\$ 250 por barco
Aldeia Matrinxã	Pacote pesca esportiva: R\$ 1.500 por pessoa para 4 dias

Exemplos vindos de outras regiões também podem ser úteis para comparação, como das iniciativas descritas a seguir, para o Acre e Amazonas.

Tabela 19 - Preços de roteiros para outras Terras Indígenas do bioma Amazônico

Preços de roteiros ofertados em outras Terras Indígenas	
Roteiro Xavante - MT ⁵⁷	7 dias/6 noites: a partir de R\$ 3.900 (preço operadora)
Roteiro Serras Guerreiras - AM ⁵⁸	Roteiros Iwitera (10 dias) – Mais aventura: R\$ 6.074 Roteiros Maniaka (8 dias) – Mais cultura: R\$ 6.361
Roteiro Yawanawa - AC ⁵⁹	9 dias/8 noites: R\$ 4.500 (em 2017)

⁵⁶ Inclui transporte a partir de Cuiabá-MT. No momento o roteiro não está sendo comercializado.

⁵⁷ Inclui transporte a partir de Goiânia-GO

⁵⁸ Inclui transporte a partir de Manaus-AM

⁵⁹ Inclui transporte a partir de Cruzeiro do Sul-AC

Exemplo de uso de Receitas

Trabalharemos aqui com alguns cenários ilustrativos para simular o nível de receitas e seu potencial uso. Por exemplo, caso haja em uma aldeia 20 pessoas trabalhando ativamente 8 horas por dia, 2 vezes por semana, todos os finais de semana do ano, temos que seria necessária uma receita de cerca de R\$120mil por ano para remunerar o trabalho destas 20 pessoas de modo compatível com o que é pago atualmente por um trabalho agrícola.

Os insumos com alimentação dos turistas, roupas e equipamentos devem ser incluídos nas contas de custos. Vamos usar um valor fictício de custo operacional de R\$20 mil por ano. Para manutenção, no caso do investimento inicial em infraestrutura turística ser de R\$200 mil, R\$4 mil (2%) deveria ser reservado para gastos com manutenção de equipamentos e infraestrutura.

Os custos somados de mão-de-obra, insumos e manutenção totalizam então, nesse exemplo, R\$144 mil. Esse é o valor de receita que buscará ser atingido. Caso este não seja atingido, podemos dizer que o trabalho das pessoas da aldeia está sendo remunerado a um valor menor do que R\$60 por dia de trabalho.

Caso haja uma visitação de 1000 pessoas por ano, que passam 2 dias cada uma em nossa aldeia fictícia, temos que o valor mínimo que remunera a atividade é de R\$72 por visitante por dia com pernoite (144.000 Reais /2.000 diárias).

Fica a pergunta: De onde tirar dinheiro para novos investimentos? Caso seja cobrado um adicional de, por exemplo, R\$8, chegando a uma entrada de R\$80, teremos um excedente anual de (8 x 2000) R\$16.000, o que permitiria à comunidade fazer investimentos prioritários, como novos banheiros (8.000) ou um quiosque para refeições (R\$15.000) a cada ano.

Assim, os investimentos devem ser projetados respeitando a remuneração das pessoas envolvidas na atividade turística, assim como do estoque de recursos para a manutenção da infraestrutura existente. O exemplo da aldeia Wazare é ilustrativo quanto a isso, em que foi definido que 60% vai para remuneração do trabalho, e 40% para investimento e custeio da atividade turística.



Foto: João Ricardo Bispo

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O turismo em terras indígenas possui potencial de desenvolvimento, sendo múltiplas as atividades possíveis nestes territórios. Alguns exemplos já são bem-sucedidos, e a tendência é que esta cadeia de valor se fortaleça, com espaço para outras iniciativas e parceiros.

O estudo de demanda apontou que, embora destinos ligados ao turismo de natureza do Mato Grosso sejam comercializados pela maior parte das operadoras, a Bacia do Juruena é muito pouco conhecida no mercado nacional, fato que indica um potencial de crescimento, uma vez que o mercado está em constante busca de novos destinos.

A pesquisa indicou que existe uma demanda bastante interessada por roteiros em TIs. A demanda por experiências de turismo nas terras indígenas é caracterizada por ter uma renda acima da média, e está interessada especialmente na experiência de imersão cultural por períodos de 4 dias. Todos os entrevistados (ecoturistas) demonstraram interesse em conhecer terras indígenas, sendo que 67% têm desejo de visitar mais de uma TI, o que mostra que o potencial da demanda para roteiros desse tipo não está restrito a experiências únicas, mas que há uma consistência por grande parte de seus visitantes. Outro dado interessante é que 57% das operadoras entrevistadas já realizam roteiros em Terras Indígenas ou em comunidades tradicionais do território nacional.

Atividades ligadas ao ambiente natural, na modalidade de aventura (como *rafting*) ou na visita a atrativos de rara beleza (como o salto Utiariti), também figuram entre as que despertam maior interesse na demanda. No caso das atividades de aventura, há de se considerar que a oferta desse tipo de atividades envolve custos adicionais de equipamentos e de treinamento específico para sua operação segura. Nesse sentido, o estabelecimento de parcerias com operadoras experientes atuantes nesse tipo de atividade se mostra uma opção interessante para os indígenas.

A avaliação estatística do modelo de escolha aponta que, com relação à infraestrutura, o fator que tem maior peso para as escolhas dos turistas é a existência de banheiro para os visitantes, ainda que seja do tipo banheiro coletivo. Em ordem de importância, após a existência e as boas condições dos banheiros, vem a experiência de pernoite em ocas indígenas, reforçando o interesse da demanda pela imersão cultural. Sobre a alimentação, refeições nos padrões indígenas tradicionais são mais desejáveis do que a oferta de refeições de padrão de restaurantes - o que é um ótimo sinal da abertura dos turistas para experimentar novos sabores, de valorização da cultura indígena, e conseqüente oportunidade para disseminação da culinária indígena.

Com as análises de escolhas e preferências realizadas, é possível inferir que, em linhas gerais, um roteiro preferido, alinhado às expectativas da demanda teria:

- V. Atividades que combinem atributos naturais de grande beleza (inclusive com atividades de aventura) e atributos culturais, com a preocupação de que o visitante vivencie os modos de vida tradicionais e estabeleça trocas culturais significativas;
- VI. Estrutura de hospedagem e alimentação tradicionais - com pernoites em ocas, dormindo em redes e realizando refeições nas aldeias – de forma a possibilitar vivências significativas;

VII. Existência de banheiro, podendo ser coletivo (do tipo de albergues);

VIII. Roteiro desejado com duração de 3 a 4 dias (em média).

Vários desafios relacionados ao turismo em comunidades foram mencionados pelos operadores, os quais consistem em pontos importantes que podem ter impacto na comercialização de roteiros desse tipo. Dentre os temas mais importantes, estão: i) qualidade e confiabilidade; ii) acesso em condições razoáveis; iii) articulação entre parceiros e profissionalização; iv) comunicação e disseminação; v) 'autenticidade' e atividades tradicionais.

Dentre as 3 regiões analisadas por esse estudo, o 'Chapadão do Parecis' possui a oferta de turismo mais compatível com as preferências da demanda alvo deste estudo, englobando atividades de Etnoturismo, Aventura e Ecoturismo⁶⁰, combináveis entre si. Além das atividades, as estruturas e investimentos realizados ou previstos pelos indígenas estão, em certa medida, alinhados às potenciais escolhas dos entrevistados nesse estudo (com destaque para Aldeia Wazare). Existem operadores e agências da região que estabelecem parcerias com as comunidades indígenas, inclusive com um roteiro integrado de etnoturismo. Os resultados da análise da demanda podem servir para ajustes e melhorias nas iniciativas já existentes, como na Rota Parecis, por exemplo, que poderia enriquecer sua programação, inclusive ajustando-a para um mínimo de 3 ou 4 dias, a fim de estabelecer parcerias com operadoras nacionais e captar visitantes de outros estados. Igualmente, a relativa proximidade - e facilidade de deslocamento - entre as aldeias e Terras Indígenas da região abre oportunidades para fortalecer roteiros conjugados entre as distintas etnias da região, desde que acordos sejam estabelecidos entre as aldeias.

Na região mais ao norte - municípios de Apiacás e Cotriguaçu – alguns territórios indígenas e imediações têm a prevalência da Pesca Esportiva como segmento turístico. Vale ressaltar que o público de pesca esportiva tem interesse específico (pesca) e a nossa amostra teve pouca representatividade desse perfil de turista. Entretanto, em razão dessa natureza especializada do público, pode-se inferir que atividades culturais vivenciais - com maior possibilidade de imersão - não despertem tanto interesse nesse tipo de visitante, como naturalmente despertam nos segmentos de ecoturismo, aventura e etnoturismo. A observação de técnicas de pesca indígena, como a "mascreada"⁶¹, por exemplo, pode vir a compor um roteiro para pescadores de forma a agregar valor à experiência do visitante, no entanto, ainda assim seriam atividades complementares, como outras de cunho cultural. É também de conhecimento no mercado que esse público hospeda-se em pousadas ou barcos flutuantes, estruturas que requerem investimentos significativos e custos de manutenção elevados.

No caso da TI Apiaká do Pontal e Isolados também, porém, os contextos de sobreposição com o Parque Nacional do Juruena e da situação pendente de regularização do território trazem maiores desafios à legalização da atividade e ao ordenamento da pesca.

⁶⁰ No período recente, atividades relacionadas à observação de aves e fotografia de natureza têm começado na região. Duas operadoras do Mato Grosso esporadicamente têm começado a levar turistas para essa finalidade, uma vez que a região tem ocorrência de espécies raras da avifauna, tais como o Galito (*Alectrurus tricolor*) e o Tiê-bicudo (*Conothraupis mesoleuca*).

⁶¹ Um mergulho em que os índios realizam a captura de peixes utilizando-se de apetrechos como máscara e arpão, etc; construídos por eles mesmos.

Por sua vez, na região de Juína a atividade de turismo ocorre de forma incipiente, orientada a uma demanda regional que busca lazer (sol e praia) no Rio Juruena ou a pescadores esportivos. A Terra Indígena analisada (TI Erikpatsá) ainda não se envolve com a atividade, mas existe um interesse de criar um circuito com o público que chega ao distrito de Fontanillas – cujo perfil é mais próximo ao da pesca esportiva.

Durante as oficinas participativas, foi possível identificar na fala dos indígenas princípios importantes que regem o turismo responsável em um contexto de comunidades, assim como constatar que existe uma clareza - sobretudo entre as lideranças da etnia Paresi, já atuantes no turismo – de onde se pretende chegar com o desenvolvimento da atividade e dos principais desafios relacionados ao etnoturismo. Quando posteriormente confrontamos as percepções dos indígenas e seus parceiros com as percepções de operadoras emissivas de outras regiões do país, ficou evidente esse bom entendimento acerca dos passos necessários para fortalecer a atividade em seus territórios. Dentre alguns dos desafios que ocuparam mais espaço nas discussões entre os indígenas e os parceiros locais, estão: a) necessidade de políticas públicas voltadas ao etnoturismo; b) gestão e divisão de recursos advindos do turismo; c) capacitação; d) organização e participação (incluindo acordos de uso entre aldeias); e) parcerias com trade, entre outros.

O etnoturismo na região deve preocupar-se com o fortalecimento dos atores locais no processo de planejamento e gestão da atividade, de forma a não replicar experiências malsucedidas e garantir que o desenvolvimento da atividade esteja alinhado aos objetivos de salvaguarda da cultura local, de melhoria das condições de vida das comunidades e de conservação dos recursos naturais.

A necessidade de articulação entre os indígenas e os demais atores da cadeia de valor do turismo é um dos pontos centrais para o desenvolvimento da atividade. Para isso, será importante o estabelecimento de instâncias perenes de diálogo e tomadas de decisão. Dessa articulação surgirão ações integradas essenciais, tais como estabelecimento de parcerias comerciais, busca de recursos para investimentos, qualificação, promoção da região, melhorias na infraestrutura regional, apoio e fomento de políticas públicas.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, J. Terra de Flechas e Sentidos: Um olhar sobre a demarcação da Terra Indígena Escondido, do Povo Rikbaktsa (Monografia de Especialização). UNEMAT, Cotriguaçu, Mato Grosso, 2012.

ASIRIK e AMOURIK. Plano de gestão territorial da Terra Indígena do Escondido. Associação das Mulheres Indígenas Rikbaktsa e Associação Indígena Rikbaktsa. 2014.

AYRCA e AMYK. Plano de Visitação Yaripo. Ecoturismo Yanomami. Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes e Associação das Mulheres Yanomamis Kumirayoma. 2018.

BARRA, C. Pesca Esportiva em Terras Indígenas no Médio Rio Negro. In Povos Indígenas no Brasil 2011/2016. Noroeste Amazônico, Instituto Socioambiental, 2017.

BAVARESCO, A., MENEZES, M. Entendendo a PNGATI: Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígenas. Brasília: GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014.

CARDOSO, THIAGO MOTA; PINHEIRO, MAÍRA BUENO (ORGS.). Aragwaksã: Plano de Gestão Territorial do povo Pataxó de Barra Velha e Águas Belas. - Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012.

CORBARI S.D., BAHLM.; SOUZA S.R. Legislação Indigenista e Perspectivas para o Turismo em Terras Indígenas no Brasil. Revista Turismo em Análise, ECA-USP, v. 28, n. 1, p. 53-70, 2017.

EPE e CENEC. Estudos de inventário hidrelétrico da bacia do Rio Juruena. Relatório final, volume 25, apêndice e, Avaliação ambiental integrada da alternativa selecionada. 2010.

FANZERES, A., JAKUBASZKO, A. "Barragens e violações dos direitos indígenas na bacia do rio Juruena" In Ocekadi : hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós, editado por Daniela Fernandes Alarcon, Brent Millikan e Mauricio Torres. Brasília, DF : International Rivers Brasil; Santarém, PA : Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

FERNESIDE, P. M. Os planos para usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia do Tapajós: uma combinação que implica a concretização dos piores impactos. " In Ocekadi : hidrelétricas, conflitos socioambientais e resistência na Bacia do Tapajós, editado por Daniela Fernandes Alarcon, Brent Millikan e Mauricio Torres. Brasília, DF : International Rivers Brasil; Santarém, PA : Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará, 2016.

FIPE e MTUR. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2010/2011. Relatório executivo, 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, MINISTÉRIO DO TURISMO E SEBRAE. Índice de competitividade do turismo nacional. Cuiabá, 2015.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Instrução normativa nº 3, de 11 de junho de 2015. Ministério da Justiça. Disponível em:
<http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2015/doc/jun-06/IN%2003%202015.pdf>

HAAB e MCCONNELL "Valuing Environmental and Natural Resources: The Econometrics of Non-Market Valuation". New Horizons in Environmental Economics. 2002.

HEARNE, R. R., TUSCHERER, S. Stated Preferences for Ecotourism Alternatives On the Standing Rock Sioux Indian Reservation. Agribusiness and Applied Economics Report, N. 601, 2007.

ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional do Juruena. Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Brasília, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES. Biodiversa. Revista eletrônica do ICMBio. Edição 01, Ano 01, Maio de 2018. Disponível em:
http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/Biodiversa/biodiversa_maio_2018_ICMBio.pdf

KRAMER D.O., L. O processo de poluição ambiental e alimentar por agrotóxicos em municípios da bacia do rio Juruena, Mato Grosso. Dissertação (mestrado), 248 páginas, Universidade Federal do Mato Grosso, Instituto de Saúde Coletiva, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Cuiabá, 2016.

LOUVRIERE. J. D HENSHER. e J SWAIT. Stated Choice Methods: Analysis and Application. Cambridge University Press. (2000).

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo de Pesca: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2ª.ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Perfil da demanda turística internacional no Estado do Mato Grosso, agregado do período de 2012 a 2017. Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisas, MTUR, 2017.

MPF. Ação Civil Pública relacionada à demarcação da Terra Indígena Apiaká do Pontal e Isolados, Ministério Público Federal, Procuradoria da República em Mato Grosso, 2013.

OPAN e ICV. Conheça a Avaliação Ambiental Integrada da bacia do rio Juruena. Folder. 2013. Disponível em:
http://amazonianativa.org.br/download.php?name=arqs/biblioteca/38_a.pdf&nome=

OPAN. Plano de Gestão da Terra Indígena Tirecatanga. Operação Amazônia Nativa. Vale do Rio Juruena, Sapezal, Mato Grosso, 2015.

OZORIO, R.Z., PERALTA, N., VIEIRA, F.S. (ORGS). Lições e Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária na Reserva Mamirauá. Tefé, AM: IDSM, 2016. 296p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL - SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Disponível em:
http://cggamgati.funai.gov.br/files/1714/0735/8544/Decreto_PNGATI.pdf

ROCHA, E. C. et al. Efeito das atividades de ecoturismo sobre a riqueza e a abundância de espécies de mamíferos de médio e grande porte na região do Cristalino, Mato Grosso, Brasil. Rev. Árvore [online], vol.36, n.6, pp.1061-1072. 2012.

ROJAS, C.A.S. El ecoturismo como herramienta para la conservación: Pílon Lajas frente a la demanda turística de la Amazonía boliviana. Conservación Estratégica (CSF), Serie académica Nº 3, 2011.

SCHNEIDER, A.H.; ALVARENGA, F. Desenvolvimento participativo de produtos turísticos em terras indígenas na Amazônia brasileira. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.1, pp.159-175.

SILGUEIRO, V. et al. Mapeamento da ilegalidade na exploração madeireira em Mato Grosso entre agosto de 2013 e julho de 2016. Transparência florestal Mato Grosso, Nº 9, Ano 6. Instituto Centro de Vida (ICV), 2018.

SURUÍ, A. N. Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro. Smart City Business, Curitiba, 2015.

TAULI-CORPUZ, V. ET AL. Cornered by Protected Areas. Rights and Resources Initiative, Technical Report, 2018. Disponível em: https://rightsandresources.org/wp-content/uploads/2018/06/Cornered-by-PAs-Brief_RRI_June-2018.pdf

TRAIN. K. E. "Discrete Choice Methods with Simulation". Cambridge University Press; 2º edição. 2009.

ZONG, C. ET AL. Capturing Tourists' Preferences for the Management of Community-Based Ecotourism in a Forest Park. Sustainability, 9, 1673, 2017.



ANEXOS

Anexo 1: Principais atrativos e atividades identificados

Município	Tipo de Turismo	Atrativo	Atividades principais ou potenciais					Distância	Localiza-se em TI?	Quem opera?
Campo Novo do Parecis	Lazer Áreas Naturais / Ecoturismo	Balneário Rio Verde	Piscina natural	Flutuação	Caiaque e Boia Cross	Mergulho	Passeios de barco	12 km de Campo Novo	Não	Balneário Rio Verde / CNP Turismo / Mergulho Total
Campo Novo do Parecis e Sapezal	Ecoturismo / Turismo de aventura	Salto Utiariti e Aldeia Utiariti	Visita ao Salto Utiariti	Banho (águas fria e quente)	Rapel			128 km de Campo Novo	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo / Vertical Adventure / Biguá Aventuras
Sapezal	Turismo Cultural	Ruínas Marechal Cândido Rondon e Missão Jesuíta	Visita a ruínas					1 km do Salto Utiariti	Terra Indígena Tirecatunga	?
Campo Novo do Parecis	Etnoturismo e Ecoturismo	Aldeia Wazare	Danças, cantos, histórias	Pinturas corporais	Esportes tradicionais	Banho de rio	Passeio de barco	68 km de Campo Novo	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo
Campo Novo do Parecis	Etnoturismo e Ecoturismo	Aldeia Quatro Cachoeiras	Visita a quatro cachoeiras	Trilha na mata	Visita à aldeia			33 km de Campo Novo	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo
Campo Novo do Parecis	Ecoturismo	Aldeia Ponte de Pedra	Formação geológica	Visita às cachoeiras Pata da onça e Ponte de pedra	Cidade de Pedra (sítio sagrado)			88 km	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo
Campo Novo do Parecis	Ecoturismo	Aldeia Salto da Mulher	Visita à cachoeira Salto da Mulher	Trilha na mata	Visita à aldeia			80 km	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo
Campo Novo do Parecis	Cicloturismo	Aldeias Quatro Cachoeiras e Salto Utiariti	Passeio de bicicleta	Atividades culturais nas aldeias	Visita a cachoeiras			144 km de percurso	Terra Indígena Utiariti	CNP Turismo
Campo Novo do Parecis	Ecoturismo / Turismo de aventura	Rios Sacre, Buriti e Papagaio	Expedição de canoagem	Rafting	Kayak de longo percurso			-	-	Back country Brasil, Centro Oeste Rafting

Município	Tipo de Turismo	Atrativo	Atividades principais ou potenciais					Distância	Localiza-se em TI?	Quem opera?
Campo Novo do Parecis e Brasnorte	Ecoturismo / Turismo de aventura	Salto Belo	Rapel	Visita ao salto	Trilha na mata			74 km de Campo Novo	-	-
Sapezal	Lazer Áreas Naturais / Ecoturismo	Ecopark Pubi	Piscina natural	Flutuação	Mergulho			45 km de Sapezal	Não	Ecopark Pubi
Sapezal	Ecoturismo	Aldeia vale do papagaio	Rafting no rio Papagaio	Pesca tradicional indígena de arpão (apinéia)	Visita à aldeia			50 km de Sapezal	Terra Indígena Utiariti	Ecopark Pubi
Sapezal	Etnoturismo e Ecoturismo	TI Tirecatanga	Banho rios Buriti e Papagaio	Pesca tradicional indígena de arpão (apinéia)	Barreiro (observação de animais)	Danças, cantos, histórias	Festas tradicionais	50 km de sapezal	Terra Indígena Tirecatanga	Não está operando
Sapezal, Campos de Júlio	Mergulho	Prainha municipal, Rio Verde, Rio Juruena (represa segredo), Rio Juína	Mergulho com cilindro	Mergulho profundo (represa segredo)	Aulas de mergulho				Não	Mergulho total
Tangará da Serra	Ecoturismo	Salto das Nuvens	Banho	Visita à Cachoeira	Restaurante	contemplação		25 km de Tangará	Não	Biguá Aventuras e Melquiades Neto
Tangará da Serra	Turismo de aventura	Cachoeira da Aldeia Formoso	Rapel	Cultura Indígena	Visita e banho de cachoeira	Visita à gruta sagrada		90 km de Tangará da Serra	Terra Indígena Formoso	Biguá aventuras
Tangará da Serra	Turismo de aventura	Rio Formoso	Rafting					55 km de Tangará	Não	Biguá Aventuras
Tangará da Serra	Turismo de aventura	Cachoeira da Cortina	Rapel	Visita gruta	Banho de cachoeira			80 km de Tangará	Não	Biguá Aventuras
Campo Novo do Parecis	Birdwatching	Avifauna rara (tiê-bicudo, Galito, etc.)	Observação de aves							Boat Expeditions
São José do Rio Claro	Birdwatching	Jardim da Amazônia	Observação de aves					179 km de Campo Novo	Não	Cloud birders, Birding Mato Grosso

Município	Tipo de Turismo	Atrativo	Atividades principais ou potenciais				Distância	Localiza-se em TI?	Quem opera?
Brasnorte	Etnoturismo e Ecoturismo	Terra Indígena Manoki	Salto da Mulher	Barreiro (observação de animais)	Danças, cantos, histórias	Meios de vida	Brasnorte:100 Km de estrada pavimentada	Terra Indígena Manoki	Não está operando
Apiacás/Cotriguaçu	Pesca esportiva / Ecoturismo	Rio Juruena	Visita ao Salto Augusto, cachoeira São Simão e São Cristovão	Praias	Pesca	Acampamento	Carro + chalana (cerca de 180km e 12 a 13 horas de viagem). Também de avião, usando a pista de pouso.	TI Apiaká do Pontal e Isolados / Parna Juruena	Várias pousadas: Fazenda Salto Augusto, Pousada São Rafael, Pousada Santa Rosa, Pousada Juruena do Amazonas
Apiacás/Cotriguaçu	Pesca esportiva / Ecoturismo	Ilha da Cobra no rio São João da Barra.	Acampamento	Passeio de barco nos rios São João da Barra e Juruena	Visita ao Salto Augusto	Pesca		TI Apiaká do Pontal e Isolados / Parna Juruena	
Apiacás/Maués/Jacareacanga/Apuí	Pesca esportiva/ecoturismo	Barra de São Manuel	Pesca esportiva	Cachoeiras (Roncador)			Divisa dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso.		Ec lodge da Barra (luxo), comunidades RDS Bararati
Cotriguaçu	Pesca esportiva	Rio Juruena (proximidades TI Escondido)	Pesca esportiva					TI Escondido	Flutuante Salto Augusto
Cotriguaçu / Apiacás	Expedições de longo percurso	Rio Juruena e Rio Tapajós	Trekking	Acampamento	Canoagem		Rio Juruena, a partir da balsa de Cotriguaçu até o Município de Jacareacanga (no Rio Tapajós)		Nols Brasil
Alta Floresta	Birdwatching / Fotografia de Natureza	Cristalino Lodge e RPPN Cristalino	Observação de fauna	Trilhas	Torre de observação	Canoagem	1 hora e meia de Alta Floresta	Não	Cristalino Lodge (comercializado por inúmeras operadoras)

Anexo 2: Conteúdo necessário para o Plano de Visitação em Terras Indígenas

Extraído da Instrução Normativa 03/2015 da FUNAI:

- a) objetivos e justificativas da proposta de visitação;
- b) público alvo, frequência de visitas previstas, quantidade máxima de visitantes por visita e previsão de tempo de duração por visitas;
- c) distribuição das competências na comunidade levando em conta aspectos sociais, geracionais e de gênero;
- d) parceiros envolvidos, responsabilidades e atribuições;
- e) descrição das atividades propostas aos visitantes;
- f) delimitação do roteiro objeto das atividades de visitação, constando mapa ou croqui;
- g) condições de transporte, hospedagem, alimentação e atividades correlatas à visitação oferecidas pelo proponente aos visitantes, assim como quaisquer riscos ou eventualidades inerentes a essas condições;
- h) plano de negócios simplificado, contendo custos previstos para operação, manutenção e monitoramento da visitação e atividades correlatas, assim como previsão de receita, lucro e investimento, visando à continuidade da atividade; i) estratégia de atendimento de primeiros socorros;
- j) manual de conduta e boas práticas, para visitantes e para a comunidade;
- k) estratégia para impedir a entrada de bebidas e drogas nas comunidades indígenas e outros ilícitos;
- l) estratégia de gestão de resíduos sólidos;
- m) estratégia de monitoramento da atividade de visitação;
- n) estratégia de capacitação dos proponentes.